

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

CURSO SUPERIOR DE COMANDO E DIRECÇÃO

2004-2005



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

***A UNIÃO EUROPEIA E O PEDIDO DE ADESÃO DA TURQUIA.
NECESSIDADES DE CONVERGÊNCIA E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES.***

RAUL JORGE LAGINHA GONÇALVES PASSOS

CORONEL CAVALARIA



DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.



***“A União Europeia e o pedido de adesão da
Turquia. Necessidades de convergência e
possíveis implicações”.***

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2005



DEDICATÓRIA

*À minha família que sempre me apoiou, aos
amigos pela compreensão, aos camaradas
que muito me ensinaram e ao Exército que
me formou.*

Raul Passos





*“Pretender civilizar a Turquia não é
alargar a civilização ao Oriente, é
introduzir a barbárie no Ocidente”.*

*Chateaubriand
(Público, 13Out03)*

*"We Turks want to be part of Europe,
but with our honor and values intact".*

"The Guardian"

*Irfan Solmaz
(Operário Turco)*



LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

<i>AKP</i>	– <i>Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Turquia)</i>
<i>ANAP</i>	– <i>Partido da Mãe Pátria (Turquia)</i>
<i>AUE</i>	– <i>Acto Único Europeu</i>
<i>BERD</i>	– <i>Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento</i>
<i>b/p/d</i>	– <i>Barris por dia</i>
<i>CE</i>	– <i>Comunidade Europeia</i>
<i>CECA</i>	– <i>Comunidade Europeia do Carvão e do Aço</i>
<i>CED</i>	– <i>Comunidade Europeia de Defesa</i>
<i>CEE</i>	– <i>Comunidade Económica Europeia</i>
<i>CHP</i>	– <i>Partido Republicano do Povo</i>
<i>CIA</i>	– <i>Central Intelligence Agency</i>
<i>CIG</i>	– <i>Conferência Intergovernamental</i>
<i>COMECON (CAME)</i>	– <i>Council for Mutual Economic Cooperation (Conselho para Assistência Mútua Económica)</i>
<i>CPB</i>	– <i>Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis</i>
<i>DISY</i>	– <i>Aliança Democrática (República de Chipre)</i>
<i>DSP</i>	– <i>Partido da Esquerda Democrática (Turquia)</i>
<i>ECU</i>	– <i>European Currency Unit</i>
<i>EFTA</i>	– <i>European Free Trade Association</i>
<i>EM</i>	– <i>Estado-membro</i>
<i>EUA</i>	– <i>Estados Unidos da América</i>
<i>EURATOM</i>	– <i>Comunidade Europeia de Energia Atómica</i>
<i>FA</i>	– <i>Forças Armadas</i>
<i>Fazilet</i>	– <i>Partido da Virtude (Turquia)</i>
<i>FEDER</i>	– <i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional</i>
<i>FEOGA</i>	– <i>Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola</i>
<i>FMI</i>	– <i>Fundo Monetário Internacional</i>
<i>FSE</i>	– <i>Fundo Social Europeu</i>
<i>FYROM</i>	– <i>Former Yugoslav Republic of Macedonia</i>
<i>GAP</i>	– <i>Projecto Hidroeléctrico do Sudoeste da Anatólia</i>
<i>GM</i>	– <i>Guerra Mundial</i>
<i>GRECO</i>	– <i>Grupo de Estados Contra a Corrupção</i>



<i>Hezbollah</i>	– <i>Partido de Deus</i>
<i>I&D</i>	– <i>Investigação e Desenvolvimento</i>
<i>IFOP</i>	– <i>Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas</i>
<i>I GM</i>	– <i>Primeira Guerra Mundial</i>
<i>II GM</i>	– <i>Segunda Guerra Mundial</i>
<i>JAI</i>	– <i>Justiça e Assuntos Internos</i>
<i>KDP</i>	– <i>Partido Democrático do Curdistão (Iraque)</i>
<i>MGK</i>	– <i>Conselho de Segurança Nacional (Turquia)</i>
<i>MHP</i>	– <i>Partido Nacionalista do Movimento (Turquia)</i>
<i>NATO (OTAN)</i>	– <i>North Atlantic Treaty Organisation (Organização do Tratado do Atlântico Norte)</i>
<i>OCDE</i>	– <i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico</i>
<i>OECE</i>	– <i>Organização Europeia de Cooperação Económica</i>
<i>OMC</i>	– <i>Organização Mundial do Comércio</i>
<i>ONG</i>	– <i>Organização não Governamental</i>
<i>ONU</i>	– <i>Organização das Nações Unidas</i>
<i>PAC</i>	– <i>Política Agrícola Comum</i>
<i>PDK</i>	– <i>Partido Democrata do Curdistão</i>
<i>PE</i>	– <i>Parlamento Europeu</i>
<i>PEC</i>	– <i>Pacto de Estabilidade e Crescimento</i>
<i>PECO</i>	– <i>Países da Europa Central e Oriental</i>
<i>PESC</i>	– <i>Política Externa e de Segurança Comum</i>
<i>PESD</i>	– <i>Política Europeia de Segurança e Defesa</i>
<i>Peshmerga</i>	– <i>paramilitar curdo</i>
<i>PIB</i>	– <i>Produto Interno Bruto</i>
<i>PKK</i>	– <i>Partido dos Trabalhadores do Curdistão</i>
<i>PM</i>	– <i>Primeiro-Ministro</i>
<i>PR</i>	– <i>Presidente da República</i>
<i>PUK</i>	– <i>União Patriótica do Curdistão (Iraque)</i>
<i>RFA</i>	– <i>República Federal Alemã</i>
<i>Refah</i>	– <i>Partido do Bem-Estar (Turquia)</i>
<i>RTCN</i>	– <i>República Turca de Chipre do Norte</i>
<i>RU</i>	– <i>Reino Unido</i>
<i>SDN</i>	– <i>Sociedade das Nações</i>
<i>SME</i>	– <i>Sistema Monetário Europeu</i>



<i>TRACECA</i>	– <i>Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia</i>
<i>TSK</i>	– <i>Forças Armadas Turcas</i>
<i>TUE</i>	– <i>Tratado da União Europeia</i>
<i>UE</i>	– <i>União Europeia</i>
<i>UEO</i>	– <i>União da Europa Ocidental</i>
<i>UNIDO</i>	– <i>United Nations Industrial Development Organization</i>
<i>URSS</i>	- <i>União das Repúblicas Socialistas Soviéticas</i>
<i>USD</i>	– <i>dólar dos EUA</i>
<i>VAB</i>	– <i>Valor Acrescentado Bruto</i>
<i>Villayet</i>	– <i>província do Império Otomano</i>
<i>ZCEMN</i>	– <i>Zona de Cooperação Económica do Mar Negro</i>
<i>ZEE</i>	- <i>Zona Económica Exclusiva</i>



ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. EUROPA VS UNIÃO EUROPEIA; ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	3
3. O REENCONTRO DA EUROPA	5
a. Aspectos relevantes da História da Turquia:.....	6
b. Aspectos relevantes do factor físico:	7
c. Aspectos relevantes do factor humano:	8
d. Aspectos relevantes do factor estruturas políticas:	10
e. Aspectos relevantes do factor estruturas económicas:	10
f. Aspectos relevantes do factor estruturas militares:	12
g. Zonas de interesse estratégico da Turquia:.....	13
h. Percepções externas sobre a adesão:.....	17
i. Síntese conclusiva:.....	19
4. TURQUIA: NECESSIDADES DE CONVERGÊNCIA	20
a. Critérios Políticos de Adesão.....	21
b. Critérios Económicos	23
c. Adopção do Acervo Comunitário.....	24
d. Síntese Conclusiva	24
5. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DA ADESÃO DA TURQUIA	26
a. União Europeia	26
b. EUA	29
c. Turquia	30
d. OTAN	31
e. Regionais	32
f. Portugal.....	34
g. Síntese Conclusiva	35



6. CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO	35
7. CONCLUSÕES	37
<i>EPÍLOGO</i>	41
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	42
<i>Livros</i>	42
<i>Documentos, Monografias, Revistas e Jornais</i>	42
<i>Conferências</i>	44
<i>Sites na internet</i>	44
<i>ÍNDICE DE APÊNDICES</i>	I
<i>ÍNDICE DE ANEXOS</i>	XIV
<i>ÍNDICE DE FIGURAS</i>	XIII
<i>END-NOTES</i>	A



*“ A Turquia, que está à porta da Europa há 41
anos, não pode esperar mais...”*

*Recep Tayyip Erdoğan,
Entrevista na Euronews - 22 Jun04*

1. Introdução

A Turquia, herdeira dos Impérios Persa, Romano e Otomano¹, apresenta-se como país mediterrânico, ponte entre a Europa e a Ásia, bem como encruzilhada e cruzamento das culturas e civilizações de três continentes. A sua opção pela Europa, bem como pela ocidentalização, como factores de desenvolvimento social e económico, embora ilustrada ao longo da sua História, teve como expoente máximo desta opção estratégica o “Pai” da Turquia moderna, Mustafa Kemal Atatürk. Uma frase, retirada de um dos seus discursos, resume da melhor maneira, a orientação e a principal linha de acção estratégica da Turquia moderna: *“Os povos não civilizados estão condenados a permanecer na dependência dos que o são. A civilização, é o Ocidente, o mundo moderno do qual a Turquia deve fazer parte se quiser sobreviver. A Nação está decidida a adoptar exacta e completamente, quer no conteúdo, quer na forma, o modo de vida e os meios que a civilização contemporânea oferece a todas as Nações.”*¹.

A possível adesão da Turquia à União Europeia (UE)², a médio/longo prazo, com as implicações que tal integração poderá ocasionar, tem provocado uma verdadeira turcofobia sendo um dos assuntos mais prementes e mais discutidos na Europa, ao reabrir questões como a “identidade europeia” e a redefinição das “fronteiras da Europa”. O longo percurso de ocidentalização, no qual procura manter as suas especificidades e identidade, tem sido acompanhado de perto, quer por observadores e comunidades políticas dos EUA, Médio Oriente, Rússia, países do Cáucaso, quer por todo o mundo islâmico, e revela a importância deste Estado, no contexto geoestratégico de segurança e de desenvolvimento da região onde está inserido.

É neste contexto que se inscreve o **tema** proposto relativo ao *Pedido de Adesão da Turquia à União Europeia* e no qual se identifica a **questão central** *“Quais as necessidades de convergência por parte da Turquia e quais as possíveis implicações que tal adesão poderá acarretar?”*. Para podermos chegar com alguma clareza à pergunta de partida, houve que levantar algumas **questões derivadas**, tais como: *quais os aspectos mais relevantes da Turquia que a tornam na actualidade num verdadeiro “case study”? quais os critérios de adesão mais problemáticos da Turquia que necessitam de convergência? e por último, que implicações irá ter a adesão da Turquia à UE?* A resposta final da União, só será respondida após um longo período negocial que pode ter início a 03 de Outubro de

¹ <http://www.ataturk.com/index2.html> (212135Out04)

² Apêndice A - Conceitos



2005³ e durante o qual poderemos considerar as seguintes **hipóteses**: *a adesão turca não se concretiza e esta orienta-se para o espaço regional que ocupa e lidera; a adesão plena à União não se materializa e a Turquia fica com um estatuto de Estado Associado; ou pelo contrário a Turquia manifesta capacidade e vontade para conduzir as reformas necessárias e torna-se Estado-Membro de corpo inteiro.*

Para atingir o desiderato proposto, o presente trabalho foi **organizado em seis capítulos**, em que no primeiro procuramos esclarecer alguns aspectos conceptuais que enformam a questão central e dar entrada para o segundo em que procuramos analisar o processo de aproximação da Turquia ao Ocidente e nomeadamente à UE. No terceiro capítulo, é feita uma aproximação dos principais aspectos que vão ainda ser objecto de particular atenção das autoridades turcas e da União, no sentido de uma convergência plena e que terão necessariamente implicações nos vários actores entretanto identificados e que serão tratadas no quarto capítulo. No quinto capítulo, é feito o levantamento dos cenários possíveis relativos à problemática e no final serão apresentadas as conclusões que respondem, através das questões levantadas para investigação, à questão central.

Relativamente aos **métodos e técnicas** utilizadas seguidas para a elaboração do presente trabalho consistiu basicamente numa pesquisa e análise da documentação disponível, considerada credível e actual, relativamente à matéria a tratar, bem como na recolha de opiniões de reputadas entidades nacionais que sobre a problemática em questão em muito têm contribuído para o esclarecimento público e para a defesa dos interesses nacionais. Ainda no âmbito da pesquisa houve a oportunidade de participar em duas conferências, que oportunamente se realizaram, relativas à matéria a desenvolver⁴.

Ao longo do trabalho e fruto de uma análise desapassionada, relativamente a esta matéria, poderemos igualmente questionar se a posição geoestratégica que a Turquia ocupa poderá substituir alguns dos aspectos relativos à sua política interna e situação económica, ou se a União está a ser mais exigente em relação à adesão da Turquia do que o foi relativamente a anteriores Estados candidatos. Constata-se, durante a pesquisa efectuada, que as discussões foram essencialmente de natureza política, embora os contornos económicos da adesão estejam sempre presentes, na medida em que a decisão, caso se mantenham as actuais regras de atribuição de fundos (estruturais, de coesão e outros), irá necessariamente ter implicações importantes no orçamento da UE, bem como nas inerentes à integração daquele Estado, com a massa crítica conhecida⁵ e com consequências políticas, económicas, institucionais e sociais importantes, tanto para o país como para toda a UE.

³ Decisão da Cimeira Europeia de Bruxelas de 17Dec2004, após votação do PE com 407 votos a favor, 262 contra e 29 abstenções.

⁴ "A Adesão da Turquia na UE." Instituto Francisco Sá Carneiro. Hotel Tivoli. 20Out04

"As Novas Fronteiras da Europa – O alargamento da União: Desafios e Consequências". Gulbenkian. 26/27Out04.

⁵ Ver Anexo A – Dados sobre a Turquia



2. Europa vs União Europeia; Enquadramento Conceptual.

*“ A Europa... aliás sem limites suficientemente distinguíveis –
é mais uma Península da Eurásia, de reduzida dimensão ”. ⁶
General Loureiro dos Santos*

Uma das primeiras questões ao abordar a problemática da Turquia e a sua inserção na UE conduz-nos à necessidade de encontrar um conceito que defina o espaço geográfico da Europa e por arrastamento o de Estado pertencente ao espaço europeu. Enquanto que nos é possível definir geograficamente e com facilidade o extremo continental a que chamamos sub-continente Europeu⁷ nos seus limites Norte, Oeste e Sul, delimitados respectivamente pelos Oceanos Ártico, Atlântico e Mar Mediterrâneo e a Leste através da cadeia montanhosa dos Urais, já a Sudeste, na região do Cáucaso, encontramos algumas dificuldades em definir separadores naturais para além dos mares Cáspio e Negro.

A orografia na qual assentam os diferentes Estados no sudeste do sub-continente, tem consequências na definição posterior de fronteiras e de enquadramentos regionais, nomeadamente nos Estados russo e turco que partilham o seu território por dois sub-continentes, o europeu e o asiático. Enquanto a Rússia desenvolve o seu espaço geográfico desde a Europa Central em direcção a Leste, até ao Oceano Pacífico, com uma massa territorial que lhe permite ter uma dimensão quase continental, a Turquia, tem 3% do seu território inserido no sub-continente europeu, a Trácia Oriental, e o restante no sub-continente asiático.

No âmbito da sua estratégia europeia e ocidental e de alinhamentos políticos, a Turquia viria a aderir à Organização Europeia de Cooperação Económica (1948)⁸ (que evoluiria para OCDE), ao Conselho da Europa (1949), ao BERD, faz parte da OTAN (1952) e é membro Associado da UEO, sendo hoje membro das principais instituições europeias, excepto da União. O projecto europeu por seu lado, pode considerar-se actualmente como um projecto político de união em redor de valores considerados fundamentais que em apenas meio século de vida, teve a capacidade de evoluir e de conseguir assegurar a paz entre os Estados-Membros e a prosperidade para os seus povos ao criar uma moeda única, bem como um mercado único com liberdade de circulação para pessoas, bens, serviços e capitais. Está na sua natureza e conjuntura destinada a crescer e dos seis Estados iniciais, este projecto progrediu e avançou para os actuais 25 Estados-Membros, demonstrando capacidade para se transformar e aprofundar a sua integração, na incessante procura de respostas aos desafios políticos, económicos e de segurança, susceptíveis de surgirem nas próximas décadas. Tornou-se uma potência comercial de primeira grandeza e assume posições de liderança

⁶ *Convulsões. Ano III da Guerra e p. 52*

⁷ *Anexo B - Europa*

⁸ *Anexo C - Participação da Turquia em Organizações Internacionais.*



mundial, na evolução dos acontecimentos, em áreas como a defesa do ambiente e a ajuda ao desenvolvimento. Tem como um dos principais objectivos “*promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos*”⁹ pelo que ao longo das últimas décadas tem sido possível sarar das divisões na Europa e alargar aos países da Europa Central e Oriental a mesma paz e prosperidade de que desfrutaram os actuais Estados-Membros, procurando e apontando soluções de modo a estar preparada para o aumento radical da sua dimensão geográfica, demográfica e social. Neste sentido e como resultado das “exigências dos povos” da União, foi aprovado um pacote de reformas essenciais conhecidas por Agenda 2000, baseadas nas propostas da Comissão Europeia que viriam a ser ratificadas na cimeira da UE em Berlim, em Março de 1999. O cerne do problema que tem provocado esta súbita “dor de crescimento” aos europeus, em que a candidatura da Turquia foi o catalizador, é a imagem que a Europa política faz de si mesma em especial no seio de algumas elites de “tradição” democrático-cristã que definem a Europa como fruto “de um legado judaico-cristão”, a que acrescentam a herança greco-latina. Todos os Tratados e em particular os de Roma de 1957, afirmam que “todo o Estado Europeu” pode ser candidato à adesão, sem definir claramente o que é um Estado europeu. Provavelmente por os “pais fundadores”, seguidores das correntes europeístas dos anos 20, terem a resposta como evidente, ao considerarem a Europa constituída por uma unidade civilizacional que partilhava uma História e valores comuns, dos quais se destacavam a Democracia, a Liberdade e o Estado de direito. O grande projecto europeu era, na altura, a reconciliação entre a República Federal Alemã (RFA) e a França, e evitar mais confrontos que ajudaram a destruir o poder da Europa no mundo. De igual modo, no preâmbulo do Plano Fouchet da União Política, na sua versão de Janeiro de 1962, encontramos o conceito que a “*Europa repousa sobre uma Civilização, um Património Espiritual, os Princípios da Democracia e os Direitos do Homem*”. A Declaração sobre a Identidade Europeia, adoptada pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Nove, em Copenhaga a 14 de Dezembro de 1973, referia como aspectos relevantes: “*as necessidades europeias fundamentais*”, “*uma civilização comum*”, “*valores de ordem jurídica, política e moral*”, “*os princípios de democracia representativa, com o primado da lei...*”. Tínhamos pois uma Europa definida em termos políticos, que assentava sobre valores universais, tais como a democracia e os direitos do Homem, mas que afirmava claramente a sua especificidade como espaço geográfico, histórico e civilizacional e que tem vindo a ser progressivamente substituída por uma noção de Europa muito mais abstracta e vaga. Este sentimento ganhou mais expressão com o conteúdo do Tratado de Maastricht de 1992ⁱⁱ, ao sublinhar como alicerces da Europa, a Democracia, os Direitos do Homem e o Estado de Direito. A definição política da Europa deixa de ser uma questão de Civilização

⁹ Tratado para uma Constituição Europeia, Convenção Europeia. pág 8, 18 Julho 2003



Comum e de uma História Partilhada, como afirma Jacques Chirac: “...*torna-se imperioso que doravante os europeus, aprendam a reconciliar a sua História com a sua Geografia*”¹⁰.

É nesta matéria que nos encontramos confrontados com duas correntes de opinião opostas relativamente ao conceito de UE. Uma que a encara como um espaço aberto de vocação universalista e tendo como critérios definidores, o respeito pelos Direitos do Homem e a estabilidade das instituições democráticas e outra em espaço definido que visualiza a União como um espaço restrito de povos com uma civilização, História e cultura comuns. A visão tradicional duma Europa do Atlântico aos Urais, na qual se traçaram fronteiras “naturais” através de rios e braços de mar, nos quais se incluíam os Estreitos do Bósforoⁱⁱⁱ e Dardanelos^{iv}, considerados obstáculos à progressão dos exércitos, tem vindo a ser reequacionada, considerando-se que os mesmos são hoje, como outrora já o foram, locais onde a Europa e a Ásia se tocam, ao ponto de serem indissociáveis. O símbolo, mas ao mesmo tempo a prova desta realidade, é a cidade de Istambul, com cerca de dez Milhões de habitantes, capital económica e cultural da Turquia, que não é mais europeia que asiática, sendo contudo um todo inseparável. A verdadeira fronteira, entre os sub-continentes Europeu e Asiático poderá, se considerarmos que os acidentes geográficos são os “marcos” das fronteiras políticas, situar-se onde Trajano fixou os limites do império romano (117 D.C.), nos maciços montanhosos, que bordejam a Este e a Sul a Turquia, e onde verdadeiramente começa todo um novo universo. A oportunidade aberta com a desintegração do Pacto de Varsóvia (PV), a entrada de Chipre, primeiro Estado não europeu a aderir à UE, a existência na Europa de expressivas comunidades migratórias de origem magrebina e turca, e a candidatura da Turquia, confere a oportunidade de 2000 anos depois de Cristo, se repensarem e redescobrirem as fronteiras Sul e Sudeste da Europa, bem como a escolher o nível de ambição da União.

3. O Reencontro da Europa

“L’Union est ouverte à tous les Etats européens qui respectent ses valeurs et s’engagent à travailler ensemble pour les promouvoir.”¹¹

**Artigo 1 do Tratado que consagra uma
Constituição para a Europa**

“We are eager to prove and confirm that a Muslim society can achieve to be democratic, open, transparent, accountable, pluralistic and contemporary, that is 'European', while preserving its identity.”¹²

Abdullah Gül, Vice-Primeiro-Ministro e MNE da Turquia.

A resposta à questão se a Turquia é ou não um Estado europeu, não é simples e provavelmente não encontrará uma resposta consensual unicamente através da análise dos vários factores. A resposta pode estar na conjugação daqueles com a opção turca pelo Ocidente e pela Europa, bem como através da percepção e aceitação que os restantes Estados e povos europeus têm em relação à Turquia. Uma sondagem recente revela que

¹⁰ Jacques Chirac, *Voeux au Corps Diplomatic, Palais de l’Elysée, 04Jun00*

¹¹ http://europa.eu.int/scadplus/constitution/membership_fr.htm (162115Dec04)

¹² <http://www.abdullahgul.gen.tr/EN/news.asp?156> (162110Dec04)



30% da população europeia é a favor da adesão da Turquia, enquanto que 20% se manifesta contra, 40% não têm opinião e os restantes 10% afirmam não saber¹³. Neste reencontro entre a Turquia e a Europa iremos analisar os factores que considerados determinantes, possam contribuir para ao longo do trabalho identificar as principais necessidades de convergência da Turquia em relação à UE e por último visualizar as principais implicações.

a. Aspectos relevantes da História da Turquia:

A ocidentalização e vocação europeia da Turquia, não se deram de um dia para o outro; o Império Otomano foi desde há muito o Estado islâmico mais ocidentalizado, devido à sua proximidade geográfica, bem como à interacção com muitos dos Estados do Ocidente. Ao longo da sua História¹⁴, a Turquia exerceu um papel importante na política europeia, agindo tanto como conquistadora, tal como a maior parte das grandes potências europeias, como aliada das mesmas, e ainda de refúgio para povos europeus oprimidos e perseguidos, como em 1492 quando milhares de judeus espanhóis encontraram asilo no seio de um Império em que diferentes comunidades religiosas puderam viver lado a lado. Após ter lutado ao lado do Reino Unido, da França e da Sardenha contra a Rússia, na Guerra da Crimeia, a “Porta Sublime”^v foi convidada a juntar-se ao “Concerto das Nações”^{vi}, no Congresso de Paris em 1856, participando nos destinos da Europa, ao lado da Áustria, França, Reino Unido, Prússia, Sardenha e Rússia, e mais tarde no Congresso de Berlim em 1878. A decadência do Império Otomano que se materializava com consecutivas perdas territoriais e a crescente ingerência das potências europeias nos seus assuntos internos, leva o General Mustafa Kemal em 1921(que adoptou o apelido de Atatürk em 1934) a encabeçar uma revolução, apoiada pelo movimento “Jovens Turcos” e por uma elite intelectual, fortemente influenciada pelas escolas filosóficas e sociológicas europeias. O sucesso da revolução Kemalista levou a Turquia a entrar numa nova fase de afirmação da sua identidade nacional, associada a uma sólida estratégia de ocidentalização e que teve como principais consequências imediatas, a extinção do Sultanato; a expulsão, através de uma guerra vitoriosa, dos gregos da Ásia Menor e, fundamentalmente, a obtenção, através do Tratado de Lausana^{vii} de condições muito mais favoráveis relativamente às impostas pelo Tratado de Sévres^{viii}. A assinatura do Tratado de Lausana, marcou definitivamente o fim do Império Otomano, o início da era republicana e preservou o que restava, em termos territoriais, do Império Otomano. A proclamação da República da Turquia, a 29 de Outubro de 1923, permitiu o reconhecimento internacional das fronteiras, na Trácia Oriental e na Anatólia, a normalização das relações da Turquia com a Europa e passar a ser oficialmente um Estado secular como qualquer outro, com a diferença de ter uma população maioritariamente

¹³ http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm (192350Dec04)

¹⁴ Anexo D – Breve Resenha Histórica da Turquia



islâmica, em vez de cristã. A neutralidade da Turquia durante a II Guerra Mundial, fundamental para os destinos da Europa, permitiu-lhe ficar associada à reconstrução Europeia, através da Doutrina Truman^{ix} e implementada pelo Plano Marshall. A ajuda económica e militar, associadas àquele plano, contribuíram para uma nova fase de aproximação com o Ocidente em geral e com a Europa em particular e dos quais os sucessivos governos turcos, souberam tirar partido, ao aliarem a sua situação geopolítica privilegiada, com a política de contenção do Ocidente em relação à União Soviética. A partir de 1945 e durante todo o período da Guerra-Fria, a Turquia resistiu às pressões ameaçadoras da URSS de Estaline e numa altura em que prevalecia a necessidade estratégica de ancorar a Turquia ao Ocidente, a sua legitimidade europeia nunca foi questionada, a ponto de em 1952 aderir à OTAN e de se tornar uma das pedras angulares do sistema de defesa euro-atlântico.

b. Aspectos relevantes do factor físico:

*“Napoleon reportedly once said that to know a nation’s
geography was to know its foreign policy.”
Zbigniew Brzezinski. “The Grand Chessboard” pág 37*

Com um extenso território de 780.500 km², mais do dobro da Alemanha, a Turquia localiza-se no Sudeste da Europa e no Sudoeste da Ásia¹⁵. Partilha as fronteiras terrestres com cinco países europeus, a Arménia (268km), o Azerbaijão (9km), a Bulgária (240km), a Geórgia (252km) e a Grécia (206km); e com três do Médio Oriente, o Irão (499km), o Iraque (352km) e a Síria (822km)^x. Da sua orografia ressaltam os 7.200 km de costa, o planalto central da Anatólia, bem como o arco montanhoso que a Norte, Sudeste e a Sul a limitam geograficamente. A Norte destacam-se os montes Pônticos, fronteira com a Geórgia e com a Arménia e a Sudeste a cordilheira do Tauro e do anti-Tauro, sistema montanhoso agreste de enormes elevações, das quais se destaca o monte Ararat com 5.156 m, que com uma compartimentação transversal, constitui um separador natural entre o planalto central da Anatólia e a Ásia Menor. Em termos hidrográficos, a Turquia possui um conjunto de lagos que ocupam cerca de 9.500 km². Nasce e percorrem parte do seu território, os bíblicos rios Tigre e Eufrates: o Tigre nasce no território curdo da Turquia e ao longo dos seus 1.900 km serve de fronteira com a Síria, percorre o Iraque e desagua no Golfo Pérsico; o Rio Eufrates, com os seus 2,700 km, é o maior rio da Ásia Menor e tem a sua nascente junto à fronteira com a Arménia e no seu trajecto, atravessa a Síria e junta-se ao Tigre no Iraque, vindo igualmente a desaguar no Golfo Pérsico. A capacidade turca de poder gerir as principais fontes de água potável, das quais os seus vizinhos do Médio Oriente dependem, confere à Turquia um valor acrescentado à sua importância regional.

¹⁵ Anexo E – Mapa da Turquia



Com o seu território inserido em dois sub-continentes, claramente implantada na linha de separação entre a Ásia e a Europa e com separadores físicos claros a Norte, Leste e Sul, não pode ser a geografia o factor que irá definir de forma inequívoca, se a Turquia, como entidade política, é ou não um país europeu. Considerando o sub-factor posição como relevante na gestão dos interesses geopolíticos dos diferentes actores, significando isto a entrada no campo da geoestratégia, a região na qual a Turquia se enquadra, encontra-se referenciada como “zona de instabilidade”, pelo Almirante Mahan, que a considera possuidora de um claro poder geobloqueante, ao controlar os estreitos que ligam os Mares Negro e Egeu. Spykman, para quem o poder marítimo era decisivo, identifica sensivelmente a mesma região, como pertencente ao Rimland, e Cohen como parte do Middle East Shatterbelt. Na actualidade, Brzezinski identifica a Turquia não só como pivot geopolítico, pela localização geográfica que ocupa lhe permitir desempenhar um papel decisivo no acesso a áreas geográficas importantes e a capacidade de negar o normal fluxo de recursos vitais a determinados actores, mas também como actor geoestratégico ao reconhecer que possui a aptidão, dinâmica, capacidade e vontade necessárias para, no exercício do seu poder, conseguir “influenciar a região do Mar Cáspio-Ásia Central, ao tirar partido da retracção russa” (Brzezinski, 1997, p. 47). Durante a Guerra-Fria, a segurança da Turquia foi-lhe imposta pela sua vulnerabilidade, face ao poderio militar soviético, que a pressionava com 20 Divisões posicionadas junto à fronteira Norte, por grande parte do território turco se encontrar ao alcance da sua Força Aérea, e pela Esquadra do Mar Negro que dependia do Estreito do Bósforo para se projectar no Mediterrâneo.

Mantém na actualidade como principais vectores da sua política externa, as relações com a Grécia, Estados Unidos e a contínua aproximação à UE. Apesar da situação geográfica que ocupa, na intersecção do Médio Oriente, Cáucaso e Balcãs, da sua dimensão territorial, populacional e do poder militar que possui, a Turquia tem conseguido, de uma forma geral, manter uma política de não-interferência e de não-envolvimento, nos conflitos que a circundam, acompanhar de perto os destinos de milhões de muçulmanos de origem turca que vivem nos países circundantes e defender de forma intransigente os seus interesses nacionais.

c. Aspectos relevantes do factor humano:

Elementos quantitativos:

A população da Turquia em 1938^{xi} era inferior a 17 Milhões de habitantes, que correspondia a cerca de metade da França e a um quarto da Alemanha; no entanto, em 1970, aquele valor já ascendia a cerca de 35 Milhões e em 1994 a mais de 60 Milhões. Actualmente com cerca de 68 Milhões, segundo as previsões do Banco Mundial e a manter-



se a actual taxa de crescimento de 1,5%, poderá ultrapassar em 2025 os 86 Milhões¹⁶ e tornar-se o Estado mais populoso do sub-continente europeu, com excepção da Rússia, e implicaria o seu aumento em mais de 17% (Lejour, 2004, p. 21).

A demografia turca é um fenómeno importante que, embora silencioso e sem precedentes na sua História, se propagou de forma heterogénea, em termos de qualidade e de distribuição regional no espaço geográfico da Trácia Oriental, onde se situa Istambul, vive actualmente 11% da população. É um país extremamente jovem, (21% da população tem menos de 24 anos de idade e uma média etária de 25 anos), com a sua população concentrada nas cidades ou nos seus subúrbios. Em 1970 a população urbana era 38,4%, enquanto que em 1994 já atingia os 61%. Não obstante ter uma taxa de alfabetização de 86,5%, 18% da população vive abaixo do nível de pobreza e 11% está no desemprego. Actualmente a percentagem da população que vive da agricultura situa-se nos 32,8 %¹⁷, em nítido contraste com a média europeia que ronda os 4,2%. O conjunto de dados demográficos insinua graves assimetrias, que podem vir a ter impacto negativo junto das populações mais desfavorecidas e sensíveis à propaganda fundamentalista de cariz religioso. O elemento migratório turco, em direcção à UE é igualmente relevante, quer para a economia do país, como para a percepção que os cidadãos dos países de acolhimento fazem da Turquia. Trabalham e vivem na UE cerca de 4 Milhões de turcos, inseridos numa comunidade muçulmana de mais de 10 Milhões, e que se distribuem fundamentalmente pela Alemanha (mais de 2 Milhões), França (cerca de 500 mil), Holanda (com 350 mil) e Bélgica (que atinge os 50 mil).

Elementos Qualitativos:

O modelo de Estado laico estabelecido por Atatürk em 1923 promoveu o controlo e domínio absolutos da religião pelo Estado a todos os níveis e embora não tenha sido banido com a revolução, o islamismo foi marginalizado pelo Estado e a religiosidade associada a uma mentalidade retrógrada, que só a população tradicional do centro da Anatólia manteve viva. As Forças Armadas, como guardiãs fundamentalistas da ideologia de Atatürk, suprimiam qualquer forma de poder religioso organizado ou o seu envolvimento na vida política. No entanto a grande maioria da população turca, que não partilhou os laços e a influência pró-Occidente das elites de Atatürk, soube manter a sua religiosidade e o orgulho da herança otomana, conquanto que cidadãos leais à nova república. A política de perseguição, de esmagamento do poder e do prestígio da religião, deixou algumas cicatrizes físicas e sociais que lentamente nos últimos setenta anos têm vindo a sarar. Foi necessário passar várias gerações para que os habitantes do planalto central da Anatólia pudessem ter

¹⁶ Anexo F – Elementos do Factor Estruturas Humanas

¹⁷ <http://www.state.gov> (212350Dec04)



acesso à educação, às reformas económicas, às privatizações e ao progresso económico sustentado e emergirem como actores importantes nas áreas sociais, económicas e políticas. O facto da religião ter sido tão controlada, marginalizada e circunscrita pelo Estado durante tanto tempo, o que é uma situação social pouco normal num país muçulmano, levou ao seu renascimento, gradual e persistente. Ao optar pela acomodação, em detrimento da repressão religiosa e ao ser um dos poucos países muçulmanos em que emergiu uma verdadeira classe política democrática e representativa, a Turquia procura apresentar-se, aos olhos da comunidade internacional, como um Estado estável, democrático, secular, pluralista, com uma população maioritariamente muçulmana, onde prevalece o Estado de direito.

d. Aspectos relevantes do factor estruturas políticas:

Sendo uma república parlamentar, laica, em que o Chefe de Estado é o Presidente da República, a administração central, encabeçada pelo Primeiro-Ministro, é representada ao nível das províncias por 81 governadores civis apoiados por conselhos provinciais. O Parlamento é composto por 550 deputados, eleitos todos os cinco anos, com poderes legislativos e prerrogativa de declarar a guerra, o estado de sítio ou de emergência e de eleger o Presidente da República. Os partidos e movimentos políticos com maior apoio popular têm hoje as suas origens no coração da Anatólia, que se assumem como democratas, tolerantes e que advogam uma sociedade civil baseada nos princípios morais do Islão. Os dois maiores movimentos políticos (Nur e Fethullah Gulen) constituem hoje uma nova elite que procura a modernização, orientada para as novas tecnologias e que aceita fazer parte do sistema europeu, desde que se mantenham a herança e identidade islâmicas. Este processo evolutivo culminou em 2002 com a retumbante vitória do AKP (Partido da Justiça e do Progresso) de inspiração islâmica e que tem sabido manter-se dentro da ordem política institucional, conservando uma matriz discreta de harmonização da política com a religião, resultado do processo evolutivo da tradição islâmica turca e que se tem desenvolvido de forma tão mais moderada, quanto mais próxima das realidades políticas e da necessidade de pragmatismo. As Forças Armadas têm controlado a política interna, sobretudo no tocante à separação do Estado e Igreja, através da sua influência no Conselho de Segurança Nacional (NGK).

e. Aspectos relevantes do factor estruturas económicas:

A economia turca possui um enorme potencial, mesmo que durante algum tempo continue a sofrer de certas fraquezas e desigualdades. É um grande país, possuidor de recursos naturais (cobre, gás natural e petróleo), duma mão-de-obra jovem e altamente qualificada, e embora constitua a 21ª economia mundial, ainda é considerado como um Estado em vias de



desenvolvimento¹⁸. Apresenta-se hoje como um país jovem, de grande dimensão, dinâmico e com um poder de compra crescente, que dentro de 25 anos pode atingir os 86 Milhões de habitantes e um rendimento per capita de €9.000. Desde a assinatura do acordo Aduaneiro em 1995, que o comércio turco com a UE cresceu mais de 100%, as suas exportações deram um salto de 138% enquanto que as importações subiram cerca de 80%. De acordo com os dados de 2002, a Turquia encontra-se no 11º lugar entre os principais parceiros comerciais da União, com 2,2% das exportações e 2,4% das importações e constituindo a Europa o seu principal parceiro comercial, representando as importações cerca de 52,6% e as exportações cerca de 54%.

A população activa encontra-se distribuída pelo sector agrícola que ocupa 32,8%, dos serviços com 43,3% e da indústria com 23,9%. As pequenas e médias empresas, são responsáveis por cerca de 60% do emprego e por 30% do valor acrescentado da indústria transformadora, representando as micro empresas 94% do total do tecido empresarial. Relativamente às principais indústrias destacam-se a têxtil, agro-alimentar, construção automóvel, mineira (carvão, crómio e cobre), aço, petrolífera, construção, pasta de papel e madeiras. Embora com uma produção de petróleo e gás natural de reduzida dimensão, a Turquia alia a sua localização geográfica privilegiada a afinidades étnicas com os novos Estados independentes do Azerbaijão, Casaquistão e Turquemenistão, situados na bacia do Mar Cáspio e detentores de enormes recursos energéticos. No actual momento de instabilidade a nível mundial, no que se refere à produção e transporte de matérias-primas energéticas, a Turquia surge também nesta área como actor privilegiado nos esforços conducentes à renovação, ampliação e construção de redes de oleodutos e gasodutos, em direcção aos seus portos no Mediterrâneo. Inserido neste contexto estará durante o corrente ano em funcionamento o novo oleoduto que ligará a bacia do Mar Cáspio ao Mediterrâneo - Bakou-Tbilisi-Ceyhan – com a capacidade de debitar cerca de 1 Milhão b/p/d. Recentemente foi acordado com a Grécia a construção duma ligação que possibilitará o fornecimento de gás natural à Europa através da Turquia. O seu relacionamento comercial e institucional, com os novos e antigos Estados do Cáucaso, tem ganho progressivamente expressão através de iniciativas como o projecto de transporte de mercadorias *TRACECA*, apoiado pela UE e EUA, a que se alia a criação, por iniciativa turca, da *ZCENM* que engloba o Azerbaijão, Arménia, Rússia, Ucrânia, Roménia, Bulgária, Moldávia, Geórgia, Albânia e Grécia e que pretende ser um instrumento de desenvolvimento económico e facilitador da segurança regional.

Em termos macroeconómicos sobressaem aspectos como a inflação, que embora com uma tendência de descida, continua com valores extremamente elevados (18,4% em 2003),

¹⁸ Anexo G – Elementos do Factor Estruturas Económicas



quando comparados com a média da UE que se situa nos 2,1%; o PIB per capita que se situa nos €6.256 e que corresponde a 32% da média da UE. Tradicionalmente com uma dívida e défices públicos extremamente elevados, a Turquia atingiu em 2003 valores de 87,4% e 8,8% PIB respectivamente, continuando de qualquer modo a ter o valor mais alto dos países candidatos. Com um nível de vida que se situa em cerca de 25% da média da União (aproximadamente o mesmo que a Bulgária e a Roménia), tem um longo percurso económico a trilhar. No entanto as medidas entretanto implementadas, o aumento da dimensão do mercado, as boas infra-estruturas viárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias aliados aos progressos macroeconómicos alcançados, consolidaram o estatuto de “mercado emergente” e teve como consequência a sua entrada no Grupo dos Vinte.

f. Aspectos relevantes do factor estruturas militares:

As Forças Armadas Turcas (TSK) constituem uma instituição altamente respeitada pela sociedade que a considera incorrupta e que tem sabido, ao longo dos anos, evoluir, alargando os seus horizontes democráticos e acompanhar os avanços registados na esfera civil. Estão organizadas em Exército, Comando das Forças Navais que inclui Aviação Naval e Infantaria Naval, Força Aérea, Comando da Guarda Costeira e Gendarmerie (Jandarma), com a missão tradicional de proteger a nação e a república contra ameaças internas e externas, bem como a satisfação de compromissos internacionais. Tal como a maioria dos países ocidentais, aproveitou a oportunidade da desintegração do Pacto de Varsóvia para se reestruturar e modernizar, indo ao encontro da necessidade de uma maior flexibilização das forças, de modo a aumentar a sua mobilidade e poder de fogo. Com o apoio dos EUA e da RFA, teve igualmente oportunidade de modernizar e de expandir a sua indústria de defesa. Em termos de efectivos, o Exército constitui de longe o maior dos ramos, na ordem dos 450.000 militares, sendo a Força Aérea composta por pouco menos de 60.000 militares, e a Armada por cerca de 55.000 militares. Com cerca de 565 mil militares bem treinados, armados e equipados e possuidores de importantes capacidades submarinas e de transporte estratégico, as FA constituem-se como a mais importante força militar dos Balcãs e do Cáucaso e a segunda maior da Aliança Atlântica. Relativamente ao esforço financeiro para o sector da defesa, a percentagem do PIB¹⁹ é de 4,5%, sendo o montante dispendido ligeiramente inferior ao da Espanha; aquela percentagem é das mais elevadas quando comparada com o mesmo esforço desenvolvido por cada um dos países da OTAN e da UE. Membro da Aliança desde 1952, assegurou durante os 40 anos da Guerra-Fria a defesa do flanco Sul da Europa, com enormes sacrifícios para toda a sua sociedade. No âmbito da Estrutura de Comandos, mantém actualmente em Izmir, o Comando da Componente Aérea do *Joint Forces Command South* (Nápoles) e na Estrutura de Forças participa, entre outras



forças, com o *Rapid Deployable Turkish Corps* (com o Quartel-General em Istambul). Salienta-se igualmente o seu contributo para o “*EU Helsinki Headline Goal*” através duma unidade de escalão Brigada (cerca de 5.000 homens), 1 Batalhão de Fuzileiros, 2 Esquadras de caças, 2 aviões de transporte, 7 navios logísticos e 1 submarino.

g. **Zonas de interesse estratégico da Turquia:**

*“The Balkans produces more
History than they can digest”
Winston Churchill.*

O desmembramento da Jugoslávia, consequência da pulverização da União Soviética em 1991, deu origem ao aparecimento de um conjunto de novos Estados que hoje constituem tampão, entre a Turquia e a Rússia, que aliados a acontecimentos internacionais mais recentes como o 11 de Setembro de 2001, a invasão do Iraque de 2003, e a instabilidade regional crónica, vieram alterar significativamente a situação regional e reforçar de forma evidente a importância geopolítica da Turquia, resultante sobretudo do sub-factor posição e do sub-factor etnográfico. A Norte, domina a margem meridional do Mar Negro enquanto que a Oeste, através da Trácia oriental, garante o controlo dos estreitos de Dardanelos e do Bósforo que asseguram a ligação entre o Mar Negro e o Mar Egeu. A Sul não há movimento aeronaval que não observe no Mediterrâneo oriental, a Este constituiu-se como Estado tampão, ao opor uma barreira aos mundos russo, sírio, iraquiano e iraniano e a Sudeste controla o fluxo de águas potáveis que se dirigem quer para a Síria, quer para o Iraque. Como contraforte e prolongamento da Europa, mantém-se, passados que são 16 anos desde o final da Guerra-Fria, um actor importante para a segurança do sub-continente europeu no flanco Sul, em regiões de elevada instabilidade tais como os Balcãs, o Cáucaso e o Médio Oriente e equilibrador de um eventual predomínio russo na região e uma porta de acesso a espaços que aliam a importância energética, a uma instabilidade crónica. Como Estado herdeiro do Império Otomano, a Turquia controlou a região balcânica durante séculos, até à sua derrota na Guerra dos Balcãs, em 1913. A retracção do Império deixou como herança na região, uma larga comunidade muçulmana de origem turca, com a qual mantém uma ligação muito estreita e que tem expressão em vários Estados: a Bulgária com cerca de 1 Milhão; na FYROM com 90.000; na Trácia Ocidental e no Kosovo 120.000; e na Bósnia onde ascendem a 900.000 (BONIFACE, 1997, p. 138). Razão pela qual sempre se opôs à dissolução da Jugoslávia, por recear que a instabilidade resultante pudesse degenerar num conflito mais alargado. Durante o bloqueio naval à Servia e Montenegro e na imposição da zona de exclusão aérea na Bósnia impostos pela OTAN, a Turquia contribuiu com navios de guerra, deslocou uma esquadra de F-16 para Itália e em 1994, integrou com 1.500 homens uma força militar das NU. Ao terminar o isolamento a que a Albânia foi sujeita durante o



período estalinista a Turquia encetou, de imediato, esforços no sentido de uma maior aproximação que se materializam através de vários acordos de cooperação militar, incluindo a formação e treino de oficiais. O interesse turco pelo estreitamento de relações com a Albânia advém da possibilidade de uma acção sérvia contra a FYROM, cuja independência a Turquia reconheceu e contra o Kosovo (província sérvia com uma larga população albanesa) e que constituem preocupação mútua. Com uma pequena mas importante fronteira comum na Trácia, as relações com a Bulgária caracterizaram-se durante a Guerra-Fria pela frieza e desconfiança mútuas que teve origem no programa para os Balcãs, instituído pelo governo comunista da Bulgária e que provocou o deslocamento maciço dos turcos búlgaros em direcção às origens, na Primavera de 1989. Com a queda dos comunistas no final de 1989, a Turquia procurou de imediato melhorar os laços de segurança com o novo governo e que se materializaram pela ratificação de vários de acordos mútuos que prevêem a notificação formal de qualquer movimento de tropas, intercâmbios militares e o estabelecimento de uma zona de segurança militar com cerca de 60 a 80 km de largura para o interior da fronteira de cada país. Em 1993 realizaram-se conversações com o objectivo de uma maior cooperação militar e económica que resultaram a curto prazo, num exercício militar conjunto com a Roménia e numa parceria para a produção de material militar.

As questões entre a Grécia e a Turquia, relativas à divisão de Chipre e a delimitação das águas territoriais no Mar Egeu continuam em aberto, embora as tensões nos últimos cinco anos, se tenham esbatido através do reforço de relações bilaterais, aliados a um processo de construção de medidas de confiança que se traduziram na assinatura de dúzias de acordos com benefícios mútuos, em áreas que vão desde o comércio à energia, passando pela protecção ambiental e luta contra o crime organizado. Embora Chipre²⁰ não seja considerado, por Ancara, como uma prioridade em termos de segurança, face ao seu elevado potencial militar em relação à Grécia, a Turquia mantém na ilha, desde 1974, um efectivo de cerca de 30.000 militares apoiados por 200 carros de combate. A situação de divisão e de antagonismo entre as duas facções cipriotas podia ter ficado resolvida no referendo de 24 de Abril de 2004, no entanto os cipriotas gregos votaram contra o plano de paz proposto pelas NU que vinha a ser negociado por ambas as facções durante vários anos. Foi um rude golpe para todos os intervenientes no processo de paz, tanto mais que a concordância de ambas as partes poderia levar à criação da República Unida de Chipre, a 01 de Maio de 2004. A comunidade cipriota grega criou uma situação que é no mínimo irónica, pois embora votando contra o plano de paz da NU, aderiu à UE e passou por esta via a ter capacidade para pressionar e decidir sobre o futuro da comunidade que votou favoravelmente aquele plano. O outro diferendo que opõe estes dois Estados tem origem na questão levantada pela

²⁰ Anexo I - Questão Cipriota



Convenção dos Direitos do Mar aprovada pelas NU em Novembro de 1994 e que ao estender as águas territoriais das seis para as doze milhas marítimas²¹, tem implicações em mais de 2000 ilhas gregas e que aliado ao aumento do espaço aéreo para as dez milhas náuticas, em redor de cada ilha dará à Grécia a posse de cerca de 70 por cento do Mar Egeu. Como resposta, a Turquia não têm respeitado as pretensões gregas, vindo a exigir uma ZEE em contraponto com a Grécia. Separado das forças militares turcas da OTAN, a Turquia mantém o “Exército do Egeu”, ostensivamente para defesa das áreas costeiras do Sudoeste e como resposta à militarização grega das suas ilhas, que alegadamente e segundo a Turquia, viola o Tratado de Lausana de 1923.

O Cáucaso²² constitui outra zona de interesse estratégico turco e representa a área e sistema montanhoso que faz a separação geográfica entre os dois sub-continentes, o europeu e o asiático. Divide-se em duas regiões distintas: o Cáucaso do Norte que faz parte integrante da Rússia e o Transcáucaso que engloba a Arménia, a Geórgia e o Azerbaijão, com fronteira com a Turquia. A importância geopolítica da região advém não só da riqueza em produtos energéticos que possui, mas por constituir igualmente, pela posição geográfica privilegiada de união entre os Mares Cáspio e Negro, uma encruzilhada para o transporte de petróleo e de gás natural para o Mediterrâneo e Europa Ocidental. A Arménia²³ que se orgulha de ter sido a primeira nação a adoptar formalmente o cristianismo no princípio do século IV e apesar de alguns períodos de autonomia, tem o seu passado marcado pela ocupação dos impérios Romano, Bizantino, Árabe, Persa e Otomano, vindo a ser incorporada em 1820 na Rússia e da qual só se viria a libertar em 1991. As relações entre os dois Estados, podem-se caracterizar por violentas e cuja causa mais próxima se prende com as acções terroristas conduzidas por guerrilheiros arménios, nos anos setenta e oitenta. Esta animosidade advém de, alegadamente, os turcos terem perpetrado vários massacres na Arménia durante a I GM e que nunca foram reconhecidos pelas autoridades de Ancara. A dificuldade em se reconciliar com este episódio da sua História, mantém viva a ferida pela qual a Arménia continua a exigir reparações financeiras e territoriais. Outro factor de tensão entre ambos prende-se com a região de Nagorno-Karabakh, incluída no Azerbaijão durante e após a era soviética e com uma população de maioria arménia, teve como consequência o deflagrar do conflito entre azeris e arménios que culminou com a ocupação do território pelos arménios. A Turquia, com afinidades culturais, históricas e religiosas com o Azerbaijão, apoiou a causa azeri e considera que a Arménia cometeu uma agressão ao anexar o território. Só a intervenção diplomática russa evitou o provável envolvimento turco e a consequente inflamação religiosa do conflito a cristãos e muçulmanos. Vive-se

²¹ Anexo J – Disputa no Mar Egeu

²² Anexo K - Cáucaso



actualmente uma situação de cessar-fogo alcançada em 1994, pelo qual as forças arménias conservam a região na sua posse, bem como a ocupação de 16% do território do Azerbaijão e a Turquia mantém as suas fronteiras fechadas e impõe um bloqueio económico à Arménia.

Para além das questões ideológicas e das relacionadas com Guerra-Fria, as relações turcas com alguns dos Estados que compõem o Médio Oriente (Irão, Iraque e Síria) têm sido muito influenciadas pela questão curda. Para melhor compreender a situação curda será necessário procurar as suas origens no território étnico do “Curdistão”²⁴ onde habitam há milhares de anos, existindo inscrições sumérias datadas de 2000 a.C. que atestam a existência de um povo conhecido pelos nomes de “Kardaka”, “Kurtie” ou “Guti”. O seu território encontra-se implantado no sub-continente asiático, numa região extremamente montanhosa e inóspita, com uma superfície aproximada de 500.000 km² (praticamente da dimensão de Espanha) e repartido por quatro países: Turquia (26,9%), Irão (11,83%), Iraque (18,86%) e Síria (8,10%). Com uma população estimada de 25 Milhões de habitantes, distribui-se maioritariamente na Turquia, onde se estima que seja na ordem dos 14 Milhões ou seja cerca de 20% da população turca. Após a I GM e através do Tratado de Sévres, o “Curdistão” foi administrado pela Turquia, Irão, Iraque, Síria e União Soviética, ficando definida a actual situação em 1923, através do Tratado de Lausana. Com cultura, tradições e língua (Kurmanijki) diferentes da turca, os povos curdos da Turquia ambicionam o reconhecimento do estatuto de minoria étnica que sempre lhes foi negado ao longo dos últimos 80 anos. Os sucessivos governos têm considerado os apoiantes da causa independentista curda como terroristas, mantendo uma política de repressão, de exclusão e de assimilação que estiveram na origem das sucessivas insurreições perpetradas pela resistência armada do PKK e que causou cerca de 36.500 mortos e milhões de desalojados. O crescente interesse internacional e o processo de adesão à UE, vieram alterar e melhorar a situação que culminou com o levantamento do estado de emergência na região em 2002. A segurança nos territórios do “Curdistão” que a Turquia e o Iraque partilham, continua a constituir uma das preocupações em relação ao Iraque, razão pela qual o governo turco tem resistido a qualquer acção internacional no sentido do seu desmembramento que possa inspirar um Estado curdo independente e por em risco o *status quo* regional. A possível adesão da Turquia, poderá constituir para a minoria curda a janela de oportunidade para o fim da violência e para o reconhecimento da sua identidade.

As relações diplomáticas com a Síria há muito que se mantêm tensas, com origem em diferendos territoriais e hídricos. Relativamente à questão territorial, a Síria nunca abandonou a pretensão de recuperar a soberania, perdida em 1939, da actual província turca

²³ Anexo L - Arménia

²⁴ Anexo M - Curdistão



de Hatay, que inclui a cidade de Iskenderun ou Antioquia. O diferendo remonta ao período em que a França, como poder colonial na Síria entre 1920 e 1941, cedeu a região em 1938 à Turquia após um disputado plebiscito e em clara violação do mandato da Sociedade das Nações. A outra fonte de tensão relaciona-se com o controlo hídrico do Rio Eufrates que nasce na Turquia e que conjuntamente com o Rio Tigre integra o gigantesco projecto hidroeléctrico do Sudeste da Anatólia²⁵ e que pode ameaçar o normal fluxo de água potável para a Síria. Aliado a estas duas questões, está também o apoio que a Síria tem dado a movimentos rebeldes curdos que têm conduzido operações contra o Estado turco a partir do Vale de Bekaa. Verificaram-se no último ano melhorias nas relações entre os dois Estados, de que foi ponto alto a primeira visita oficial de um chefe de Estado sírio e a que não deve ser alheio a eleição de um partido de moderado de inspiração islâmica, a que se alia uma maior liberdade de acção estratégica turca relativamente aos EUA.

h. Percepções externas sobre a adesão:

A Turquia marcou de forma formal e definitiva o objectivo estratégico de abertura ao mercado Ocidental²⁶ desde 1963 com a assinatura, em Ancara, do Acordo de Associação com a CEE^{xii} e que viria a ser ratificado pelos parlamentos dos seis países. O referido acordo prevê no seu preâmbulo e no Art.º 28 que *“o fim último da associação seria a adesão”* e tendo na altura, o então Presidente da Comissão Sr. Hallstein, referido: *“...doravante, o pico mais alto da Europa não é o Monte Branco, mas sim o Monte Ararat...”*. A importância estratégica deste Acordo assemelha-se ao Tratado de Lausana, por marcar uma descontinuidade com o período anterior e traçar uma nova via para o futuro, com implicações profundas em termos económicos, de desenvolvimento democrático e de afirmação europeia. Na Cimeira Europeia de Copenhaga de 2002²⁷, os líderes europeus reafirmaram a posição tomada em 1999 em Helsínquia, na qual a Turquia foi considerada um *“Estado destinado a aderir à União com base nos mesmos critérios que os aplicados aos outros candidatos”*. A razão por a tomada de decisão sobre o início das negociações, ter demorado mais de 40 anos, deve-se fundamentalmente a três factores: estágio de desenvolvimento relativamente aos restantes Estados-Membros; necessidade de cumprir determinados critérios políticos; a que se aliavam dúvidas e hesitações políticas permanentes, relativamente à questão fulcral - é a Turquia ou não um Estado Europeu? A Europa, com as suas fronteiras incertas e confrontada com a aproximação da data limite para a abertura das negociações para a adesão da Turquia, reacendeu a polémica e proporcionou um debate acalorado e sem precedentes entre as suas elites. De um lado estão os que visualizam a União como um projecto comum de valores e destinos partilhados, enfatizando

²⁵ Anexo N - GAP

²⁶ Apêndice B – O Processo de Integração da Turquia na Europa.



um espaço multicultural, enquanto que do outro, estão os que defendem a tradicional definição cultural e religiosa, como factores essenciais na definição do espaço em que se deve inserir a União. Na defesa da primeira tese temos Brian Beedham ao argumentar, no *The Economist*, que cerca de dois terços dos últimos 2500 anos, a Turquia tem sido uma extensão política, económica e cultural da Europa, mantendo contactos, por vezes de forma violenta com os Estados Europeus e fazendo parte do ideal europeu desde 1453^{xiii}. O Chanceler Gerard Schroder referia a 08 de Outubro de 2004: *"I believe it is in Europe's interest to support Turkey in its intention to combine non-fundamentalist Islam with the values of European instruction which is an addition in stability for Turkey but also for Europe"*²⁸. Ainda no campo do apoio à adesão da Turquia à UE, o Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso referia, após uma reunião com o Primeiro-Ministro Finlandês: *"I think it is important to keep our credibility. If we said that Turkey could become a member or could (start) negotiating with us if they fulfilled certain criteria, I think now we should give a positive signal. We cannot change our criteria to satisfy any country wanting to become a member, but if a country like Turkey accepts our criteria we should welcome them. It will improve our market, our democracy and build bridges for peace."*²⁹ No campo oposto e defensores de uma UE com uma tipologia mais restrita encontramos entidades como Ernâni Lopes, Valéry Giscard d'Estain ou Franz Fichler. O primeiro manifesta-se frontalmente contra a adesão plena, sendo no entanto favorável a um acordo de parceria, em que cada parte manteria a sua identidade: *"convém à Turquia ter um surto sustentado de desenvolvimento e margem para se afirmar no seu espaço de referência geopolítica, que é o Próximo Oriente. É aí que ela é importante, não na Suécia ou na Noruega"*³⁰. De forma mais frontal, Giscard d'Estaing, antigo Presidente francês e actual "Chairman" da Convenção Europeia, afirmava: *"la Turquie n'est pas un pays européen et n'a donc pas sa place dans l'Union européenne élargie. L'adhésion de la Turquie signifierait la fin de l'Union européenne. La Turquie est un pays proche de l'Europe, un pays important, qui a une véritable élite mais ce n'est pas un pays européen. Sa capitale n'est pas en Europe, elle a 95% de sa population hors d'Europe."*³¹ De igual modo o Comissário austríaco da agricultura, Franz Fichler, ao expor as suas objecções à adesão da Turquia³², apresenta três argumentos fundamentais: o comportamento do país em matéria de direitos humanos e de democracia; os custos elevadíssimos que um país tão grande e tão pobre acarretará para o orçamento comunitário; as dúvidas sobre a natureza secular e europeia da sociedade turca.

27 Anexo O – Conclusões das Cimeiras Europeias sobre a Turquia

28 http://news.xinhuanet.com/english/2004-10/04/content_2051317.htm (181750Dec04)

29 <http://www.eubusiness.com/afp/040924150433.d9licce8> (242330Sep04)

30 Entrevista Jornal Expresso de 02 de Outubro de 2004.

31 Entrevista Jornal Le Monde, 2002

32 "Turkey: The Fishler Letter", *Financial Times*, 21Set2004



Enquanto decorre o debate entre as elites europeias, muitos entre os seus povos continuam a ver a Turquia basicamente como um Estado asiático ou no mínimo diferente, enquanto que a população turca se revê como separada dos europeus e não identificada com os seus vizinhos asiáticos.

i. Síntese conclusiva:

Podemos afirmar que o verdadeiro reencontro da Europa com a Turquia se iniciou com a revolução Kemalista e após a II GM, fruto da necessidade do Ocidente garantir a segurança do seu flanco Sul. Graças ao processo modernista iniciado por Atatürk, a Turquia conheceu uma nova fase de afirmação política, económica e social a que aliou a importância geopolítica, à opção pelo Ocidente como forma de promover o seu desenvolvimento. Esta oportunidade viria a ser explorada de forma inteligente pelos seus dirigentes nos últimos cinquenta anos, sendo aceite nas principais instituições europeias e no futuro alcançar o seu desígnio europeu e ocidental, através da adesão à UE. Da análise dos vários factores, somos levados a especular que o reencontro não será fácil nem rápido, face à sua dimensão, à posição geográfica que ocupa, a que alia uma tradição de potência regional, à sua capacidade militar, à elevada população e crescimento demográfico, ao seu nível de desenvolvimento, às disparidades regionais, à qualidade das suas infra-estruturas, bem como à dimensão da sua população rural, às diferenças culturais e às fronteiras com países problemáticos, a que se aliam as preocupações europeias do impacto financeiro, do fardo burocrático, bem como da percepção que o cidadãos da Europa ainda mantém, relativamente ao Estado herdeiro do Império Otomano. Da abordagem do sub-factor posição/localização, podemos com alguma imaginação encontrar paralelismos entre a Península Ibérica e a Anatólia. Do mesmo modo que a Península Ibérica é um prolongamento da Europa na direcção a África e lhe confere comando sobre o extremo ocidental do Mediterrâneo, a Península da Anatólia, com controlo do Bósforo e do Dardanelos^{xiv} conjugados com a Trácia Oriental, debruça-se sobre a Europa e ao comandar o seu extremo oriental é possível visualizar ambas as Penínsulas como “sentinelas” do Mediterrâneo. Ao fazer fronteira com cinco países europeus, dos quais um já Estado-membro e outro a terminar o processo negocial, a Turquia alia a sua situação de proximidade geográfica com a UE, aos profundos laços económicos já existentes, fruto do sucesso do Acordo Aduaneiro. No entanto, em termos de segurança, faz fronteira com três regiões problemáticas - Balcãs, Cáucaso e Médio Oriente – que a coloca no centro de gravidade de três regiões conturbadas, ao mesmo tempo que lhe confere a capacidade de actuar tanto como elemento de equilíbrio, como catalisador de insegurança. Da análise dos vários factores de *per se*, podemos concluir que nenhum se configura inibidor fundamental para considerar a Turquia política, como uma entidade europeia. No entanto o racional



semiológico poderá constituir a questão fracturante da opinião pública europeia e através do qual os respectivos povos criam estereótipos da sua identidade, em relação ao outro. Este factor, intimamente ligado ao histórico e ao imaginário popular, revela-se importante e determinante para uma verdadeira integração europeia. De um lado temos o imperialismo ocidental que sistematicamente retirou grandes porções de território ao Império Otomano nos Balcãs, Médio Oriente e no Cáucaso, que fomentou um sentimento de alta sensibilidade no que respeita à dignidade nacional turca, bem como à defesa dos seus interesses nacionais e de desconfiança em relação à verdadeira motivação da diplomacia ocidental. As experiências históricas desenvolveram, em toda a sociedade turca, um forte sentimento nacionalista anti-colonial e de suspeita, somente temperado por o país ter conseguido manter a sua independência e potencialidades, após a revolução independentista de Atatürk em 1921. A Ocidente continuam presentes no imaginário dos seus povos, os cercos de Viena de 1529 e de 1683, a batalha de Lepanto, bem como as centenas de milhares de Arménios mortos entre 1894 e 1923. Num recente artigo de opinião da revista “The Economist”, a Turquia era definida como *“a ponte sobre o abismo que separa as democracias da UE das ditaduras árabes, a cristandade do mundo islâmico”*³³ (Público, 10 Novembro 2002)

4. Turquia: Necessidades de convergência

“As reformas efectuadas são extraordinárias, é admirável o que foi feito, mas há ainda problemas com a sua implementação.” ... “Isto é um dos mais importantes desafios geopolíticos do século XXI”
Gunther Verheugen (ex-Comissário Europeu para o Alargamento)

A UE fundamenta-se no estabelecimento de uma ligação cada vez mais estreita entre os povos, por forma a consolidar a defesa da paz e da liberdade, melhorar as condições de vida e de trabalho, ao mesmo tempo que procura aprofundar a solidariedade, com o respeito pela sua história, cultura e tradições. Tal como sucedeu com Portugal, Espanha e Grécia, o avanço no processo negocial irá certamente constituir o catalisador de reformas profundas a implementar e que no seu *terminus* poderá conduzir à decisão relativamente à integração turca. Esta tomada de decisão, será na altura uma das mais difíceis, complexas e polémicas com que a UE irá ser confrontada e sem dúvida uma das que maior impacto poderá vir a ter, no longo prazo, sobre o seu próprio futuro.

A Turquia foi instigada, desde a assinatura do Acordo de Associação com a UE em 1963, pela sua estratégia europeia e ocidental, a concretizar de forma pacífica profundas transformações culturais, económicas, legislativas e políticas que muitos defendiam como impossíveis de realizar, num vasto país de raiz islâmica, pobre, com poucas tradições democráticas e com enormes problemas internos por resolver. Na sua longa caminhada na direcção da UE, foi marcante a entrada em vigor em 1995 do Tratado de União Aduaneira,

³³ “Why Europe must say yes to Turkey”. *The Economist*. Setembro de 2004



bem como a decisão do Conselho Europeu de Helsínquia em 1999, no qual foi aceite a sua candidatura, desde que cumprisse os critérios políticos acordados em 1993, na Cimeira de Copenhaga. Através de um conjunto de reformas realizadas entre 2001 e 2004, o governo turco, demonstrou uma coragem moral, tenacidade, persistência e capacidade, difíceis de igualar em qualquer outro Estado. Este processo reformista passou pela aprovação de oito pacotes legislativos que incluem a redução da influência dos militares na governação, a protecção de dissidentes políticos e o pluralismo religioso, a penalização severa do uso da tortura, a abolição da pena de morte e o reconhecimento de direitos substanciais a minorias étnicas³⁴ há muito oprimidas. Foi um enorme desafio, ao qual soube responder de forma positiva, enérgica e decidida, em que a ironia de todo este processo de modernização e de progresso, é estar a ser promovido e implementado por um partido de inspiração islâmica que chegou ao poder de forma democrática e que tem demonstrado ser possível conciliar a devoção religiosa com o liberalismo, o pluralismo e a democracia. O processo político iniciado pela Turquia na década de sessenta culminou com a decisão dos Chefes de Estado e dos Governos da UE, na Cimeira de Bruxelas de 17 de Dezembro de 2004, de iniciar as negociações. Para a tomada desta decisão foi fundamental o parecer dado pela Comissão Europeia, a 06 de Outubro de 2004 no qual refere: *“the Commission considers that Turkey sufficiently fulfils the political criteria and recommends that accession negotiations be opened”*³⁵. Embora reconhecendo que não foram plenamente cumpridos os critérios, a Comissão considera estarem reunidas as condições necessárias para se poder avançar para a fase de negociações conducentes à adesão. Na altura, o ainda Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, referia: *“The Commission’s response today is YES. That is to say, its response as regards compliance with the criteria is positive, and it recommends opening negotiations. However, it is a QUALIFIED YES that is accompanied by a large number of recommendations on following up and monitoring the situation in Turkey, and some specific recommendations on the conduct of negotiations”*. O Relatório faz notar que o processo negocial será caracterizado por um acompanhamento estreito por parte da UE e que ao incluir cláusulas de suspensão, poderá ser interrompido em qualquer altura, caso se verifiquem desvios relativamente ao processo democrático, direitos humanos, liberdades fundamentais e do Estado de direito.

a. Critérios Políticos de Adesão

Embora a Turquia demonstre vontade e capacidade de aderir aos padrões estabelecidos pela UE no que respeita aos valores fundamentais, constata-se que ainda existe um longo percurso a percorrer nas várias vertentes da democratização do país, duma maior

³⁴ Anexo P - Povos da Turquia

³⁵ Anexo Q – “Recomendação da Comissão Europeia”



convergência económica e da implementação e regulação de todo o acervo comunitário. As profundas alterações introduzidas no sistema político e jurídico tiveram grande significado, ao abordarem questões sensíveis tais como o controlo civil dos militares, a liberdade de expressão e de manifestação e os direitos humanos. Desde a revolução Kemalista que as Forças Armadas se consideram guardiãs do Estado secular e da visão de Atatürk, pelo que mantinham uma posição de destaque no MGK. Responsável por dirigir a política de defesa nacional e por coordenar as actividades relacionadas com a mobilização e defesa, o Conselho constituía, na prática, um órgão sob tutela militar,^{xv} em nada contribuindo para a credibilidade da democracia turca. Nos últimos dois anos, de forma consistente, foram dados passos no sentido da subordinação dos militares ao poder político, sendo actualmente aquele um órgão consultivo do PR e presidido pela primeira vez por um cidadão civil. Relativamente ao sistema judiciário e embora se verifique o seu reforço graças à criação de um novo sistema de tribunais de família e abolida a competência dos tribunais militares para julgar civis, considera-se que será necessário envidar mais esforços no sentido de aumentar a sua eficácia, independência e pôr em prática as reformas entretanto produzidas de uma forma mais sistemática. Foi introduzida a possibilidade de revisão dos processos, mas na prática verifica-se que poucos foram os casos em que essa possibilidade se materializou.

Apesar das diversas iniciativas tomadas, tais como a ratificação da Convenção Civil sobre a Corrupção³⁶ e de ter integrado o GRECO do Conselho da Europa a 01 Janeiro 2004, continuam-se a registar níveis elevados de corrupção que afectam negativamente várias áreas da vida económica e social.

O novo Código Civil, aprovado pelo Parlamento em Novembro de 1999 e posto em prática em 2002, introduz alterações significativas no que respeita à liberdade e direito de associação e de reunião, liberdade entre os sexos e protecção das crianças, o que permitiu várias absolvições e a libertação de diversos detidos.

A profunda revisão Constitucional aprovada, reforça igualmente os direitos humanos, fortalece o Estado de direito, reestrutura as instituições democráticas ao abolir a pena de morte, mesmo em situações de guerra, e fazendo progressos nas liberdades individuais. A nova Constituição revela-se pois mais democrática, em linha com o Direito Internacional e a sua aplicação prática, através dum conjunto de medidas adoptadas e implementadas, não encontra precedentes na História da Turquia moderna e teve o condão de reduzir as tensões entre a população, ao permitir uma maior tolerância por parte das autoridades.

A liberdade de religião ainda se encontra sujeita a sérias limitações quando se tem como referência as normas europeias, nomeadamente na falta de personalidade jurídica da educação, formação do clero e direitos de propriedade das comunidades religiosas,

³⁶ Anexo R - Índice de Corrupção



verificando-se que as alterações introduzidas ainda não têm tradução na sua aplicação prática e no efeito desejado.

A questão curda representa uma das maiores vulnerabilidades e constitui uma das principais razões justificativas do não preenchimento pleno das condições políticas. A discriminação jurídica, política e cultural dos curdos anda a par com um preocupante subdesenvolvimento estrutural, económico e social nas regiões por eles habitadas. A política de repressão, exclusão, extermínio e assimilação seguida pelos anteriores governos, teve como consequência mais injustiça, pobreza e miséria. O discurso e o método a adoptar pelas actuais autoridades, para se chegar a uma solução, terá que passar pelo diálogo, compromisso e pacificação, de modo a que seja encontrada uma solução democrática, para que os dois povos, línguas e culturas possam, se possível, coexistir de forma fraternal, dentro da integridade territorial turca. Algumas iniciativas, entretanto tomadas pelo governo, tais como o reconhecimento formal da existência de minorias, a autorização do ensino, emissões de rádio e de televisão noutras línguas, aliadas à concessão de liberdade de pensamento e de associação, permitiram o regresso à vida política de prisioneiros e de exilados políticos. O levantamento do estado de emergência em Dezembro de 2002, passados 15 anos, nas 13 províncias do Sudeste do país, conduziu a um processo de retorno das populações deslocadas às suas aldeias, embora de forma lenta e sem o adequado desenvolvimento socioeconómico regional.

Numa sondagem feita em 2003³⁷, a «Freedom House», concedeu à Turquia 3 valores para os direitos políticos e 4 para as liberdades civis, significando que o país, embora considerado uma democracia eleitoral, é ainda “parcialmente livre” e constitui o único estado da OTAN com esta classificação. Este aspecto ainda é mais relevante quando todos os países dos Balcãs possíveis candidatos à UE – incluindo a Bulgária, Roménia, Sérvia e Croácia – são considerados como “livres”, segundo os critérios estabelecidos por aquela instituição, por neles prevalecer o Estado de Direito, a protecção dos direitos humanos e uma saudável competição política. A Turquia tem vindo a fazer avanços significativos e encontra-se cotada no mais alto escalão da categoria dos países “parcialmente livres” (em oposição à Rússia) e, se a tendência se mantiver, será certamente avaliada, nos próximos anos, como Estado “livre”.

b. Critérios Económicos

O Acordo de Associação, seguido da União Aduaneira e ultimamente os programas da UE de pré-adesão contribuíram para uma melhoria considerável da economia de mercado. Persistem no entanto, desequilíbrios macroeconómicos importantes que requerem da parte

37 Anexo S - Relatório da Freedom House



do governo turco a coragem para adoptar e implementar as reformas estruturais³⁸ necessárias, para que a economia adquira a capacidade de fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado da União. A Comissão Europeia reconhece que existe actualmente uma maior estabilidade e previsibilidade económicas, graças a uma redução significativa da pressão inflacionista, associada a uma maior transparência e eficácia na gestão das finanças públicas. Para alcançar uma economia equilibrada será necessário manter a pressão sobre o processo de desinflação, reestruturar o sector bancário, acelerar o processo de privatizações da banca e empresas estatais, bem como desregulamentar o mercado. De modo a aumentar o potencial de crescimento da economia, é igualmente desejável um maior investimento público e privado, mediante a supressão de obstáculos ainda existentes e através da formação, alcançar maiores níveis de produtividade. Uma ajuda consequente por parte da UE, permitirá promover o desenvolvimento da economia e contribuir para a redução da ameaça do fundamentalismo religioso. Caso contrário, a União poderá pagar o erro com uma destabilização e insegurança do seu flanco oriental e meridional, com custos muito superiores aos da integração da Turquia no seio da organização.

c. Adopção do Acervo Comunitário

A aprovação, pelos novos Estados-Membros, de toda a legislação e regulamentação da União em vigor, constitui uma das condições para a adesão. O *aquis* ou *acervo comunitário* representa mais de 80.000 páginas do direito da UE e foi dividido em 29 capítulos de modo a facilitar as negociações. Os últimos relatórios³⁹ referem que o alinhamento do acervo, progrediu de forma favorável na maioria dos capítulos, mas nalguns tais como, as relações com as autoridades cipriotas e o respeito pelos direitos humanos⁴⁰, ainda se encontram numa fase embrionária, havendo que desenvolver os esforços inerentes à aplicação mais sistemática do programa nacional de adopção do acervo, em conformidade com as prioridades definidas na Parceria de Adesão.

d. Síntese Conclusiva

Da análise efectuada podemos afirmar que fruto das reformas efectuadas nos campos económico, político e de adopção do acervo comunitário, não seria fácil negar à Turquia, com base nos Critérios de Copenhaga, o início do processo de negociações decidido a 17 de Dezembro de 2004. Desde 1987 que a Turquia procura de forma firme, consistente e inequívoca transformar-se, de modo a apresentar-se na cena internacional, como um Estado de direito, secular, democrático, respeitador dos direitos humanos, com uma economia de

³⁸ Comissão Europeia. "2003 Regular Report on Turkey's Progress Towards Accession". 2003

³⁹ <http://europa.eu.int/comm/enlargement/turkey/index.htm>

⁴⁰ "2003 Regular Report on Turkey's Progress Towards Accession"



mercado viável e empenhado na construção europeia. No entanto, a execução e a implementação das referidas reformas institucionais exigidas para assegurar a democracia e o Estado de Direito têm constituído um processo lento, no qual se insere o combate à corrupção que continua de difícil controlo e erradicação.

Em termos económicos e apesar de se encontrar em condições de enfrentar as forças e a pressão do mercado concorrencial, continua a ser necessária uma reforma estrutural em determinados sectores, tais como o bancário, o agrícola e o das empresas públicas. Relativamente ao alinhamento com o acervo comunitário, o avanço da Turquia nos domínios abrangidos pela União Aduaneira tem sido visível, mas continua a ser necessário manter o actual espírito reformista e o esforço noutras linhas de acção política, nomeadamente a nível social e em particular para com as minorias étnicas, em que falta implementar em todo o país, a lei do ensino e do uso das diferentes línguas. Podemos afirmar que em termos de legislação muito foi feito, faltando essencialmente um esforço sério no sentido da sua implementação nas áreas que destacamos: o novo Código Penal que se encontra de acordo com as normas europeias; a lei sobre os Tribunais Intermédios de Recurso e a lei de Associação; o reforço e completa implementação das decisões sobre o respeito pelas liberdades fundamentais e protecção dos direitos humanos (direitos das mulheres, sindicatos, minorias e a dificuldade com que as religiões não muçulmanas se deparam); o controlo civil dos militares; a aplicação da lei e a prática judicial dentro do espírito das reformas; a política de tolerância zero em relação à tortura; a luta contra a corrupção; a normalização da situação no Sudeste, que incentivou o retorno dos deslocados e que se deverá conjugar com o necessário desenvolvimento socio-económico.

Será assim vital, aproveitar o período de negociações para reforçar a posição europeia, de molde a que as reformas políticas e legais se tornem sustentadas e irreversíveis; está prevista a implementação dum mecanismo de monitorização, para acompanhamento das reformas e que marcará o ritmo das negociações, ao determinar objectivos claros para a abertura e fecho de capítulos, bem como acordos específicos relativos às “políticas” estruturais, agrícolas e de liberdade de movimento de trabalhadores. Estima-se que o período de negociações seja longo e que não esteja concluído antes do *terminus* do ciclo financeiro que se prolonga de 2007 a 2013. Este acompanhamento deverá no entanto, ser conduzido de forma muito discreta por parte da União, para evitar que a opinião pública e política turcas não se sintam demasiado pressionadas e daí considerar como ingerência na sua actuação interna. O governo de Recep Erdoğan, tem demonstrado uma clarividência capaz de suavizar as arestas do secularismo turco, ao enfatizar uma governação não corrupta e tem mostrado grande determinação, na concretização e posterior implementação das reformas necessárias para transformar o país.



5. Possíveis Implicações da Adesão da Turquia

“...our approach to Turkey does matter. It says a great deal about how we see ourselves, and want to be seen, in terms both of culture and of geopolitics...” Chris Patten⁴¹

A adesão de um país com a dimensão da Turquia, mesmo a longo prazo e considerando os seus principais aspectos caracterizadores, abrirá uma janela de oportunidade no processo de alargamento e integração da UE, no relacionamento da Turquia com os EUA, para os vários actores da região em que a área de interesse turca se desenvolve e por arrastamento também para Portugal.

a. União Europeia

Sendo um país relativamente pobre, o sector agrícola turco ainda representa 14,2% do valor acrescentado da economia, que só é ultrapassado pelo do comércio (20,6%) e em que a população rural é superior ao total da população belga e o seu rendimento per capita representa apenas um terço da média da UE.

O orçamento da UE prevê a redistribuição de fundos⁴², direccionados fundamentalmente para a Política Agrícola Comum (48%) e para a Política Estrutural e de Coesão (33%). Caso não sejam entretanto alterados os critérios para distribuição destes fundos, a adesão da Turquia irá ter um impacto substancial na distribuição dos mesmos, pelos Estados-Membros. Podemos referir a título de exemplo que com as actuais regras em vigor, todas as regiões turcas estariam elegíveis para os apoios referentes ao Objectivo 1^{xvi}, dos Fundos Estruturais e numa estimativa do CPB⁴³ o total de fundos a disponibilizar à Turquia poderá elevar-se a cerca de € 8 Biliões por ano. Em termos orçamentais, a adesão de um país com a dimensão e estágio de desenvolvimento como o da Turquia, irá obrigar a uma ainda maior disciplina das despesas globais da UE, a uma maior eficiência e maior controlo na aplicação das despesas com as principais políticas agrícolas e de desenvolvimento regional, e provocar necessariamente alterações às contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da União, de modo a reflectirem melhor a sua capacidade contributiva^{xvii}.

Inicialmente concebido para uma comunidade de apenas seis nações, o sistema de tomada de decisões tem evoluído e ao longo de mais de meio século teve que se adaptar à crescente dimensão da UE, para evitar o risco de paralisia das instituições. Neste sentido e no encerramento da CIG de 2004, os Chefes de Estado da União, assinaram um Tratado Constitucional⁴⁴, que consagra numa forma muito mais clara os objectivos e a forma de os alcançar e fixou novas regras para a tomada de decisões. No sistema agora instituído, para o

⁴¹ PATTEN, Chris. Discurso na Universidade de Oxford em Abril 2004. Ver via: www.cer.org.uk

⁴² Anexo T - Fundos Estruturais 2000 2006

⁴³ Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis. “Assessing the economic implications of Turkish accession to the EU”. Mar04

⁴⁴ Apêndice C - Constituição Europeia



processo de tomada de decisão no Conselho, a ponderação dos votos será anulada e em vez dos três critérios até então necessários para a maioria qualificada (o limiar dos votos ponderados, a maioria dos Estados-Membros e 62% da população da União) só continuarão a ser aplicáveis dois critérios: uma maioria dos Estados-Membros e da população da União. Este Tratado rompe, pois, com a ponderação dos votos no Conselho e substitui-a por um sistema mais simples. Para a tomada de decisões no Conselho uma maioria qualificada pode ser constituída por um maior número de combinações de Estados-Membros do que aquele que era proposto pelo sistema do Tratado de Nice. Numa União alargada, esta possibilidade é essencial para o bom funcionamento e para a capacidade de decisão. O sistema torna-se assim mais flexível, já que evitará, aquando de alargamentos ulteriores, longas negociações sobre a atribuição dos votos aos Estados-Membros e a definição do limiar de maioria qualificada. Tem em consideração a dupla natureza da União, ao reconhecer que esta é simultaneamente uma União dos Estados e dos povos, respeita a igualdade entre os Estados-Membros, já que cada Estado dispõe de um voto, ao mesmo tempo que tem em conta o seu diferente peso demográfico. O artigo I-25º do Tratado Constitucional define o novo sistema de maioria qualificada, substituindo o antigo que atribuía a cada Estado-Membro um certo número de votos, por um sistema de dupla maioria.

O Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), assinado em Fevereiro de 1992, criou a PESC⁴⁵ que viria a evoluir na Cimeira de Helsínquia (Dezembro 1999). Na altura, o Conselho Europeu adoptou um conjunto de medidas para promover o avanço de uma PESD e previa o levantamento até 2003, através de contribuições voluntárias das nações, de uma força entre 50.000 a 60.000 militares, com capacidade de executarem e sustentarem missões no âmbito da Declaração de Petersberg. A este respeito foi na altura referido: “...its determination to develop autonomous capacity to take decisions and, where NATO as a whole is not engaged, to launch and conduct EU-led military operations in response to international crisis...”. Mais tarde, em Dezembro de 2003, a Estratégia Europeia em Matéria de Segurança refere que uma: “*União de 25 Estados com mais de 450 Milhões de habitantes e uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto (PNB) mundial, a União Europeia é forçosamente um actor global*”. Como membro da OTAN a Turquia decidiu, no acordo conhecido por “Berlin Plus”⁴⁶ de 17 de Março 2003^{xviii}, apoiar a decisão de a Aliança e de a União poderem partilhar os seus meios. Esta alteração da posição turca, permite que a UE possa liderar operações militares fazendo uso de recursos da Aliança, podendo facilitar o lançamento efectivo da PESD. A concretização deste propósito concretizou-se, em 31 de Março de 2003, com o lançamento da operação

⁴⁵ Ver Tratado da União Europeia, Título I, Art.º B, via <http://europa.eu.int/en/record/mt/title1.html>

⁴⁶ Ver via <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/03-11-11%20Berlin%20Plus%20press%20note%20BL.pdf>



“CONCORDIA”⁴⁷, na FYROM tendo por base a Resolução 1371 do Conselho de Segurança das NU e que constituiu a primeira operação liderada pela UE, com recurso aos meios e capacidades OTAN. Para tal foi preciso acordar com a UE os mecanismos de consulta dos membros NATO e não-UE – o chamado “*participation issue*”⁴⁸.

Caso a adesão turca se concretize, a União poderá reforçar a sua coesão interna e no contexto mundial aumentar a sua influência, ao promover valores como a paz, a segurança, a democracia e os direitos do Homem e constituir um exemplo de boas práticas. A ampliação do mercado único para cerca de 560 Milhões de consumidores em 2025, aumentará a sua importância no Mundo, passando a constituir um parceiro ainda mais forte nas negociações do comércio internacional e poder assumir maiores responsabilidades na gestão da globalização, assegurar uma distribuição mais equitativa da riqueza e adquirir uma maior capacidade de acção no âmbito das organizações internacionais (p.e. OMC e OCDE) e de afirmação nos mercados mundiais.

O alargamento para além do Bósforo poderá reforçar a importância da União, ao ganhar novas e importantes fronteiras que a irão aproximar da Rússia, da Ucrânia, da Bielorrússia e da Moldávia, e ao aceder ao Mar Negro poderá intensificar os contactos com os países do Cáucaso e da Ásia Central. Esta aproximação poderá contribuir para uma maior estabilidade nos Balcãs e dar novas garantias relativamente ao acesso a importantes fontes energéticas. A bacia do Mar Cáspio encerra uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo que após a conclusão do oleoduto de Baku (Azerbaijão) - Ceyhan (Turquia)⁴⁹, poderá garantir as necessidades energéticas à UE de uma forma mais consistente.

A entrada de um mercado com a dimensão do turco, poderá constituir um estímulo ao crescimento económico ao proporcionar novas oportunidades a trabalhadores e empresários. A adopção de políticas comuns, nas áreas ambientais, luta contra o crime organizado, combate à droga e imigração ilegal, pode vir a proporcionar um aumento da qualidade de vida aos cidadãos europeus. A diversidade e cultura turcas, aliadas a um maior intercâmbio de ideias e de conhecimentos, serão igualmente agentes culturais enriquecedores da União.

Uma das implicações mais referidas e que tem levantado dúvidas relativamente à adesão da Turquia, prende-se com a perspectiva duma “invasão” em massa de trabalhadores turcos, dispostos a auferirem salários baixos e pondo em perigo os postos de trabalho. Embora a questão venha a ser tratada durante as negociações de adesão (SILBERMAN, 2004, p.5), a curto prazo são acordadas medidas transitórias para precaver imprevistos. Como regra, os países membros da União podem, por um período que se estende por sete anos, decidir livremente quando os trabalhadores dos novos Estados-Membros podem entrar nos seus

⁴⁷ Anexo U - Missões da UE.

⁴⁸ Ver via http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=594&lang=EN



mercados de emprego. Verifica-se no entanto que a experiência adquirida com alargamentos anteriores revelou que esta problemática é marginal (SILBERMAN, 2004, p.4). Embora actualmente cerca de 3,7 Milhões de turcos trabalhem e vivam em países da União, uma Turquia integrada na UE poderá contribuir para uma diminuição da emigração. Este argumento tem por base o facto da UE contribuir de forma significativa para a estabilização da democracia e da prosperidade económica dos países de origem. De facto, uma Turquia progressivamente mais democrática e próspera poderá tornar-se num pólo de atracção dos seus emigrantes, em especial as comunidades radicadas no centro da Europa, acontecendo um processo idêntico ao que se desenrolou na Grécia, Espanha e Portugal, que viram muitos dos seus nacionais regressar após a adesão, ao verificarem que podiam gozar, nos seus países, dos mesmos direitos e privilégios. A população da UE está progressivamente a envelhecer e dentro de 20 a 25 anos, a UE terá uma demografia ainda mais velha, em contraste com a jovem população turca que poderá satisfazer as suas necessidades laborais e de reforço para a segurança social.

A falta de terrenos para o estabelecimento de grandes indústrias de modo a relançar a economia europeia está a atingir um ponto dramático, em particular na Europa Central, em contraste, a Turquia tem disponíveis enormes espaços para possível utilização por indústrias e mesmo para treino das suas Forças Armadas.

As relações com novos países com os quais passará a partilhar fronteiras marítimas ou terrestres directas, poderá materializar o espírito do documento apresentado pela Comissão Europeia⁵⁰, no qual refere que a União deveria evitar traçar novas linhas divisórias e agir no sentido de promover a estabilidade e a prosperidade de ambos os lados das novas fronteiras, procurando criar laços que se pretendem cada vez mais estreitos com a União e tendo como contrapartida a realização de progressos em matéria do respeito pelos valores democráticos, bem como na execução de reformas políticas, económicas e institucionais.

b. EUA

Pelo papel essencial que os EUA têm desempenhado ao longo da sua História na construção da segurança da Europa Ocidental, pelos laços económicos e sentimentais, por terem contribuído activamente para a integração e segurança europeia, em particular através da OTAN, teremos de considerar os EUA como um “parceiro europeu⁵¹”. A Turquia é desde 1945 e senão ainda mais desde o fim da Guerra-Fria, um aliado político e estratégico essencial dos EUA como o demonstram o apoio financeiro prestado após a II GM, a adesão

⁴⁹ Anexo V - Oleodutos e Gasodutos no Cáucaso e Balcãs

⁵⁰ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. “Europa alargada e os países vizinhos: um novo enquadramento para as relações com os nossos vizinhos orientais e meridionais”. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Bruxelas 11.03.03

⁵¹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2002). Informação internacional: análise económica e política.



à OTAN, bem como a posterior participação de cerca de 4.500 militares turcos, sob o comando das NU, no conflito da Coreia, e que em muito contribuíram para as relações privilegiadas entre ambos. Os EUA têm apoiado claramente a adesão da Turquia à UE como afirmou o Presidente Clinton, em Ancara, pouco antes do Conselho de Helsínquia e o Presidente Bush na Cimeira de Istambul em 2004. As consecutivas posições americanas relativamente ao papel da Turquia vão ao encontro do que Brzezinsky afirma quando a considera de *“importância crítica e pivot geopolítico que estabiliza a região do Mar Negro, controla o acesso ao Mediterrâneo, mantém um equilíbrio com a Rússia no Cáucaso, oferece ainda um antídoto ao fundamentalismo islâmico e serve de âncora Sul à OTAN”* (BRZEZINSKI, 1997, p.47). Este apoio americano está identificado na União e reconhece-se que são seus os interesses estratégicos que estão na base da argumentação, sendo marginais as preocupações relativamente ao impacto político ou económico que tal adesão possa provocar à UE.

O alargamento da OTAN a Leste permite que a organização possa continuar e aumentar a sua intervenção “fora da área”, contanto com o apoio e disponibilidade dos novos Estados-Membros, mas a necessitar paralelamente de uma liderança indiscutível. Quantos mais membros, maior a necessidade de liderança... A Turquia está no entanto cada vez mais independente, como ficou demonstrado durante a guerra do Iraque, mais orientada para a Europa e menos ligada a Washington. Ao não dispor actualmente de adversários regionais que possam ameaçar seriamente a sua segurança, desde que se mantenha internamente estável, necessita cada vez menos de uma garantia de segurança sistemática, pelo que tem procurado intensificar a sua influência regional na defesa dos interesses nacionais, através do reforço dos laços políticos com os seus vizinhos e fomentando internamente um tipo de regime democrático, que possa contribuir para a estabilização regional a longo prazo. Os interesses nacionais turcos estão pois a alterar-se no sentido do reforço dos seus laços regionais e com a UE, enquanto se solta do papel centralizador dos EUA. As boas relações irão no entanto manter-se, por convergência de interesses e a Turquia poderá contribuir para a estabilidade regional, se os EUA não caírem na tentação de a querer manter como o velho e previsível aliado do passado e ao invés permitirem que os turcos desenvolvam de forma independente a sua teia de relações regionais.

c. Turquia

O longo processo negocial e a possível adesão da Turquia à UE poderá contribuir para terminar com o centenário problema da sua identidade, deixando de se questionar se é ou não um país asiático e de ser o “outro” para os Europeus. Será atingido o objectivo de se tornar uma “civilização contemporânea” ligada à Europa e materializará a visão civilizacional de Atatürk, ao assegurar os alicerces republicanos dum regime



multipartidário, secular, democrático, diluindo o perigo de um sistema teocrático e terminando deste modo uma era de intervenções militares. As Forças Armadas Turcas continuarão a ter um papel preponderante no desenvolvimento do país, na OTAN e como parte da PESD.

O sistema penal turco que durante tanto tempo foi criticado, tem vindo a ser revisto através de profundas reformas e a sua implementação tem conduzido cerca de 80 Milhões de cidadãos, a entrar numa nova era legal, em que os direitos humanos e direitos sociais fundamentais são aplicados. Ao participar no processo de decisão europeu, terá uma palavra na elaboração das políticas europeias, pelo que procurará dar maior peso às questões do Médio Oriente, Ásia Central e Sudoeste Asiático que aliado ao facto de ter uma posição de destaque no mundo islâmico⁵², poderá influenciar o desenvolvimento destas regiões e contribuir para a resolução, de forma consensual, das questões de soberania no Mar Egeu, bem como a questão Cipriota.

Em termos económicos, o papel do Estado terá de diminuir forçosamente, sendo substituído por uma economia mais competitiva, ao ser gerida de acordo com a regulamentação europeia. A UE irá manter-se como principal parceiro económico que assegurará a abertura de um mercado de 27 ou 28 países e cerca de 600 milhões de consumidores. Ao beneficiar dos fundos estruturais, terá a oportunidade de criar novos postos de trabalho, através do investimento em infra-estruturas e em formação, de gerar desenvolvimento económico e, ao cativar maior investimento estrangeiro, ganhar acesso a tecnologias avançadas.

A rivalidade entre Bruxelas e Washington é perceptível e irá forçosamente levar a Turquia a fazer algumas opções difíceis. De um lado teremos a facção representada pelas velhas elites turcas, orientadas em direcção do reforço dos laços com os EUA, por acreditarem que este velho aliado será menos exigente relativamente às reformas internas turcas, em especial as que requerem alguma acomodação relativas às exigências da minoria curda. Do outro lado estará uma geração mais nova, mais exposta à Europa através dos milhões de famílias turcas que trabalharam ou emigraram e que se sentem mais atraídas pelo projecto europeu e menos receosas da velha ameaça russa. Por último e embora ainda seja um país de emigração⁵³, verifica-se que regressam ao país anualmente cerca de 40.000 cidadãos e que recebe mais de 15.000 imigrantes da União e que a longo prazo, fruto das reformas entretanto introduzidas, é possível imaginar uma Turquia como um imenso país de acolhimento, tal como o são a Alemanha e a França na actualidade⁵⁴.

d. OTAN

⁵² Anexo X - Distribuição Muçulmana no Mundo

⁵³ Ver documento via: http://www.esiweb.org/pdf/esi_turkey_tpq_id_7.pdf



A Turquia tem sido um membro fiel da Aliança Atlântica, demonstrando lealdade e empenhamento em prol dos interesses do Ocidente, nomeadamente dos EUA. Será importante recordar a importância do sub-factor posição e que historicamente é salientada pelo posicionamento em território turco de 26 instalações de monitorização, que permitiam vigiar os testes balísticos e nucleares soviéticos, instalados durante a presidência de Gerald Ford (1975). Como foi afirmado anteriormente e embora se verifique uma progressiva autonomia turca, relativamente às linhas de acção estratégicas a seguir quando os seus interesses directos de segurança possam ser ameaçados, o seu contributo continua a ser fundamental para a Aliança. Com o potencial militar que possui e deixando a ex-União Soviética de ser uma ameaça à sua soberania, é natural que passe a ter cada vez mais uma posição de destaque, nas opções militares que a Aliança vier a tomar relativamente às regiões que lhe são circundantes e nas quais faz sentir a sua influência. O “*sim*” incondicional da Turquia referente às estratégias militares da OTAN, deixará de ser um dado adquirido, ao procurar afirmar-se como uma potência económica emergente e como potência militar que sempre foi.

e. Regionais

Pelas razões anteriormente expressas, será natural que a Turquia se possa vir a assumir como uma potência mais interveniente nas questões de segurança e da economia regionais ao aliar o seu poder militar, a uma posição geográfica privilegiada, uma pujança económica relativa aos países vizinhos, uma tradição de potência regional e por pertencer aos principais “*clubes*” europeus. A estes factores acrescentam-se as afinidades religiosas e culturais privilegiadas que mantém com alguns dos seus vizinhos, ricos em recursos energéticos e que lhe conferem a aptidão e a capacidade para assumir uma política externa e de segurança e defesa mais autónoma da que seguiu nos últimos 50 anos. Como vimos no factor físico, a orografia a Sul e a Leste não facilita a comunicação com os seus vizinhos árabes e russos. No entanto, seria a política pró-Occidental de Atatürk que aliada a antagonismos históricos que estariam na origem das relações, quase inexistentes durante mais de 50 anos, entre a Turquia, o Médio Oriente e a Rússia. Os árabes mantiveram o distanciamento, devido à hegemonia otomana que os dominou durante séculos e mais tarde pela política externa de Ancara, de apoio ao Ocidente nomeadamente através da OTAN. Os turcos, por seu lado, ressentidos pela aliança dos árabes aos ingleses durante a I Guerra Mundial, em confronto claro com o Império Otomano. A Rússia czarista por durante mais de 500 anos ter ameaçado a independência, a integridade territorial e ter sido um dos principais responsáveis pelo desmembramento do Império Otomano e cuja postura se manteria durante a era soviética. O ressentimento de muitos Estados árabes da região contra o Ocidente deve-se

54 Turkey: A Transformation from Emigration to Immigration. Kemal Kirisci. Ver documento via: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?id=176>



fundamentalmente pelo seu passado colonial no Médio Oriente e por ter permitido a criação do Estado de Israel em solo árabe. A solução encontrada na altura por estes Estados, foi a procurar apoio para as suas causas na União Soviética, como opositor natural à hegemonia e poderio do Ocidente. De notar que a Turquia foi o primeiro país muçulmano a reconhecer, em 1949, o Estado de Israel. Na era pós-soviética, a instabilidade no Médio Oriente alterou alguns posicionamentos estratégicos que conduziu a um maior empenhamento regional da Turquia que rapidamente se apercebeu que do Irão só teria a receber o seu fundamentalismo e da Síria a incitação à revolta da minoria curda e problemas relativos à partilha das águas do Rio Eufrates.

Por necessidades convergentes no âmbito da segurança, Telavive e Ancara mantém desde 1995, uma intensa cooperação militar e de troca de informações sobre grupos islâmicos radicais que operam na região e com o intuito de contrariar um possível e indesejado eixo Damasco-Bagdad-Teerão que embora constitua hoje uma ameaça muito menor sem o apoio soviético, a sua evolução política continua a revelar-se complexa e difícil. Contudo existem sinais de aproximação, como a visita oficial do Primeiro-Ministro sírio à Turquia no ano transacto é reveladora, e é muito provável que se esteja a trabalhar no sentido de um aprofundamento das relações bilaterais e no desenvolvimento dos seus interesses económicos. Os países da região reconhecem hoje que a Turquia não abandonou as suas raízes islâmicas e sentem que existe uma maior independência relativamente aos EUA. Paralelamente nos últimos anos os contactos com Israel têm diminuído, em parte devido à subida ao poder do AKP e ao apoio do povo turco à causa Palestiniana. Embora menores, as relações israelo-turcas são mantidas ao ponto de a Turquia poder continuar a aceder aos sistemas de armas israelitas, tecnologicamente avançados e a contar com o apoio do poderoso “*lobby*” judaico nos EUA.

No Cáucaso, a questão política mais complicada para Ancara relaciona-se com a Arménia em que o não reconhecimento, por parte das autoridades turcas, do genocídio levado a cabo durante a I GM e a posterior anexação da região de Nagorno- Karabakh por parte dos arménios, têm contribuído para as tensões entre os dois Estados. Será provável que o actual *status quo* se mantenha durante bastante tempo pelo que não se vislumbra outra solução, a curto ou médio prazo.

As relações com a Grécia têm melhorado substancialmente, tendo ambos os países participado num exercício da OTAN, transparecendo que longe vão os tempos de Janeiro de 1996, em que só a intervenção de Washington evitou um confronto militar em Imia Kardak, por um grupo de pequenas ilhas rochosas no Mar Egeu, reclamadas pelos dois países. A Grécia possui no Mar Egeu cerca de 3000 ilhas e pretende estender as suas águas territoriais das seis para as doze milhas de acordo com a Convenção sobre o Direito do Mar, bem como o espaço aéreo para as dez milhas. A Turquia, por seu turno mantém ambições marítimas e



procura reconstruir a sua frota marítima comercial, pelo que dificilmente admitirá que o Mar Egeu se transforme num “Lago Grego”. Durante a Cimeira de Bruxelas em Dezembro último, a Turquia aceitou manter relações comerciais com a República Cipriota, em moldes idênticos aos dos restantes Estados-Membros o que permitiu aos líderes europeus acordarem uma data para o início das negociações e que abre a possibilidade de durante o longo período negocial se resolver de forma pacífica, a questão da ocupação da parte Norte da ilha.

f. Portugal

As relações diplomáticas com Portugal estabelecidas em 1931, podem-se considerar boas, com ambos os países a seguir políticas semelhantes nas principais instituições internacionais. As trocas comerciais têm sido desfavoráveis para o nosso país, ao registarem-se, com excepção do ano 2000, sucessivos agravamentos dos défices. Em 2001, as importações ultrapassaram as exportações em € 199,11 Milhões, o que equivale a uma taxa de cobertura de 27,8%. No total das trocas de Portugal com o exterior, a Turquia é responsável por 0,29% das exportações e por 0,65% das importações, assumindo valores marginais o investimento directo líquido entre os dois países.

Ao aderir à UE, a economia turca fará necessariamente baixar a média do PIB da União o que terá implicações nas verbas atribuídas a Portugal, no âmbito do Fundo de Coesão, que se destina a ajudar os países cujo PIB seja inferior a 90% da média europeia. Actualmente a região de Lisboa e Vale do Tejo já se encontra no *Objectivo 2*, podendo a adesão da Turquia provocar a “promoção” de outras regiões portuguesas e a consequente redução de ajudas comunitárias. As principais fragilidades portuguesas prendem-se com a reduzida formação especializada dos trabalhadores, a baixa produtividade e os salários que, apesar de serem baixos, são bastante superiores aos auferidos pelos novos Estados-Membros. A posição geográfica portuguesa é, neste contexto, um “handicap” impossível de ultrapassar, ficando Portugal cada vez mais na periferia da construção comunitária e que pode acentuar a deslocalização de empresas multinacionais, tanto mais que “*os países do alargamento produzem basicamente as mesmas coisas*”, como refere Francisca Saraiva, formadora do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que acrescenta: “*se há países que produzem com mão-de-obra mais especializada, a preços mais baixos, poderá ser natural uma certa tendência para a deslocalização*”. Para combater a situação exposta, foram no entanto apontadas algumas soluções que poderiam passar por: uma maior iniciativa e capacidade de internacionalização do tecido empresarial português; aproveitar as vantagens proporcionadas pelo alargamento do mercado, agora a mais dez Estados-Membros; apostar na modernização e qualidade de modo a aumentar a competitividade dos sectores produtivos, desenvolvendo a capacidade de exportação; e por último aproveitar a grande



experiência e qualidade da banca e seguros portugueses, áreas importantes para os novos países do alargamento.

g. Síntese Conclusiva

Grande parte da conflitualidade poderá desenrolar-se nos Balcãs, Cáucaso e Médio Oriente, zonas tradicionais de risco, de instabilidade, e de conflito que com a adesão turca passarão a ser as fronteiras europeias mais problemáticas em termos de segurança e que deveria implicar, desde já, um maior empenhamento e uma participação mais actuante e decisiva da União nestas regiões. Poderá igualmente ser um desafio ao nível de ambição da União que ao integrar o segundo maior exército da OTAN, aumenta o seu peso político e deste modo contribuir de forma mais afirmativa, para a resolução de algumas das tensões regionais. Pela análise dos factores geopolíticos/geoestratégicos, essencialmente os das estruturas políticas, económicas e militares, podemos inferir da possibilidade da UE se constituir como um verdadeiro actor global, possuidor de uma dimensão diplomática e militar sem precedentes e com capacidade de aceder a zonas de elevado potencial energético. A uma maior independência turca relativamente aos EUA, tem correspondido uma melhoria das relações com os seus vizinhos árabes, iranianos, bem como com a Rússia. A actual identidade islâmica moderada, tem resultado numa aproximação sem precedentes com o Médio Oriente, em que o actual perfil turco é mais agradável aos Estados muçulmanos, e o seu desempenho a nível doméstico visto com maior simpatia e respeito. Em termos económicos, a concorrência comercial irá inevitavelmente aumentar e desviar fluxos de investimento estrangeiro, reduzir a intensidade dos apoios comunitários e aumentar o carácter periférico de Portugal. No entanto, sendo a Turquia um país com uma economia emergente esta poderá potenciar, com condições atractivas, o investimento português e trazer novas oportunidades para as nossas empresas e grupos económicos e financeiros. Por último podemos considerar que o alargar da zona de coesão económica e de estabilidade, a regiões onde a Turquia exerce o seu poder regional, poderá garantir uma maior prosperidade, segurança e paz ao sub-continente europeu.

6. Cenários de Evolução

Para melhor sistematizarmos a problemática do processo de adesão é possível levantar três cenários e abordar de forma sintética as consequências dos mesmos.

Cenário 1 - Podemos levantar a possibilidade da adesão não se concretizar e a Turquia recusar qualquer forma de associação que não passe pela integração plena. Neste cenário extremo, teríamos uma Turquia que se sentiria revoltada e humilhada. Revoltada pela hipocrisia europeia que ao longo de décadas lhe deu sinais claros e inequívocos que caso cumprisse todos os critérios, poderia aspirar aderir ao espaço económico e social europeu. Humilhada por ao se ter empenhado decisivamente com o Ocidente e com a Europa,



descurou as suas ligações culturais e de vizinhança com os restantes Estados muçulmanos, ficando numa situação de “perda de face”. A situação poderia levar a Turquia a isolar-se e conjugando vários factores, reunir as condições para uma forte instabilidade interna, encorajada por um crescimento de forças nacionalistas obscuras, no seu espectro político, baseadas no fundamentalismo religioso. A situação de conflitualidade em Chipre pode ser retomada e as tensões entre a Turquia e a Grécia levar a uma escalada, com consequências imprevisíveis no Mar Egeu. A imigração clandestina em direcção à UE, através da Turquia dos países do Cáucaso, aumentaria de forma preocupante e as comunidades turcas na Europa ao sentirem-se uma ameaça à integração cultural e ao emprego, por aceitarem salários mais baixos e sem custos sociais, passariam a ser alvo de manifestações xenófobas em vários países de acolhimento. As relações externas da UE com os países muçulmanos iriam degradar-se, dificultando o acesso a esses mercados e às matérias-primas necessárias ao relançamento económico, que poderia entrar em estagnação. Os EUA face à instabilidade na região dos Balcãs, Cáucaso e Médio Oriente, reorientariam as suas prioridades de investimento económico e de segurança, para a América do Sul, o Extremo Oriente e o Pacífico. A componente de segurança e defesa europeia perderia progressivamente a pouca credibilidade que tinha vindo a adquirir. Com a Turquia a bloquear qualquer missão na sua área de influência, provocaria a inoperância da Aliança, deixando os EUA de se empenhar na sua liderança. Seria um cenário de elevado risco que poderia contribuir para um mundo estruturado em blocos de dimensões continentais e culturalmente definidos.

Cenário 2 - Do lado diametralmente oposto podemos levantar um cenário optimista, em que a Turquia como Estado-Membro da União e da OTAN, secular, democrático e dinâmico, constituiria um valor acrescentado para o melhoramento dos laços de segurança euro-atlânticos e contribuir deste modo para a segurança regional e para o desenvolvimento económico. A PESD ganharia profundidade estratégica ao aproveitar a posição geoestratégica turca, transformando-se numa plataforma logística de transporte, comunicação e comércio da UE com o Cáucaso, a Ásia e o Médio Oriente. O diálogo Leste-Oeste seria facilitado através da participação turca no contexto das relações internacionais, contribuindo para a projecção do poder e influência da União no Médio Oriente e Norte de África. A economia europeia entraria numa fase de retoma mais sustentada, com a integração de um mercado de mais de 80 Milhões de consumidores que durante os anos de negociações, veriam o seu poder de compra aumentar substancialmente graças ao investimento estrangeiro. O sucesso macroeconómico turco influenciaria de forma significativa, a estabilidade, a democracia, a segurança e a economia dos países vizinhos dos Balcãs, Cáucaso e Médio Oriente que aliado a um aumento da convergência dos interesses europeus e ao reforço da solidariedade mútua, tornariam a UE um actor mais eficaz e credível.



Cenário 3 - Por último podemos avançar com um cenário mais realista no qual a adesão da Turquia, a ocorrer, dificilmente será antes de 2014, já incluindo a Roménia, a Bulgária e eventualmente a Croácia como Estados-Membros. O período negocial será marcado por consecutivos avanços, recuos e inúmeros compromissos negociados, assinalando cedências de ambas as partes e que a pouco e pouco fortalecem a confiança mútua. No final deste período ambos os espaços terão necessariamente evoluído, encontrando-se numa fase mais adiantada o aprofundamento da integração dos actuais Estados-Membros e minimizada a desconfiança dos seus povos relativamente à Turquia. As autoridades turcas irão progressivamente continuar a soltar as suas velhas amarras geopolíticas, dando lugar a um Estado moderado, aliado como sempre foi do Ocidente, com ligações económicas e diplomáticas fortes com a UE, mas com vontade de exercitar o seu poder regional. Certamente que continuará a valorizar as relações privilegiadas com os EUA, no entanto, é natural que durante o longo período de negociações os seus laços económicos e diplomáticos sejam mais aprofundados com a União e como consequência se sinta mais “independente” em relação aos EUA. Esta maior “liberdade” geoestratégica irá torná-la menos previsível, não só pelo reforço das relações com a UE, mas também com os seus vizinhos do Médio Oriente. Finalmente e a concluir este cenário, podemos referir que o processo negocial conduz à adesão de um Estado laico, com uma população maioritariamente muçulmana, consolida o avanço induzido pela diversidade das sociedades europeias, ao mesmo tempo que ancora definitivamente a sociedade turca aos valores ocidentais.

7. Conclusões

*“how to embrace the West without turning its back to the East.”⁵⁵
Sean Yom*

O trabalho que agora termina, inscreve-se no debate europeu, da integração da Turquia na UE e para o qual procurámos dar resposta à questão central sobre “*quais as necessidades de convergência por parte da Turquia e quais as possíveis implicações que tal adesão poderá acarretar?*”.

A pesquisa efectuada permite afirmar que a identidade da UE, segundo os próprios termos do Tratado de Nice, é política e não cultural ou religiosa, sem que ponha em causa os princípios e os valores de natureza política, sobre os quais se funda e que visam a integração em torno de um objectivo, de uma enorme diversidade estatal, regional e cultural dos países europeus. A contracção ou alargamento das fronteiras do sub-continente europeu tem dependido historicamente de opções políticas e quantas vezes com consequências sangrentas. A razão do sucesso da UE, tem residido no facto de ser um projecto de

⁵⁵ YOM, Sean. “Turkey and the Middle East: Challenges, Choices and Consequences”. *Insight Turkey*. Jan-Mar 2004.



integração aberta, numa sociedade plural que defende os valores da democracia política, da diversidade cultural e religiosa, da livre-concorrência, da participação dos cidadãos, do associativismo e da soberania partilhada, e que projecta e promove estes valores nas suas relações externas. Podemos igualmente identificar algumas razões estruturais enformadoras da coesão europeia e que passam pela preferência da estabilidade de fronteiras e da democracia, por Estados multiétnicos, pela opção de uma moeda única como aspecto central da integração, pela conservação do “modelo social europeu” e por último em termos institucionais, pela escolha do princípio da não-proporcionalidade nas relações institucionais entre Estados-Membros.

As experiências de alargamentos anteriores, demonstram que antigos e novos Estados-Membros se conseguem integrar de forma harmoniosa, em que as dificuldades são ultrapassadas e compensadas, a curto e médio prazo por efeitos positivos. No entanto, a forma como alguns cidadãos europeus abordam a questão turca, resulta na sua essência, do modo como a Europa se define a si própria e que ao dar primazia à definição dos limites da sua geografia física e política, em relação aos valores que se encontram expressos como definidores da construção europeia, pode vir a ser um factor gerador de divisões entre os seus povos. A verdadeira “turcofobia” que se tem vivido nos últimos anos na UE é resultado desta, fruto do processo de sucessivos alargamentos a Leste e a Sul, estar a ser confrontada com os seus próprios limites históricos e culturais e ser reveladora da extensão do espaço europeu que pela primeira vez penetra numa região “charneira”. Da leitura da História europeia, com as suas conquistas nos quatro continentes, e mais recentemente com a mobilidade de pessoas e ideias, consequência dos consecutivos alargamentos e integração, é lícito afirmar que a União é hoje manifestamente pluricultural, plurireligiosa e com ambições globais. Por seu lado a Turquia, embora tivesse a opção de se reorientar para o Médio Oriente e para as ex-repúblicas soviéticas do Cáucaso e da Ásia Central, há muito que elegeu a Europa para seu benefício político e económico, como grande objectivo e desígnio nacional.

A generalidade dos líderes europeus foi favorável à decisão de iniciar negociações com a Turquia, alguns mesmo contra a maioria da opinião pública dos respectivos países. Esta opção política, materializa o reconhecimento por parte dos Chefes de Estado e de Governo, das vantagens que o emergente mercado turco, em franco crescimento, poderá significar na defesa dos interesses individuais dos respectivos países. A esta opção, poderemos acrescentar o “peso” da crescente comunidade muçulmana residente e já cidadã europeia, a que se alia uma crescente descredibilização do conceito duma Europa e duma UE exclusivamente cristã.

Ao longo dos últimos 40 anos, tanto a CEE como a UE tiveram oportunidade de negar categoricamente a elegibilidade da Turquia e em tempo propor uma forma de parceria



privilegiada em substituição da adesão plena. Em nenhum documento oficial encontramos esta solução, pelo contrário foram dados sinais de esperança e de encorajamento no sentido da adesão, tal como referia Javier Solana na Cimeira de Helsínquia: “*A Turquia já marcou lugar na Europa*”. As autoridades comunitárias afirmaram até à exaustão que o processo negocial conducente a uma adesão plena seria possível, desde que a Turquia viesse a adoptar e a cumprir, com os critérios estabelecidos em Copenhaga e após parecer favorável da Comissão Europeia. Todas as formalidades exigidas foram cumpridas e há que reconhecer os esforços do governo turco, para aproximar o funcionamento da sua sociedade aos padrões comunitários. Como corolário deste processo que formalmente se iniciou em 1999, os Chefes de Estado e de Governo, na Cimeira Europeia de Bruxelas de 17 de Dezembro de 2004, confirmaram as conclusões da Comissão Europeia e decidiram dar início às negociações a 03 de Outubro de 2005. O processo negocial irá ser longo e difícil, podendo prolongar-se por mais de uma década e com a possibilidade de ser suspenso, caso se verifiquem desvios graves, relativamente ao cumprimento e implementação das medidas necessárias à adesão.

A criação de um espaço de paz e de prosperidade foi um dos objectivos que esteve na origem da ratificação dos Tratados de Roma, posteriormente reiterados em Maastricht e que motivou os consecutivos alargamentos e a gradual integração dos Estados-Membros. A inclusão de um Estado como a Turquia, caracterizado por vezes como demasiado grande, demasiado pobre, demasiado muçulmano e com fronteiras demasiado problemáticas, será certamente um dos maiores desafios políticos que se irá colocar nas próximas décadas aos povos e líderes da União. É um objectivo a alcançar a longo prazo e na altura, nada será como actualmente quer no espaço da União, quer internamente na Turquia, bem como nos espaços regionais em que se insere. No entanto, o desafio posto aos actuais Estados-Membros passa pela sua capacidade e vontade, para progressivamente integrar uma Turquia laica, democrática e ocidental, numa UE pluricultural e global.

Do fundamentalismo secular imposto por Atatürk, a Turquia de Erdoğan está a encontrar o equilíbrio em que a tradição islâmica turca está progressivamente a ser reintegrada na nova ordem política. O verdadeiro teste será ver como o governo vai lidar com o radicalismo islâmico e se conseguirá forjar uma compreensão mais moderna, sobre qual o papel que o Islão deve ou não deve ter na nova ordem política do país. O início do processo negocial em si já constitui um sinal único da validade do modelo democrático da UE para o Mundo e um desmentido aos que pregam a impossibilidade desta diversidade. No entanto, se a União não tiver a capacidade ou a vontade de absorver e integrar um Estado, meramente por razões culturais ou religiosas, a tão propagada união baseada em valores universais, perderá sentido e credibilidade.

Sendo inegavelmente uma potência regional, a importância da Turquia é no entanto



mundial e pode reavivar a Este, a consciência da identidade do conjunto de países que ainda hoje constituem um “*Arco Otomano*”, numa larga região que se prolonga desde o Turquistão Ocidental na Rússia até ao Turquistão Oriental na China (Brzezinski, 1997, p. 136). O definir uma data para o início das negociações, não significa que a adesão seja automática, constitui meramente o corolário pelo cumprimento dos critérios impostos pela União e durante o qual a Turquia terá que provar “*de jure*” e “*de facto*” que é e pretende continuar a ser, um estado laico e democrático, capaz de acompanhar o processo evolutivo da União e de implementar as reformas internas que entretanto adoptou. Terminar com sucesso este período negocial e conquistar a opinião pública dos Estados-Membros, pode ser bem mais difícil. Contudo, tanto a Turquia como a UE continuarão a transformar-se e a alterar as percepções que as respectivas populações têm umas das outras. A forma como conduzir o processo evolutivo de relacionamento com o mundo islâmico, através da Turquia, deve constituir uma prioridade, por estar em causa não só a futura adesão de um Estado-Membro, mas igualmente a segurança e o futuro da União. Por seu lado as autoridades turcas continuarão, a agir sem complexos, falta de visão de política externa, com habilidade e determinação, sem estarem espartilhadas à ditadura do “politicamente correcto”, e a manter a sua estratégia de desenvolvimento e de modernização em que a adesão à UE constitui o instrumento para atingir os seus objectivos.

Será que uma Turquia moderna, laica, democrática, próspera que adopte os valores universais de uma Europa do séc. XXI, pode ser contra os interesses da UE? Entendemos que não, pois tanto precisa a União da Turquia, como esta da União.

IAEM, 14 de Fevereiro de 2005

*Raul Jorge Laginha Gonçalves Passos
Coronel de Cavalaria*



EPÍLOGO

“O modo como a Europa trata a Turquia resulta do modo como a Europa se define a si própria.”

João Marques de Almeida
Independente, 08Nov02

“Will the EU’s wider borders be accompanied by wider EU strategic horizons, or will EU nations be so preoccupied with “digesting” the consequences of enlargement that they punch below their potential on the world stage?”

Daniel Hamilton
Strategic Implications of Enlargement



BIBLIOGRAFIA

Livros

- ACHCAR, Gilbert e al. (2003). L'Atlas du Monde Diplomatique. Boris Séméniako, France.
- ARENG, Liina (2002). The Caucasus and Central Ásia: needs and options for stabilization. – Rome: NATO Defense College.
- BONIFACE, Pascal (2000). Atlas das Relações Internacionais. 2ª Edição. Tradução de Germano Rio Tinto, Hatier, Paris.
- BRZEZINSKI, Zbigniew Out of Control. Touchstone. 1993.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. The Choice. Global Domination or Global Leadership. Basic Books.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. The Geostrategic Triad. Living with China, Europe and Rússia. Center for Strategic and International Studies.
- BRZEZINSKY, Zbigniew (1997). The Grand Chessboard. American Primacy and its Geostrategic Imperatives. Basic Books, New York.
- CORREIA, Pedro de Pezart. Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. II- Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito. Andaimos do Mundo. Fevereiro 2004.
- DIVISION, Federal Research. Turkey: a Country Study. Library of Congress, Set1987.
- EVERTS, Steven. FREEDMAN, Lawrence. GRANT Charles. HEISBOURG François. KEOHANE Daniel. O'HANLON, Michael. A European Way of War. The Center for European Reform
- KINDER and HILGEMANN (1994). The Anchor Atlas of World History.
- KISSINGER, Henry. Anos de Renovação. Gradiva. Maio de 2003.
- KISSINGER, Henry. Diplomacy. Simon and Schuster 1994.
- KISSINGER, Henry. Does America Need a Foreign Policy? 2001.
- LEJOUR, A.M., MOOIJ, R. A. de, CAPEL, C. H. Assessing the economic implications of Turkish accession to the EU. Março 2004.
- LEWIS, Bernard. O Médio Oriente e o Ocidente: o que correu mal? Gradiva. 2000.
- BONIFACE, Pascal. Atlas das Relações Internacionais (1997). Plátano.
- SANTOS, General Loureiro dos (2004). Convulsões. Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV. – Publicações Europa América.
- TODD, Emmanuel. Após o Império. Ensaio sobre a decomposição do sistema americano. Éditions Gallimard, 2002.

Documentos, Monografias, Revistas e Jornais

- ARENG, Liina. The Caucasus and Central Ásia: Needs and Options for Stabilization. Rome: NATO Defense College, 2002.
- BORCHARDT, Klaus-Dieter. The ABC of Community Law. European Communities, 2000.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. “Europa alargada e os países vizinhos: um novo enquadramento para as relações com os nossos vizinhos orientais e meridionais”. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Bruxelas 11.03.03



- COMISSÃO Europeia. “2003 Regular Report on Turkey’s Progress Towards Accession”. 2003
- COMMISSION of the European Communities. Recommendation of the European Commission on Turkey’s Progress Towards Accession. Brussels, 06.10.04
- D’ESTAING, Valery Giscard. L’Europe met la Turquie en porte-à-faux. Geopolitique – Paris – N° 69 Abril 2000.
- EMERSON, Michael. Beyond EU-25: Europe’s Existential Dilemma. Conferência Gulbenkian. 26/27 Out 2004.
- ERZAN Refik, KIRISÇI Kemal. Turkish Immigrants: Their Integration Within the EU and Migration to Turkey.
- EUROBAROMETER 61. Public Opinion in The European Union - Spring 2004 - National Report – Portugal.
- EUROPEAN SECURITY STRATEGY. A Secure Europe In A Better World. Bruxelas, 12 Dec 2003.
- FULLER, Graham E. “And Now, the Turkish Model”. Newsweek, 11 Out 2004.
- HAMILTON, Daniel. Strategic Implications of Enlargement. Conferência Gulbenkian. 26/27 Out 2004.
- HELCLREF, Publications. Defining the Borders of the New Europe. 2002.
- IPRIS (2003). Geopolítica do Médio Oriente. Diário de Notícias, 10 Set.
- L’ETAT du Monde 2003. Annuaire économique géopolitique mondial. La Découverte.
- ESTRATÉGIA Europeia em Matéria de Segurança. “Uma Europa Segura num Mundo Melhor. Bruxelas, 12 Dec 03.
- LEANDRO, TGEN Garcia. OTAN – a Cimeira de Istambul. Diário de Notícias, 12 Jul 2004.
- LEJOUR, A.M.; MOOIJ, R.A. de, CAPEL, C. H., Assessing the economic implications of Turkish accession to the EU. CPB Document. Maart 2004.
- LOPES, Hernâni. A Turquia não é Europa. Expresso, 02 Outubro 2004.
- MARTINS, Verónica e GOMES, Ana. Turquia: um Compromisso adiado. Diário de Notícias, 12 Jul 2004.
- MATTEWS, Owen. « A Good European ? ». Newsweek, 11 Out 2004.
- MATTEWS, Owen. Europes’s Oddest Couple. Newsweek. Agosto 2004.
- MATTHEWS, Owen. Here and Now. Best Country to be Young: Turkey. Newsweek, 26 Jul 2004.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2002). Informação internacional: análise económica e política.
- RALHETA, Maj Paulo. FARINHA Maj Mendes. SANTOS, Maj Costa. FIGUEIREDO, Maj Ponte. GORDO, Maj Braga. SOUSA, Maj Pinto de. SALGADO, Maj Costa. A Geopolítica da Turquia. CEM 2001-2003.
- RAPPORT de la Commission Indépendante sur la Turquie. La Turquie dans l’Europe : Plus qu’une promesse ? Septembre 2004.
- SAMPAIO, Jorge. Limites e Fronteiras da Nova Europa. Alocução na Fundação Calouste Gulbenkian. Outubro 2004
- SAMPAIO, Jorge. Limites e Fronteiras da nova Europa. Conferência Gulbenkian. 26/27 Out 2004.



- SILBERMAN, Roxane. “les immigrés au Coeur d’une Europe élargie. Peut-on se passer d’une politique migratoire ? Conferência Gulbenkian, 27/28 Out 2004.
- SILBERMAN, Roxane. Les Immigrés au Coeur d’une Europe Élargie. Peut-on se passer d’une politique migratoire ? Conferência Gulbenkian. 26/27 Out 2004.
- SOUSA, Fernando de. Negociações da UE com Ancara previstas para a Primavera de 2005. Diário de Notícias. 06 Out 2004.
- TAVARES, José Pedro. Quem tem medo da Turquia? Expresso, 18 Set 2004.
- TRATADO para uma Constituição Europeia. Convenção Europeia. Roma. Julho 2003
- YOM, Sean. “Turkey and the Middle East: Challenges, Choices and Consequences”. Insight Turkey. Jan-Mar 2004.
- ZAKARIA, Fareed. How not to Win Muslim Allies. Newsweek. Setembro 2004.
- ZUCKERT, Michel P. The EU’s Federalism Deficit: A Madisonian Perspective. Conferência Gulbenkian. 26/27 Out 2004.

Conferências

- A Adesão da Turquia na UE. Instituto Francisco Sá Carneiro. Hotel Tivoli. 20Out04
- As Novas Fronteiras da Europa. O Alargamento da União: Desafios e Consequências. Fundação Calouste Gulbenkian. 26-27Out2004.

Sites na internet

- <http://csis.org/>
- <http://europa.eu.int>
- <http://lcweb2.loc.gov/>
- <http://medievalcoins.ancients.info/Maps.htm>
- <http://news.bbc.co.uk>
- http://news.xinhuanet.com/english/2004-10/04/content_2051317.htm
- <http://nsa.nato.int/>
- <http://www.bartleby.com/>
- <http://www.britannica.com/>
- <http://www.carlisle.army.mil/ssi/Index.cfm>
- <http://www.cartographic.com/>
- <http://www.cer.org.uk>
- <http://www.cgd.pt/>
- <http://www.ciari.org/index.htm>
- <http://www.cijdelors.pt>
- <http://www.cmecp.org/fo/>
- <http://www.columbia.edu/>
- <http://www.columbia.edu/~sss31/Turkiye/universite.html>
- <http://www.da.mod.uk/CSRC>
- <http://www.deltur.cec.eu.int/english/main-e.html>
- http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LC_263_3_0001.htm
- <http://www.dpp.pt/>
- <http://www.eia.doe.gov/>



- <http://www.eubusiness.com/>
- <http://www.euronews.com/>
- http://www.europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/
- <http://www.europarl.eu.int/>
- <http://www.eurunion.org>
- <http://www.hpronline.org/main.cfm>
- <http://www.hri.org/>
- <http://www.kho.edu.tr/english/index.htm>
- <http://www.khouse.org/>
- <http://www.lexicorient.com/e.o/>
- <http://www.mfa.gov.tr/>
- <http://www.migrationinformation.org/>
- <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?id=176>
- <http://www.oecd.org/>
- http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Portugal_na_Ue/
- <http://www.rusi.org/>
- <http://www.saer.pt/index.asp>
- <http://www.state.gov/>
- <http://www.transparency.org/>
- http://www.tsk.mil.tr/eng/genel_konular/kuvvetyapisi.htm
- <http://www.turkishdailynews.com/>
- <http://www.twq.com/>
- <http://www.unicef.org/>
- <http://www.worldbank.org/>

ÍNDICE DE APÊNDICES

<i>Apêndice A: Conceitos</i>	<i>II</i>
<i>Apêndice B: Processo de integração da Turquia na Europa.....</i>	<i>IX</i>
<i>Apêndice C: O Tratado Constitucional.....</i>	<i>XI</i>

Apêndice A: Conceitos

Acervo Comunitário – conjunto de direitos e deveres que ligam os Estados-Membros da UE. Este acervo deve ser aceite pelos países candidatos antes da adesão à UE e incorporado nas respectivas legislações nacionais.

Agenda 2000 - Documento elaborado pela Comissão Europeia e que contempla como principais elementos: As grandes linhas para o desenvolvimento da UE e das suas políticas ao dobrar do século (p.e. a PAC e as políticas regionais); O impacto do alargamento para a UE como um todo; O futuro enquadramento financeiro após 2000, na perspectiva de uma União alargada.

Alargamento – este conceito designa as cinco vagas sucessivas de adesões que a Comunidade Europeia conheceu e pelas quais nove países se vieram juntar aos seis países fundadores - Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos. Assim em 1973, juntaram-se a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido; em 1981, a Grécia; em 1986, a Espanha e Portugal; e em 1995 foi a vez da Áustria, da Finlândia e da Suécia. A 01 de Maio de 2004 realizou-se o maior alargamento de sempre da União ao aderirem a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a Republica Checa, a Eslováquia, a Eslovénia, a Republica de Chipre, Malta e a Hungria. Encontram-se em processo de candidatura, a Roménia, a Bulgária, a Turquia e a Croácia.

Alto-Representante para a PESC (Política Externa e de Segurança Comum): este cargo foi criado pelo Tratado de Amesterdão e é exercido pelo Secretário-Geral do Conselho, com vista a auxiliar a Presidência da UE em tudo o que diz respeito à política externa e de segurança comum.

Banco Central Europeu: está localizado em Frankfurt e incumbe-lhe a política monetária da zona euro, isto é, dos Estados-Membros que optaram pela moeda única. Tem uma Comissão Executiva constituída por seis membros. O Conselho de Governadores reúne os Governadores dos bancos centrais da zona euro e os membros da Comissão Executiva.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: elaborada e aprovada por uma Convenção composta por representantes do Parlamento Europeu, dos Parlamentos nacionais, dos Estados-Membros e da Comissão Europeia, foi proclamada solenemente no Conselho Europeu de Nice de Dezembro de 2000, sendo considerada pelo Parlamento Europeu como o embrião de uma verdadeira Constituição Europeia.

Cidadania Europeia: qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro é considerada um cidadão da União. Esta cidadania assegura-lhe, nomeadamente, a liberdade de circulação e de residência no território da União, bem como o direito de votar e de ser eleito em eleições autárquicas ou para o Parlamento Europeu no seu país de residência. Garante-lhe, igualmente, o direito de petição ao Parlamento Europeu e o direito de recurso ao Provedor de Justiça Europeu. A cidadania europeia não substitui a cidadania nacional, antes a complementa.

Comissão Europeia: instituição que possui a iniciativa em matéria de legislação comunitária, gere as políticas comuns europeias, executa o orçamento e vela pelo respeito do Tratados. É nomeada por um período de cinco anos, sendo submetida a um voto de investidura do Parlamento Europeu, perante o qual é responsável.

Comité das Regiões: comité consultivo, criado pelo Tratado de Maastricht, composto por 222 representantes de pessoas colectivas territoriais regionais e locais da União, designados pelos Estados-Membros. Tem a sua sede em Bruxelas.

Comité Económico e Social Europeu: comité consultivo, composto por 222 representantes das diferentes categorias económicas e sociais da União. Tem a sua sede em Bruxelas.

Comunidade Europeia: substitui, por força do Tratado de Maastricht de 1992, a Comunidade Económica Europeia, que havia sido criada pelo Tratado de Roma de 1957, e trata das questões ligadas à liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, aos transportes, à concorrência e fiscalidade, à política económica e monetária, à política comercial, ao emprego e política social, à cultura, à saúde, aos consumidores, à indústria, à política de desenvolvimento regional (coesão económica e social), à investigação, ao ambiente e ao desenvolvimento. Inscreve-se no quadro mais alargado da União Europeia.

Conferência Intergovernamental (CIG): é no âmbito desta Conferência que os governos dos Estados-Membros negociam as reformas dos Tratados.

Conselho da Europa: é uma organização intergovernamental composta por 44 Estados-Membros, que aprova as convenções pan-europeias, nomeadamente nos domínios da protecção dos direitos do Homem, da cultura e da educação. Tem sede em Estrasburgo desde 1949, não devendo ser confundido com o Conselho Europeu.

Conselho da União Europeia: é composto por ministros de cada um dos Estados-Membros (ou pelos seus representantes), reunindo-se periodicamente, em Bruxelas ou Luxemburgo, para aprovar a legislação comunitária, muitas vezes em co-decisão com o Parlamento Europeu. A presidência do Conselho da União Europeia é exercida rotativamente, durante um período de seis meses, por um dos Estados-Membros. A sua composição varia conforme os assuntos a tratar (Finanças, Agricultura, Negócios Estrangeiros, etc.). As decisões do Conselho da UE são preparadas pelo Comité dos Representantes Permanentes dos Estados-Membros (COREPER).

Conselho Europeu: reúne, desde 1975, pelo menos duas vezes por ano, os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros – assistidos pelos ministros dos Negócios Estrangeiros – e o Presidente da Comissão Europeia. É ele que define as orientações políticas gerais da UE, abordando as grandes questões internacionais. As reuniões do Conselho Europeu são conhecidas por comunicação social como Cimeiras.

Convenção: criada por decisão do Conselho Europeu de Laeken, em Dezembro de 2001, a Convenção sobre o futuro da Europa está incumbida de examinar as questões mais importantes suscitadas pelo desenvolvimento futuro da União.

Critérios de Copenhaga: São os preceitos políticos estabelecidos na Cimeira de Copenhaga que define que a quando da adesão, os novos Estados-membros, devem cumprir com os 3 critérios considerados fundamentais:

- Critérios Políticos – As instituições do país candidato terão atingido a estabilidade, garantindo a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos, e o respeito e a protecção das Minorias;

- ▶ Critérios Económicos – O país terá uma economia de mercado funcional, assim como capacidade para aguentar a pressão concorrencial e as forças de mercado que se fazem sentir dentro da UE;
- ▶ Critério de Adopção do Acervo Comunitário – O país terá capacidade para assumir as obrigações decorrentes da condição de Estado-membro, designadamente a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.

Decisão: na legislação europeia, a decisão é de aplicação obrigatória para os destinatários nela referidos.

Directiva: na legislação europeia, a directiva obriga os Estados-Membros no que se refere ao resultado a atingir, deixando-lhes a escolha dos meios para o alcançar.

Erasmus: é um programa da UE, correspondendo a uma vertente do programa Sócrates, no domínio da educação, que permite que estudantes de um determinado Estado-Membro possam efectuar uma parte dos seus estudos num outro país da UE.

Eurogrupo: é uma estrutura informal que reúne os 12 membros do Conselho “Economia e Finanças” que representam a zona euro.

Fundos Estruturais: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA) e o **Fundo de Coesão** (FC), que se destinam a reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e dos Estados-Membros da UE.

Geoestratégia: é a gestão estratégica dos interesses geopolíticos. Brzezinski, “The Grand Chessboard”, pág 31.

Grupo dos 20: Fundado em Washington a 25 Set 1999, pelos membros do G7, este fórum informal tem como objectivo «facilitar a discussão e o estudo de assuntos de relevância política entre os países industrializados e os mercados emergentes, procurando facilitar a estabilidade financeira internacional». Inclui os membros do G7-Canadá, EUA, Reino Unido, França, Itália, Japão, e Alemanha – bem como outros Estados estratégicos e os “mercados emergentes”. Incluir a fonte Nestes incluem-se – a Rússia, a UE (o Presidente

da UE e o Presidente do BCE têm assento nas cimeiras), a Índia, a China, a Indonésia, a Coreia do Sul, a Arábia Saudita, a Turquia, o Brasil, o México, a Argentina, a África do Sul e a Austrália.

Helsinki Headline Goal: Para desenvolver as capacidades europeias, os Estados-Membros marcaram a si próprios um Objectivo: até 2003, de forma voluntária, terão a capacidade de deslocar rapidamente e sustentar forças militares capazes de executarem todo o espectro de missões de Petersberg, tal como acordado no Tratado de Amesterdão, incluindo as mais exigentes operações até ao nível de Corpo de Exército (até 15 Brigadas ou 50.000 a 60.000 militares). Estas forças devem ser militarmente auto-sustentadas com as necessárias capacidades de comando, controlo e informações, logística e o restante apoio de combate e de serviços e adicionalmente com os necessários elementos aéreos e navais. Os Estados-Membros devem ser capazes de deslocar esta força num prazo de 60 dias, e em simultâneo fornecer os elementos de resposta rápida disponíveis e de rápida mobilização com elevada capacidade de prontidão. Devem ser capazes de sustentar esta força por um período não inferior a um ano. Esta exigência necessitará de um número adicional de forças com um grau de prontidão menor de modo a renderem as forças iniciais.

Maioria qualificada: Considera-se que a maioria qualificada é atingida quando, uma decisão reúne 55% dos Estados-Membros, incluindo pelo menos quinze deles, e representa simultaneamente pelo menos 65% da população da União. Este artigo especifica igualmente que as disposições se aplicam também no caso em que o Conselho Europeu deliberar por maioria qualificada e nesse caso, nem o Presidente do Conselho Europeu nem o Presidente da Comissão participam na votação.

Órgãos Político-Militares Permanentes da UE: Em Dezembro de 2000, o Conselho Europeu de Nice aprovou os seguintes Órgãos Político-Militares Permanentes da UE, no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa: “*Comité Político e de Segurança*” (Decisão do Conselho de 22-01-2001, OJL27 de 30-01-2001, pág. 1); “*Comité Militar da UE*” (Decisão do Conselho de 22-01-2001, OJL27 de 30-01-2001, pág. 4); “*Estado-Maior da UE*” (Decisão do Conselho de 22-01-2001, OJL27 de 30-01-2001, pág. 7).

Parcialmente Livre: Pelos critérios da “Freedom House” um estado “parcialmente livre” é aquele em que a população goza de alguns direitos e liberdades políticas básicas, mas

onde a protecção dessas liberdades é ameaçada por uma elevada corrupção, uma fraca aplicação da lei e limitado pluralismo político. Marrocos e a Rússia, por exemplo, são também classificadas como “parcialmente livres”.

Política Externa e de Segurança Comum (PESC): após ter dado os primeiros passos no início da década de 70, inicialmente sob a forma de uma “cooperação política europeia”, a política externa da União alargou-se. Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão codificaram-na e juntaram-lhe a dimensão da segurança comum. O Alto-Representante para a PESC assiste a Presidência do Conselho neste domínio.

Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD): a partir do Conselho Europeu de Colónia (1º semestre de 1999), a componente de segurança e defesa da política externa passa a ser sinónimo de gestão de crises; a partir do Conselho Europeu de Helsínquia (2º semestre de 1999) este conceito é definitivamente enraizado no léxico e na agenda da acção da União Europeia procurando-se, com base em princípios estabelecidos, criar novas estruturas, definir modalidades para consulta e cooperação com a OTAN, com países terceiros e com outras organizações internacionais, elaborar novos mecanismos e suscitar o desenvolvimento de capacidades inexistentes, articulando-as com outras já ao dispor da União.

Presidência da União Europeia: a Presidência é organizada com base num sistema de rotação semestral, sendo exercida por cada Estado-Membro por um período de seis meses.

Resolução do Parlamento Europeu: é um texto aprovado pelo Parlamento Europeu, o qual exprime o seu parecer, quer sobre um texto legislativo – caso em que se designa por “resolução legislativa” – quer sobre qualquer outro assunto sobre o qual tenha decidido emitir opinião por sua própria iniciativa; esta resolução “não legislativa” tem em vista influenciar uma determinada política da UE.

Screening: exame analítico do acervo comunitário, que precede a abertura de negociações. É um exercício multilateral em que a Comissão identifica e explica a todos os países candidatos o acervo em vigor na altura da abertura das negociações. Passa a ser um exercício bilateral em que a Comissão avalia a situação de aplicação do acervo em cada um dos Estados candidatos, e identifica as lacunas por colmatar. Serve igualmente de base para

a abertura de negociações em que a Comissão elabora um “relatório de screening” para cada capítulo e cada país candidato, que constitui a base para o lançamento do processo de negociação propriamente dito.

Tribunal de Contas Europeu (TCE): fiscaliza a boa gestão das finanças comunitárias e pode assinalar qualquer irregularidade ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Tem sede no Luxemburgo.

Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias: Composto por juízes nomeados pelos Estados-Membros, e por 8 advogados-gerais, cumpre-lhe assegurar o respeito do direito na aplicação e interpretação dos tratados. Tem a sua sede no Luxemburgo. Este Tribunal não deve ser confundido com o Tribunal Internacional de Justiça de Haia, dependente das Nações Unidas, nem com o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que está sediado em Estrasburgo e depende do Conselho da Europa.

União Europeia: a União é fundada sobre as Comunidades – a Comunidade Europeia, a CECA (extinta em 2002) e a EURATOM -, complementadas pela PESC – Política Externa e de Segurança Comum – e pela acção comum em matéria policial e penal.

Fonte: Dados obtidos no Centro de Informação Jacques Delors – Lisboa

Apêndice B: Processo de Integração da Turquia na Europa

1923	Assinatura do Tratado de Lausana. Proclamação da República da Turquia.
1948	Membro fundador da OECE. Membro fundador das Nações Unidas.
1949	Membro do Conselho da Europa.
1952	Membro da OTAN.
1959, Julho	Pedido de Associação à Comunidade Económica Europeia.
1963	Acordo de Ancara para uma União Aduaneira com os 6 países da Comunidade Europeia ⁵⁶ .
1975	Adere à CSCE (em 1994 transforma-se em OSCE).
1987	Pedido de adesão plena da Turquia à Comunidade Europeia.
1993, Junho	Conselho Europeu de Copenhaga com a formulação dos Critérios para adesão de países candidatos à União Europeia.
1995	Membro Associado da União da Europa Ocidental.
1995, Dezembro	Entrada em vigor do Tratado de União Aduaneira.
1997, Dezembro	Conselho Europeu do Luxemburgo, convida a Comissão Europeia a elaborar uma Estratégia Europeia para a Turquia.
1998, Março	A Comissão Europeia adopta a comunicação “Estratégia Europeia para a Turquia”.
1999, Outubro	Parlamento Turco aprova alterações de fundo na Constituição (reforço dos direitos humanos e liberdades individuais).
1999, Novembro	Aprovado o novo Código Civil Turco (reconhecimento da minoria curda e fim da pena de morte).
1999, Dezembro	Conselho Europeu de Helsínquia concede à Turquia o estatuto de país candidato ⁵⁷ .
2001, Março	A UE adopta a “Parceria de Adesão para a Turquia”.
2001	Alteração de 34 Artigos da Constituição que garantem os direitos humanos reforça o Estado de Direito e reestrutura as instituições democráticas.
2002, Janeiro	O novo Código Civil é adoptado pelo Parlamento Turco.
2002	Aprovação pelo Parlamento Turco de 3 importantes pacotes legislativos.

⁵⁶ Este Tratado confere à Turquia o estatuto de país associado e prevê no preâmbulo e no Art.º 28 que o fim último da associação será a adesão. O Tratado foi ratificado pelos respectivos Paramentos. O Presidente da Comissão, Sr. Hallstein referiu “... *doravante, o pico mais alto da Europa não é o Monte Branco, mas sim o Monte Ararat...*”

⁵⁷ Nas conclusões do Conselho Europeu de Helsínquia destaca-se das suas conclusões a seguinte passagem “... *A Turquia é um Estado candidato destinado a aderir à União tendo por base os mesmos critérios que se aplicaram a outros Estados. No âmbito da Estratégia Europeia, a Turquia, como qualquer outro Estado candidato, beneficiará de uma estratégia de pré-adesão de forma a estimular e a apoiar as suas reformas*”

2002, Dezembro	Cimeira de Copenhaga ⁵⁸ .
2003, Junho	Conselho Europeu de Tessalónica, aprova a revisão da Parceria para a Adesão em que a Turquia vê reforçado o apoio financeiro da UE para o cumprimento dos Critérios de adesão.
2004, Outubro	Apresentação do relatório final da Comissão Europeia, em que é dado parecer positivo ao início de negociações com a Turquia, em apoio à decisão da Cimeira Europeia de Dezembro em Bruxelas.
2004, Dezembro	Cimeira Europeia de Bruxelas decide iniciar em 2005 as negociações conducentes à futura adesão da Turquia à UE.

⁵⁸ “...Reafirma a decisão tomada em 1999 em Helsínquia em que a Turquia é um Estado candidato destinado a aderir à União... Realça os passos importantes que a Turquia desenvolveu no sentido de cumprir os critérios de Copenhaga, em particular através dos recentes pacotes legislativos e das medidas de implementação subsequentes...A União encoraja a Turquia a prosseguir energeticamente o seu processo de reformas. Se o Conselho Europeu de Dezembro de 2004, tendo por base o relatório e as recomendações da Comissão, decidir que a Turquia cumpre os critérios de Copenhaga, a UE abrirá, sem demoras, as negociações de adesão com a Turquia...”

Apêndice C: O Tratado Constitucional

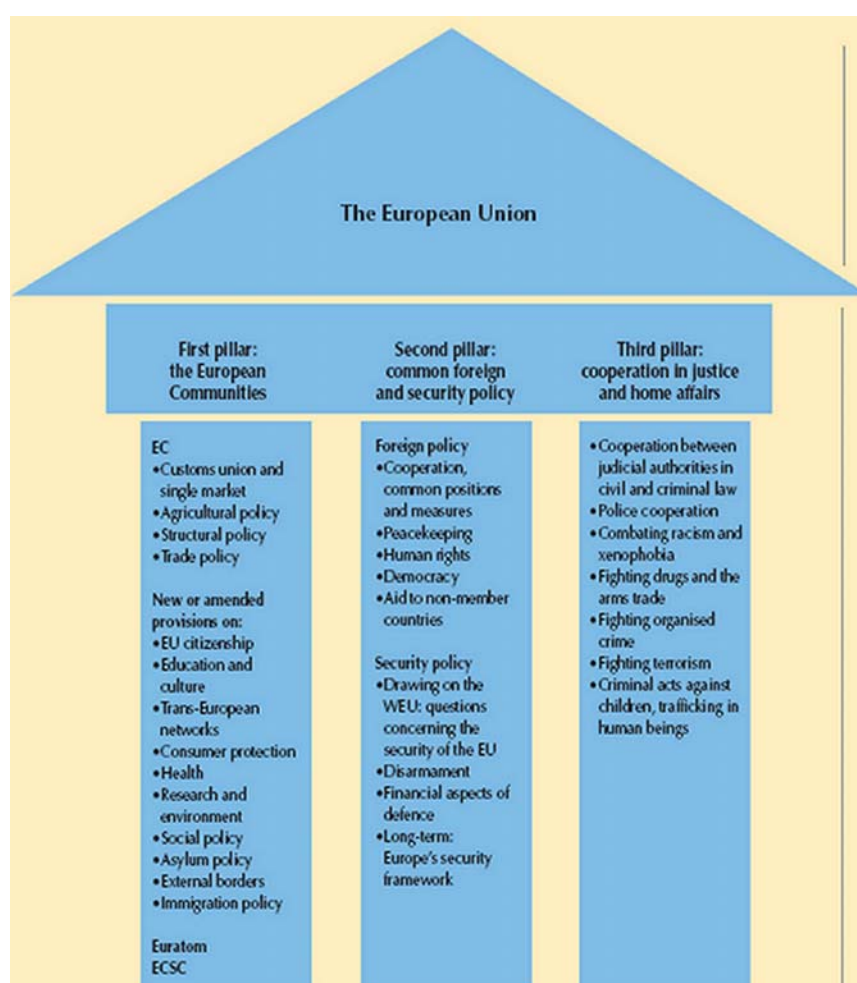
Tratado constitucional único, que substitui todos os anteriores. Desaparece a actual estrutura do tratado em três pilares⁵⁹.

A UE passa a ter personalidade jurídica e a poder subscrever tratados internacionais.

Delimita as competências entre a UE e os Estados-membros, fixando as competências exclusivas da UE e as competências partilhadas com os Estados-membros.

Integra a Carta de Direitos Fundamentais, proclamada em 2000, na cimeira de Nice. São 54 artigos definindo os direitos dos cidadãos europeus em matéria de dignidade, liberdade, justiça, ambiente, etc. Aplica-se ao direito comunitário, mas não ao nacional, por exigência britânica.

Figura 1 - Os 3 Pilares Europeus



⁵⁹

Fonte: http://europa.eu.int/eur-lex/en/about/abc_en.pdf

Cria o cargo de Presidente do Conselho Europeu (que passa a ser um órgão da União, com estatuto jurídico) em substituição das presidências rotativas semestrais, com um mandato de dois anos e meio, renováveis por uma vez e a impossibilidade de acumular o cargo. Tem como funções representar a UE ao nível de chefes de Estado e de Governo e de garantir a coordenação e a continuidade dos trabalhos do Conselho Europeu.

Cria o posto de ministro europeu dos Negócios Estrangeiros para conduzir a política externa e de segurança europeia, que chefiará um novo serviço diplomático da UE e presidirá ao Conselho das Relações Externas em acumulação com as funções de vice-presidente da Comissão

Cria uma cooperação estruturada no domínio da defesa, integrando os Estados cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e assumam entre si compromissos mais vinculativos. Cria a Agência Europeia do Armamento, Investigação e Capacidades Militares, sob a autoridade do Conselho.

Adopta uma cláusula de solidariedade ente os Estados-membros, em caso de um deles ser alvo de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou humana.

Aumenta dos poderes legislativos do PE, que elege o presidente da Comissão a partir de um nome proposto pelo Conselho Europeu.

Os parlamentos nacionais podem travar uma posposta de lei da Comissão se considerarem que não está de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Cria o direito de iniciativa popular, que pode ser tomado por um mínimo de um milhão de cidadãos, pedindo à Comissão para apresentar uma determinada iniciativa legislativa.

Acaba com os vetos nacionais em mais um conjunto de domínios (que se somam aos 34 já existentes), incluindo a imigração e a política de asilo.

Mantém os vetos nacionais na fiscalidade, política social, política externa, defesa e orçamento plurianual.

Introduz o sistema de dupla maioria de Estados e de população para as votações no Conselho. A aprovação de uma lei exige pelo menos 55 por cento dos Estados membros (15 numa Europa a 27) a que corresponda a 65 por cento da população, sendo que uma minoria de bloqueio tem de integrar pelo menos quatro países.

Estabelece que qualquer Estado-membro pode sair da União.

Mantém um comissário por país, na primeira Comissão eleita depois da entrada em vigor da Constituição. A partir de 2014, a Comissão terá apenas dois terços do número de EM, com base numa rotação estritamente igualitária, a não ser que o Conselho Europeu decida em contrário.

O Presidente da Comissão é eleito pelo PE por maioria, sob proposta do Conselho Europeu. O PE pode censurar colectivamente a comissão.

Fixa o número de deputados do PE em 750, com um máximo de 96 por país e um mínimo de seis.

A UE terá uma bandeira, um hino, uma divisa - "Unida na diversidade" -, uma moeda e um dia da Europa. Mas não terá no seu preâmbulo qualquer referência às raízes cristãs da Europa.

Fonte: <http://jornal.publico.pt/2004/06/23/>

ÍNDICE DE ANEXOS

<i>Anexo A</i>	<i>Dados sobre a Turquia</i>	<i>XV</i>
<i>Anexo B</i>	<i>Europa</i>	<i>XX</i>
<i>Anexo C</i>	<i>Participação da Turquia em Organizações Internacionais</i>	<i>XXI</i>
<i>Anexo D</i>	<i>Breve Resenha Histórica da Turquia.....</i>	<i>XXVI</i>
<i>Anexo E</i>	<i>Mapa da Turquia</i>	<i>XXVIII</i>
<i>Anexo F</i>	<i>Elementos do Factor Estruturas Humanas.....</i>	<i>XXIX</i>
<i>Anexo G</i>	<i>Elementos do Factor Estruturas Económicas</i>	<i>XXXI</i>
<i>Anexo H</i>	<i>Elementos do Factor Estruturas Militares</i>	<i>XLI</i>
<i>Anexo I</i>	<i>Questão Cipriota.....</i>	<i>XLVII</i>
<i>Anexo J</i>	<i>Disputa no Mar Egeu.....</i>	<i>XLVIII</i>
<i>Anexo K</i>	<i>Cáucaso</i>	<i>XLIX</i>
<i>Anexo L</i>	<i>Arménia.....</i>	<i>L</i>
<i>Anexo M</i>	<i>Curdistão</i>	<i>LI</i>
<i>Anexo N</i>	<i>GAP (Projecto do sudeste da Anatólia).....</i>	<i>LII</i>
<i>Anexo O</i>	<i>Conclusões das Cimeiras Europeias sobre a Turquia.....</i>	<i>LIII</i>
<i>Anexo P</i>	<i>Povos da Turquia.....</i>	<i>LVI</i>
<i>Anexo Q</i>	<i>Recomendação da Comissão Europeia</i>	<i>LXII</i>
<i>Anexo R</i>	<i>Índice de Corrupção</i>	<i>LXXIX</i>
<i>Anexo S</i>	<i>Relatório da Freedom House.....</i>	<i>LXXX</i>
<i>Anexo T</i>	<i>Fundos Estruturais 2000-2006</i>	<i>LXXXVI</i>
<i>Anexo U</i>	<i>Missões da UE</i>	<i>LXXXVIII</i>
<i>Anexo V</i>	<i>Oleodutos e Gasodutos no Cáucaso e Balcãs</i>	<i>XCI</i>
<i>Anexo X</i>	<i>Distribuição Muçulmana no Mundo.....</i>	<i>XCII</i>

Figura 2 - Mapa da Turquia



Fonte: <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/tu.html> (102115Set04)

ANEXO A - Dados Sobre a Turquia

Factor Geográfico

Superfície:

total: 780.580 km²

Terreste: 770.760 km²

Marítima: 9.820 km²

Fronteiras Terrestres:

total: 2.648 km

Estados vizinhos: Arménia 268 km, Azerbaijão 9 km, Bulgária 240 km, Georgia 252 km, Grécia 206 km, Irão 499 km, Iraque 352 km, Síria 822 km.

Disputas marítimas:

Direito marítimo: 6 milhas náuticas no Mar Egeu; 12 milhas náuticas no Mar Negro e Mediterrâneo.

Zona Económica Exclusiva: Somente no Mar Negro: Acordada com a ex-URSS.

Extensão da costa:

7.200 km

Clima:

Temperado; quente, com verões secos e invernos amenos e chuvosos; mais agreste no interior.

Terreno:

Plano central alto (Anatólia); estreita planície costeira; várias cadeias montanhosas.

Elevações extremas:

Ponto mais baixo: Mar Mediterrâneo 0m

Ponto mais elevado: Monte Ararat 5.166m

Recursos naturais:

Carvão, minério de ferro, cobre, crómio, antimónio, mercurio, ouro, barite, borate, celestite (strontium), emery, feldspato, limestone, magnesite, mármore, perlite, pumice, pirites (sulfurosas), clay, terra arável, energia hidroelétrica.

Factor Humano

População:

68.893.,918 (Julho 2004 est.)

Estrutura etária:

0-14 anos: 26.6% (Homens 9.328.108; Mulheres 8.990.742)

15-64 anos: 66.8% (Homens 23.394.465; Mulheres 22,650,532)

acima dos 65anos: 6.6% (Homens 2.078.881; Mulheres 2.451.190) (2004 est.).

Média etária:

total: 27,3 anos

Homens: 27,1 anos

Mulheres: 27,5 years (2004 est.).

Ritmo de crescimento da população:

1,13% (2004 est.).

Taxa de mortalidade infantil:

Total: 42,62 mortos/1.000 nados vivos

homens: 46,3 mortos/1.000 nados vivos

mulheres: 38,76 mortos/1.000 nados vivos (2004 est.).

Esperança de vida à nascença:

Total da população: 72,08 anos

homens: 69,68 anos

mulheres: 74.61 anos (2004 est.).

Grupos étnicos:

Turcos 80%, Curdos 20% (estimado).

Religiões:

Muçulmana 99,8% (maioria Sunita), outras 0.2% (maioria Cristãos e Judeus).

Línguas:

Turco (oficial), Curdo, Árabe, Arménio e Grego.

Literacia:

total da população: 86.5%

Homens: 94.3%

Mulheres: 78.7% (2003 est.).

Governo

Poder Executivo:

Chefe de Estado: Presidente Ahmet Necdet SEZER (desde 16 Maio 2000).

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Recep Tayyip ERDOGAN (14 Março 2003).

gabinete: Conselho de Ministros nomeados pelo Primeiro-Ministro e empossados pelo Presidente.

nota: existe um Conselho de Segurança Nacional que constituído pelos Chefes Militares e membros do Gabinete, presidido pelo Presidente.

eleições: o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional para um mandato de 7 anos; a última eleição realizou-se a 5 de Maio de 2000 (a próxima terá lugar em Maio de 2007); o actual Presidente foi eleito à 3ª volta com 60% dos votos.

Poder Legislativo:

Constituída por uma câmara única a Grande Assembleia Nacional da Tuquia ou Buyuk Millet Meclisi (550 parlamentares; os seus membros são eleitos por voto universal por um período de 5 anos).

eleições: as últimas tiveram lugar a 03 de Novembro de 2002 (as próximas realizam-se em 2007).

resultados eleitorais: percentagem de votos por partidos - AKP 34,3%, CHP 19,4%, DYP 9,6%, MHP 8,3%, ANAP 5,1%, DSP 1,1%, e outros; parlamentares por partido - AKP 363, CHP 178, independentes 9; nota – só têm assento parlamentar os partidos que atingirem 10% dos votos. Assentos parlamentares por partido, referido a 1 de Dezembro 2004 - AKP 368, CHP 171, DYP 4, LDP 1, independentes 5, vago 1.

Poder Judicial:

Tribunal Constitucional; Supremo Tribunal (Yargitay); Conselho de Estado (Danistay); Tribunal de Contas (Sayistay); Supremo Tribunal Militar; Supremo Tribunal Militar Administrativo.

Principais Partidos Políticos e seus líderes:

Partido da Esquerda Democrática ou DSP [Mehmet Zeki SEZER]; Partido Democrático do Povo ou DEHAP [Tuncer BAKIRHAN]; Partido da Justiça e Desenvolvimento ou AKP [Recep Tayip ERDOGAN]; Partido Democrático Liberal ou LDP [Emin SIRIN]; Partido da Mãe Pátria ou ANAP [leader NA]; Partido da Acção Nacionalista ou MHP [Devlet BAHCELI]; Partido Republicano do Povo ou CHP [Deniz BAYKAL]; Partido da Felicidade ou do Contentamento ou SP [Necmettin ERBEKAN]; Partido Social-democrata do Povo ou SHP [Murat KARAYALCIN]; Partido do Caminho da Verdade ou DYP [Mehmet AGAR]; Partido da Juventude ou GP [Cem UZAN].

nota: os partidos acima listados são alguns dos mais significativos dos 49 partidos existentes na Turquia a 1 de Dezembro de 2004.

Grupo de pressão e seus líderes:

Confederação dos Sindicatos da Função Pública ou KESK [Sami EVREN]; Confederação dos Sindicatos dos Trabalhadores Revolucionários ou DISK [Suleyman CELEBI]; Associação Independente dos Industriais e Comerciantes ou MUSIAD [Omer BOLAT]; União dos Trabalhadores por Direitos Morais ou Hak-Is [Salim USLU]; Associação dos Industriais e Comerciantes Turcos ou TUSIAD [Omer SABANCI]; Confederação Turca do Sindicato dos Empregadores ou TISK [Refik BAYDUR]; Confederação Turca do Trabalho ou Turk-Is [Salih KILIC]; Confederação Turca dos Negociantes e Artífices ou TESK [Dervis GUNDAY]; União Turca das Câmaras de Comércio ou TOBB [M. Rifat HISARCIKLIOGLU].

Participação em organizações internacionais:⁶⁰

AsDB, Australia Group, BIS, BSEC, CE, CERN (observador), EAPC, EBRD, ECO, EU (candidato), FAO, IAEA, IBRD, ICAO, ICC, ICFTU, ICRM, IDA, IDB, IEA, IFAD, IFC, IFRCS, IHO, ILO, IMF, IMO, Interpol, IOC, IOM (observador), ISO, ITU, NATO, NEA, NSG, OAS (observador), OECD, OIC, OPCW, OSCE, PCA, UN, UNCTAD, UNESCO, UNHCR, UNIDO, UNMIK, UNMIL, UNMISSET, UNOMIG, UNRWA, UPU, WCO, WEU (associado), WFTU, WHO, WIPO, WMO, WToO, WTrO, ZC.

⁶⁰ Anexo C – Participação da Turquia em Organizações Internacionais

Factor Económico:

PIB:

\$458.2 Biliões (2004 est.).

PIB – taxa de crescimento real:

5.8% (2004 est.).

PIB - per capita:

\$6.700 (2004 est.).

PIB – distribuição por sector:

agricultura: 11,7%

indústria: 29,8%

serviços: 58,5% (2003 est.).

Investimento:

15,5% do PIB (2004 est.)

Taxa de população abaixo da linha de pobreza:

18% (2001)

Taxa de Inflação:

25,3% (2004 est.)

Força laboral:

23,79 million

Força laboral por sectores:

agricultura 39,7%, indústria 22.4%, serviços 37.9% (3º trimestre, 2001).

Taxa de desemprego:

10,5% (2004 est.).

Dívida pública:

78,7% of PIB (2004 est.).

Produtos agrícolas:

tabaco, algodão, cereais, azeitona, beterraba, citrinos; gado.

Indústrias:

têxteis, alimentar, automóvel, mineira (carvão, cromite, cobre, boro), aço, petrolífera, construção, florestal, pasta de papel.

Taxa de crescimento industrial:

8,5% (2004 est.).

Petróleo - produção:

48,000 b/dia (2001 est.).

Petróleo - exportação:

46,110 b/dia (2001).

Petróleo – reservas conhecidas:

288.4 Milhões barris (1 Janeiro 2002).

Gás natural - produção:

312 Milhões m3 (2001 est.).

Gás natural – reserves conhecidas:

8.685 Biliões m3 (1 Janeiro 2002).

Current account balance:

\$-6.806 Biliões (2004 est.).

Principais exportações:

apparel, alimentar, têxteis, metal manufacturado, equipamento de transportes.

Principais importações:

maquinaria, produtos químicos, bens não acabados, combustíveis, equipamento de transporte.

Dívida externa:

\$147.3 Biliões (2004 est.).

*Transporte e Comunicações:***Caminho de ferro:**

total: 8.671 km (2.122 km electrificado).

Estradas:

total: 385.960 km

alcatroadas: 131.226 km (incluindo 1.749 km de auto-estradas).

Pipelines:

gás 3.177 km; petróleo 3.562 km (2004).

Portos:

Gemlik, Hopa, Iskenderun, Istanbul, Izmir, Kocaeli (Izmit), Icel (Mersin), Samsun, Trabzon.

Marinha mercante:

total: 508 navios (acima de 1.000 toneladas brutas registadas (TBR) 4.666.895 TBR.

Aeroportos – com pista asfaltada:

total: 87

acima de 3.047 m: 16

2.438 a 3.,047 m: 30

1.524 a 2.437 m: 20

914 a 1.523 m: 17

inferior 914 m: 4 (2004 est.).

*Factor Militar:***Ramos:**

Forças Armadas Turcas (TSK): Exército, Marinha (incluí meios aéreos navais e infantaria naval), Força Aérea, Comando da Guarda Costeira, Guarda Nacional (Jandarma).

Despesas militares – em dólares:

\$12.155 billion (2003).

Despesas militares – em percentagem do PIB:

5.3% (2003).

Fonte: <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/tu.html>

ANEXO B - Europa

Figura 3 - Mapa da Europa



Fonte: <http://europa.eu.int/> (132230Set04)

- **Escandinávia** – Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca;
- **Ilhas Britânicas** – Reino Unido e Irlanda;
- **Europa Ocidental** – França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Mônaco;
- **Europa do Sul** – Portugal, Espanha, Andorra, Itália, Malta, São Marinho e Cidade do Vaticano;
- **Europa Central** – Estónia, Letónia, Lituânia, Alemanha, Suíça, Liechtenstein, Áustria, Polónia, Rep. Checa, Eslováquia e Hungria;
- **Sudeste Europeu** – Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia e Montenegro, Albânia, Macedónia, Roménia, Bulgária, Grécia e a parte Europeia da Turquia;
- **Europa de Leste** – Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, a parte europeia da Rússia; e por convenção os países do Cáucaso: Geórgia, Arménia e Azerbeijão.

ANEXO C - Participação da Turquia em Organizações Internacionais

AsDB - Asian Development Bank. established: 19 December 1966. aim: to promote regional economic cooperation.

Australia Group: established - NA June 1985. aim - to consult on and coordinate export controls related to chemical and biological weapons.

BIS - Bank for International Settlements. established - 20 January 1930; effective - 17 March 1930. aim - to promote cooperation among central banks in international financial settlements.

BSEC - Black Sea Economic Cooperation Zone. established - 25 June 1992 aim - to enhance regional stability through economic cooperation members - (11) Albania, Armenia, Azerbaijan, Bulgaria, Georgia, Greece, Moldova, Romania, Russia, Turkey, Ukraine.

CE - Council of Europe. established - 5 May 1949; effective - 3 August 1949 aim - to promote increased unity and quality of life in Europe members - (45) Albania, Andorra, Armenia, Austria, Azerbaijan, Belgium, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Liechtenstein, Lithuania, Luxembourg, The Former Yugoslav Republic of Macedonia, Malta, Moldova, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Romania, Russia, San Marino, Serbia and Montenegro, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, Ukraine, UK observers - (6) Canada, Holy See, Israel, Japan, Mexico, US.

CERN (observer) - European Organization for Nuclear Research. established - 1 July 1953; effective - 29 September 1954 aim - to foster nuclear research for peaceful purposes only.

EAPC - Euro-Atlantic Partnership Council. note - began as the North Atlantic Cooperation Council (NACC); an extension of NATO established - 8 November 1991; effective - 20 December 1991 aim - to discuss cooperation on mutual political and security issues.

EBRD - European Bank for Reconstruction and Development. established - 8-9 January 1990 (proposals made); 15 April 1991 (bank inaugurated) aim - to facilitate the transition of seven centrally planned economies in Europe (Bulgaria, former Czechoslovakia, Hungary, Poland, Romania, former USSR, and former Yugoslavia) to market economies by committing 60% of its loans to privatization.

ECO - Economic Cooperation Organization. established - 27-29 January 1985 aim - to promote regional cooperation in trade, transportation, communications, tourism, cultural affairs, and economic development members - (10) Afghanistan, Azerbaijan, Iran, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Pakistan, Tajikistan, Turkey, Turkmenistan, Uzbekistan.

EU (applicant) – European Union. note - evolved from the European Community (EC). established - 7 February 1992; effective - 1 November 1993. aim - to coordinate policy among the 15 members in three fields: economics, building on the European Economic Community's (EEC) efforts to establish a common market and eventually a common currency to be called the 'euro', which superseded the EU's accounting unit, the ECU; defense, within the concept of a Common Foreign and Security Policy (CFSP); and justice and home affairs, including immigration, drugs, terrorism, and improved living and working conditions. members - (15) Austria, Belgium, Denmark, Finland, France, Germany, Greece, Ireland, Italy, Luxembourg, Netherlands, Portugal, Spain, Sweden, UK. new member states - (10) Cyprus, Czech Republic, Estonia, Hungary, Latvia, Lithuania, Malta, Poland, Slovakia, Slovenia; note - states will be admitted into the Union 1 May 2004. membership applicants - (3) Bulgaria, Romania, Turkey.

FAO - Food and Agriculture Organization. established - 16 October 1945. aim - to raise living standards and increase availability of agricultural products; a UN specialized agency.

IAEA - International Atomic Energy Agency. established - 26 October 1956; effective - 29 July 1957. aim - to promote peaceful uses of atomic energy.

IBRD - International Bank for Reconstruction and Development (World Bank). established - 22 July 1944; effective - 27 December 1945. aim - to provide economic development loans; a UN specialized agency.

ICAO - International Civil Aviation Organization. established - 7 December 1944; effective - 4 April 1947. aim - to promote international cooperation in civil aviation; a UN specialized agency.

ICC - International Chamber of Commerce. established - NA 1919. aim - to promote free trade and private enterprise and to represent business interests at national and international levels.

ICFTU - International Confederation of Free Trade Unions. established - NA December 1949. aim - to promote the trade union movement.

ICRM - International Red Cross and Red Crescent Movement. note - formerly known as League of Red Cross and Red Crescent Societies (LORCS). established - 5 May 1919 aim - to organize, coordinate, and direct international relief actions; to promote humanitarian activities; to represent and encourage the development of National Societies; to bring help to victims of armed conflicts, refugees, and displaced people; to reduce the vulnerability of people through development programs.

IDA - International Development Association. established - 26 January 1960; effective - 24 September 1960. aim - to provide economic loans for low-income countries; UN specialized agency and IBRD affiliate.

IDB - Islamic Development Bank. established - 15 December 1973 by declaration of intent; effective - 12 August 1974. aim - to promote Islamic economic aid and social development.

IEA - International Energy Agency. established - 15 November 1974. aim - to promote cooperation on energy matters, especially emergency oil sharing and relations between oil consumers and oil producers; established by the OECD.

IFAD - International Fund for Agricultural Development. established - NA November 1974. aim - to promote agricultural development; a UN specialized agency.

IFC - International Finance Corporation. established - 25 May 1955; effective - 24 July 1956. aim - to support private enterprise in international economic development; a UN specialized agency and IBRD affiliate.

IFRCS - International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies

IHO - International Hydrographic Organization. established - NA June 1919; effective - NA June 1921. aim - to train hydrographic surveyors and nautical cartographers to achieve standardization in nautical charts and electronic chart displays; to provide advice on nautical cartography and hydrography; to develop the sciences in the field of hydrography and techniques used for descriptive oceanography.

ILO - International Labor Organization. established - 28 June 1919 set up as part of Treaty of Versailles; 11 April 1919 became operative; 14 December 1946 affiliated with the UN. aim - to deal with world labor issues; a UN specialized agency.

IMF - International Monetary Fund. established - 22 July 1944; effective - 27 December 1945. aim - to promote world monetary stability and economic development; a UN specialized agency.

IMO - International Maritime Organization. established - 6 March 1948 set up as the Inter-Governmental Maritime Consultative Organization; effective - 17 March 1958. aim - to deal with international maritime affairs; a UN specialized agency.

Interpol - International Criminal Police Organization. established - NA September 1923 set up as the International Criminal Police Commission; 13 June 1956 constitution modified and present name adopted. aim - to promote international cooperation among police authorities in fighting crime.

IOC - International Olympic Committee. established - 23 June 1894. aim - to promote the Olympic ideals and administer the Olympic games: 2004 Summer Olympics in Athens, Greece; 2006 Winter Olympics in Turin, Italy; 2008 Summer Olympics in Beijing, China; 2010 Winter Olympics in British Columbia, Canada.

IOM (observer) - International Organization for Migration. established - 5 December 1951. aim - to facilitate orderly international emigration and immigration.

ISO - International Organization for Standardization. established - NA February 1947. aim - to promote the development of international standards with a view to facilitating international exchange of goods and services and to developing cooperation in the sphere of intellectual, scientific, technological and economic activity.

ITU - International Telecommunication Union. established - 17 May 1865 set up as the International Telegraph Union; 9 December 1932 adopted present name. effective - 1 January 1934; affiliated with the UN - 15 November 1947. aim - to deal with world telecommunications issues; a UN specialized agency.

NATO - North Atlantic Treaty Organization. established - 4 April 1949. aim - to promote mutual defense and cooperation. members - (26) Belgium, Bulgaria, Canada, Czech Republic, Denmark, Estonia, France, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Romania, Slovakia, Slovenia, Spain, Turkey, UK, US.

NEA - Nuclear Energy Agency. note - also known as OECD Nuclear Energy Agency. established - 1 February 1958. aim - to promote the peaceful uses of nuclear energy; associated with OECD.

NSG - Nuclear Suppliers Group. note - also known as the London Suppliers Group or the London Group. established - NA 1974; effective - NA 1975. aim - to establish guidelines for exports of nuclear materials, processing equipment for uranium enrichment, and technical information to countries of proliferation concern and regions of conflict and instability.

OAS (observer) - Organization of American States. established - 14 April 1890 as the International Union of American Republics; 30 April 1948 adopted present charter; effective - 13 December 1951. aim - to promote regional peace and security as well as economic and social development.

OECD - Organization for Economic Cooperation and Development. established - 14 December 1960. effective - 30 September 1961. aim - to promote economic cooperation and development.

OIC - Organization of the Islamic Conference. established - 22-25 September 1969. aim - to promote Islamic solidarity in economic, social, cultural, and political affairs.

OPCW - Organization for the Prohibition of Chemical Weapons. established - 29 April 1997. aim - to enforce the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction; to provide a forum for consultation and cooperation among the signatories of the Convention.

OSCE - Organization for Security and Cooperation in Europe. note - formerly the Conference on Security and Cooperation in Europe (CSCE) established 3 July 1975. established - 1 January 1995. aim - to foster the implementation of human rights, fundamental freedoms, democracy, and the rule of law; to act as an instrument of early warning, conflict prevention, and crisis management; and to serve as a framework for conventional arms control and confidence building measures.

PCA - Permanent Court of Arbitration. established - 29 July 1899. aim - to facilitate the settlement of international disputes .

UN – United Nations. established - 26 June 1945; effective - 24 October 1945. aim - to maintain international peace and security and to promote cooperation involving economic, social, cultural, and humanitarian problems.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. established - 30 December 1964. aim - to promote international trade.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. established - 16 November 1945; effective - 4 November 1946. aim - to promote cooperation in education, science, and culture.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. established - 3 December 1949; effective - 1 January 1951. aim - to ensure the humanitarian treatment of refugees and find permanent solutions to refugee problems.

UNIDO - United Nations Industrial Development Organization. established - 17 November 1966; effective - 1 January 1967. aim - UN specialized agency that promotes industrial development especially among the members.

UNMIK - United Nations Interim Administration Mission in Kosovo. established - 10 June 1999. aim - to promote the establishment of substantial autonomy and self-government in Kosovo; to perform basic civilian administrative functions; to support the reconstruction of key infrastructure and humanitarian and disaster relief. members - (48) Argentina, Austria, Bangladesh, Belgium, Bulgaria, Cameroon, Canada, Cote d'Ivoire, Czech Republic, Denmark, Egypt, Fiji, Finland, France, Germany, Ghana, Greece, Hungary, Iceland, India, Italy, Jordan, Kenya, Kyrgyzstan, Lithuania, Malawi, Malaysia, Nepal, Nigeria, Norway, Pakistan, Philippines, Poland, Portugal, Romania, Russia, Senegal, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Tunisia, Turkey, Ukraine UK, US, Zambia, Zimbabwe.

UNMIL - United Nations Mission in Liberia. established - 19 September 2003. aim - to support the cease-fire agreement and peace process; protect UN facilities and people; support humanitarian activities; and assist in national security reform.

UNMISET - United Nations Mission of Support in East Timor. established - 17 May 2002. aim - to provide assistance to structures critical to political stability; to provide law enforcement and public security and to assist in the development of law enforcement agencies; to contribute to external security. members - (28) Australia, Austria, Bangladesh, Bolivia, Brazil, Croatia, Denmark, Fiji, Ireland, Japan, Jordan, Kenya, South Korea, Malaysia, Mozambique, Nepal, NZ, Pakistan, Philippines, Portugal, Russia, Serbia and Montenegro, Singapore, Slovakia, Sweden, Thailand, Turkey, Uruguay.

UNOMIG - United Nations Observer Mission in Georgia. established - 24 August 1993. aim - to verify compliance with the cease-fire agreement, to monitor weapons exclusion zone, and to supervise CIS peacekeeping force for Abkhazia; established by the UN Security Council.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. established - 8 December 1949. aim - to provide assistance to Palestinian refugees.

UPU - Universal Postal Union. established - 9 October 1874, affiliated with the UN 15 November 1947; effective - 1 July 1948. aim - to promote international postal cooperation; a UN specialized agency.

WCO - World Customs Organization. note - began as the Customs Cooperation Council (CCC). established - 15 December 1950. aim - to promote international cooperation in customs matters.

WEU (associate) - Western European Union. established - 23 October 1954; effective - 6 May 1955. aim - to provide mutual defense and to move toward political unification. members - (10) Belgium, France, Germany, Greece, Italy, Luxembourg, Netherlands, Portugal, Spain, UK. associate members - (6) Czech Republic, Hungary, Iceland, Norway, Poland, Turkey. associate partners - (7) Bulgaria, Estonia, Latvia, Lithuania, Romania, Slovakia, Slovenia. observers - (5) Austria, Denmark, Finland, Ireland, Sweden.

WFTU - World Federation of Trade Unions. established - 3 October 1945. aim - to promote the trade union movement.

WHO - World Health Organization. established - 22 July 1946; effective - 7 April 1948. aim - to deal with health matters worldwide; a UN specialized agency.

WIPO - World Intellectual Property Organization. established - 14 July 1967; effective - 26 April 1970. aim - to furnish protection for literary, artistic, and scientific works; a UN specialized agency.

WMO - World Meteorological Organization. established - 11 October 1947; effective - 4 April 1951. aim - to sponsor meteorological cooperation; a UN specialized agency.

WTO - World Tourism Organization. established - 2 January 1975. aim - to promote tourism as a means of contributing to economic development, international understanding, and peace.

WTO - World Trade Organization. note - succeeded General Agreement on Tariff and Trade (GATT). established - 15 April 1994; effective - 1 January 1995. aim - to provide a forum to resolve trade conflicts between members and to carry on negotiations with the goal of further lowering and/or eliminating tariffs and other trade barriers.

ZC - Zangger Committee. established - early 1970s. aim - to establish guidelines for the export control provisions of the Nonproliferation of Nuclear Weapons Treaty (NPT).

Fonte: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/appendix/appendix-b.html> (021630Out04)

Anexo D – Breve Resenha Histórica da Turquia

Cerca de 1500 A.C.	Os Hititas, que iniciaram o povoamento da Anatólia, (actualmente a parte principal da Turquia), constituíam a maior civilização do Médio Oriente.
546 A.C.	O Império Persa conquista a Anatólia.
331 A.C.	Alexandre o Grande derrota o Império Persa e controla a Anatólia.
63 A.C.	Pompeu o Grande conquista a Anatólia e submete-a ao controlo de Roma.
330 D.C.	Constantino, o Grande transfere a capital do Império Romano para Bizâncio, a qual mudou o nome para Constantinopla. Depois da divisão do Império no final desse século, a Anatólia e a Trácia passaram a fazer parte do Império Romano do Oriente.
1071	Os Turcos Seljuk acabam com a influência de Constantinopla na Anatólia na Batalha de Manzikert.
1243	As hordas Mongóis conquistam o Império Seljuk.
1326	Os Otomanos conquistam Bursa e fundam o Império Otomano.
1453	Os Otomanos conquistam Constantinopla, terminando o Império Bizantino. A cidade de Constantinopla muda de nome para Istambul e torna-se a capital do Império Otomano.
1520-1566	O Império Otomano atinge o seu apogeu durante o reinado de Suleimão o Magnífico, controlando um espaço que se estendia desde a Argélia ao Iémen e chegando a Norte às portas de Viena.
1566-1918	O Império Otomano começa lentamente a perder o seu poder, influência e território durante um longo período de declínio.
1829	A Grécia foi o primeiro território Otomano a ganhar a independência.
1894-1923	O governo Otomano perseguiu e matou centenas de milhares de Arménios.
1908	O movimento “Jovens Turcos” lidera uma revolta, sem sucesso, contra o governo.
1914-19	O Império Otomano alia-se à Alemanha, durante a Grande Guerra e perde grande parte do seu território através do Tratado de Sévres.
1922	Forças gregas tomam Ismirna e tentam controlar alguns territórios na costa do Mar Egeu, sendo expulsos pelos nacionalistas turcos liderados por Mustafa Kemal.
1923	Mustafa Kemal declara a República da Turquia e mais tarde adopta o apelido de Atatürk. É assinado o Tratado de Lausana em que é reconhecida internacionalmente a nova República da Turquia.
1947	Baseada na Doutrina Truman e incluída no Plano Marshall, a Turquia começa a receber ajuda económica e militar dos EUA no âmbito da contenção ao expansionismo soviético.
1960	O Exército turco provoca um golpe de Estado e revê a Constituição. O poder regressa aos civis no ano seguinte.
1964	Entrada em vigor do Acordo de Associação com a CEE.
1974	Tropas Turcas invadem o norte de Chipre para proteger a minoria turca. A acção é condenada pelo resto do mundo mas as tropas turcas permanecem.
1987	A 12 de Abril a Turquia formaliza o seu pedido de adesão à UE.
1990-1991	A Turquia apoia a comunidade internacional no isolamento ao seu vizinho e um dos seus principais parceiros comerciais, o Iraque, antes e durante a primeira Guerra do

	Golfo.
1992	Os combates entre o governo turco e os separatistas curdos intensificam-se no sudeste da Turquia e no Norte do Iraque.
1992-1994	A Turquia incrementa os laços com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, oferecendo ajuda e constituindo um exemplo de governação secular islâmica. Ao mesmo tempo a Turquia manifesta interesse em aprofundar os seus laços com a UE.
1993	Tansu Çiller foi a primeira mulher Primeiro-Ministro da Turquia.
1997-1998	O Tribunal Constitucional bane o Partido do Bem-Estar, um partido islamista que era o maior partido com assento no parlamento, tendo como argumento que ameaçava a natureza secular do estado turco.
1997-1998	As autoridades turcas capturam o líder nacionalista curdo Abdullah Ocalan em Nairobi, Quênia, e trazem-no para a Turquia e comparecer em tribunal acusado de traição. A sua prisão provocou protestos curdos na Turquia e em toda a Europa, bem como alguns atentados à bomba.
2004	A UE decide iniciar negociações para uma futura adesão da Turquia.

Fonte: http://encarta.msn.com/encyclopedia_761553949/Ottoman_Empire.html (122240Out04)

Anexo E - Mapa da Turquia

Figura 4 - Mapa Orográfico da Turquia



Fonte: <http://www.ecoi.net/doc/en/TR/content/3/2518->

Anexo F – Elementos do Factor Estruturas Humanas

População em 2003

Ranking	País	População
14	Alemanha	82.398.326
21	França	60.180.529
22	Reino Unido	60.094.648
23	Itália	57.998.353
30	Espanha	40.217.413
32	Polónia	38.622.660
60	Holanda	16.150.511
73	Grécia	10.665.989
78	Bélgica	10.289.088
79	República Checa	10.249.216
80	Portugal	10.102.022
81	Hungria	10.045.407
85	Suécia	8.878.085
88	Áustria	8.188.207
107	Eslováquia	5.430.033
109	Dinamarca	5.384.384
111	Finlândia	5.190.785
123	Irlanda	3.924.140
128	Lituânia	3.592.561
140	Letónia	2.348.784
145	Eslovénia	1.935.677
150	Estónia	1.408.556
160	Chipre	771.657
169	Luxemburgo	454.157
174	Malta	400.420
<i>Sub-Total (UE a 25 Estados-membros)</i>		444.255.619
18	Turquia	68.109.469
50	Roménia	22.271.839
92	Bulgária	7.537.929
119	Croácia	4.422.248
<i>Sub-Total (países candidatos)</i>		102.341.485
TOTAL (UE a 29 Estados-Membros)		546.597.104
1	Mundo	6,302,309,691
4	Estados Unidos da América	290,342,554

Evolução da População

Ranking	Países	1950	2000	2015	2025	2050
25	Alemanha	68.376	82.017	80.673	78.897	70.805
28	França	41.829	59.238	61.892	62.753	61.832
30	Reino Unido	50.616	59.415	60.566	61.243	58.933
43	Itália	47.104	57.530	55.239	52.364	42.962
54	Polónia	24.824	38.605	38.035	37.254	33.370
57	Espanha	28.009	39.910	39.018	37.395	31.282
76	Holanda	10.114	15.864	16.420	16.571	15.845
98	Bélgica	8.639	10.249	10.272	10.205	9.583
100	Portugal	8.405	10.016	10.030	9.831	9.006
101	Grécia	7.566	10.610	10.472	10.149	8.983
104	República Checa	8.925	10.272	10.028	9.727	8.429
108	Suécia	7.014	8.842	8.625	8.518	7.777
110	Hungria	9.338	9.968	9.254	8.783	7.486
112	Áustria	6.935	8.080	7.848	7.605	6.452
115	Irlanda	2.969	3.803	4.410	4.745	5.366
116	Dinamarca	4.271	5.320	5.372	5.359	5.080
120	Finlândia	4.009	5.172	5.180	5.138	4.693
121	Eslováquia	3.463	5.399	5.420	5.317	4.674
140	Lituânia	2.567	3.696	3.538	3.418	2.989
146	Letónia	1.949	2.421	2.225	2.090	1.744
147	Eslovénia	1.473	1.988	1.926	1.847	1.527
157	Chipre	494	784	864	899	910
161	Estónia	1.101	1.393	1.190	1.062	752
162	Luxemburgo	296	437	518	576	715
173	Malta	312	390	411	418	400
<i>Sub-Total (UE a 25 EM)</i>		350.598	451.419	449.426	442.164	401.595

20	<i>Turquia</i>	20.809	66.668	79.004	86.611	98.818
73	Roménia	16.311	22.438	21.437	20.585	18.150
123	Bulgária	7.251	7.949	6.816	6.125	4.531
127	Croácia	3.850	4.654	4.622	4.519	4.179
	<i>Sub-Total (países candidatos)</i>	48.221	101.709	111.879	117.840	125.678

TOTAL (UE a 29 EM)	398.819	553.128	561.305	560.004	527.273
---------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

3	Estados Unidos da América	157.813	283.230	321.225	346.822	397.063
---	---------------------------	---------	---------	---------	----------------	---------

Fonte: http://www.photius.com/rankings/world2050_rank.html (082300Fev05)
adaptado para o presente trabalho

Anexo G – Elementos do Factor Estruturas Económicas

Os elementos recolhidos durante pesquisa foram adaptados pelo autor quando considerado importante para o estudo requerido no presente trabalho de investigação, sem no entanto sofrerem quaisquer alterações aos respectivos valores.

Produto Interno Bruto (2003) dólares US

Ranking	País	PIB
6	Alemanha	\$ 2,184,000,000,000
7	França	\$ 1,540,000,000,000
8	Reino Unido	\$ 1,520,000,000,000
9	Itália	\$ 1,438,000,000,000
15	Espanha	\$ 828,000,000,000
20	Holanda	\$ 434,000,000,000
25	Polónia	\$ 368,100,000,000
28	Bélgica	\$ 297,600,000,000
34	Suécia	\$ 227,400,000,000
35	Áustria	\$ 226,000,000,000
38	Grécia	\$ 201,100,000,000
41	Portugal	\$ 182,000,000,000
44	República Checa	\$ 155,900,000,000
45	Dinamarca	\$ 155,500,000,000
48	Finlândia	\$ 136,200,000,000
49	Hungria	\$ 134,700,000,000
53	Irlanda	\$ 118,500,000,000
62	Eslováquia	\$ 66,000,000,000
79	Eslovénia	\$ 36,000,000,000
86	Lituânia	\$ 29,200,000,000
101	Letónia	\$ 20,000,000,000
102	Luxemburgo	\$ 20,000,000,000
114	Estónia	\$ 15,200,000,000
134	Chipre	\$ 9,400,000,000
146	Malta	\$ 7,000,000,000

18	Turquia	\$ 468,000,000,000
43	Roménia	\$ 166,000,000,000
77	Croácia	\$ 38,900,000,000
70	Bulgária	\$ 50,600,000,000

1	Mundo	\$ 49,000,000,000,000
2	Estados Unidos da América	\$ 10,400,000,000,000

Fonte: http://www.photius.com/rankings/gdp_2003_0.html (022345Fev05)

Produto Interno Bruto per capita

Ranking	País	PIB per Capita
1	Luxemburgo	\$44.000,00
8	Irlanda	\$30.500,00
10	Bélgica	\$29.000,00
11	Dinamarca	\$29.000,00
14	Áustria	\$27.700,00
17	Holanda	\$26.900,00
18	Alemanha	\$26.600,00
19	Finlândia	\$26.200,00
21	França	\$25.700,00
22	Suécia	\$25.400,00
23	Reino Unido	\$25.300,00
25	Itália	\$25.000,00
35	Espanha	\$20.700,00
42	Grécia	\$19.000,00
46	Portugal	\$18.000,00
47	Eslovénia	\$18.000,00
51	Malta	\$17.000,00
53	República Checa	\$15.300,00
59	Hungria	\$13.300,00
61	Eslováquia	\$12.200,00
67	Estónia	\$10.900,00
76	Polónia	\$9.500,00
86	Lituânia	\$8.400,00
87	Letónia	\$8.300,00
106	Chipre	\$6.000,00
96	Roménia	\$7.400,00
98	Turquia	\$7.000,00
101	Bulgária	\$6.600,00
82	Croácia	\$8.800,00
91	Mundo	\$7.900,00
2	Estados Unidos da América	\$37.600,00

Média dos 25 Estados –membros

\$20.716,00

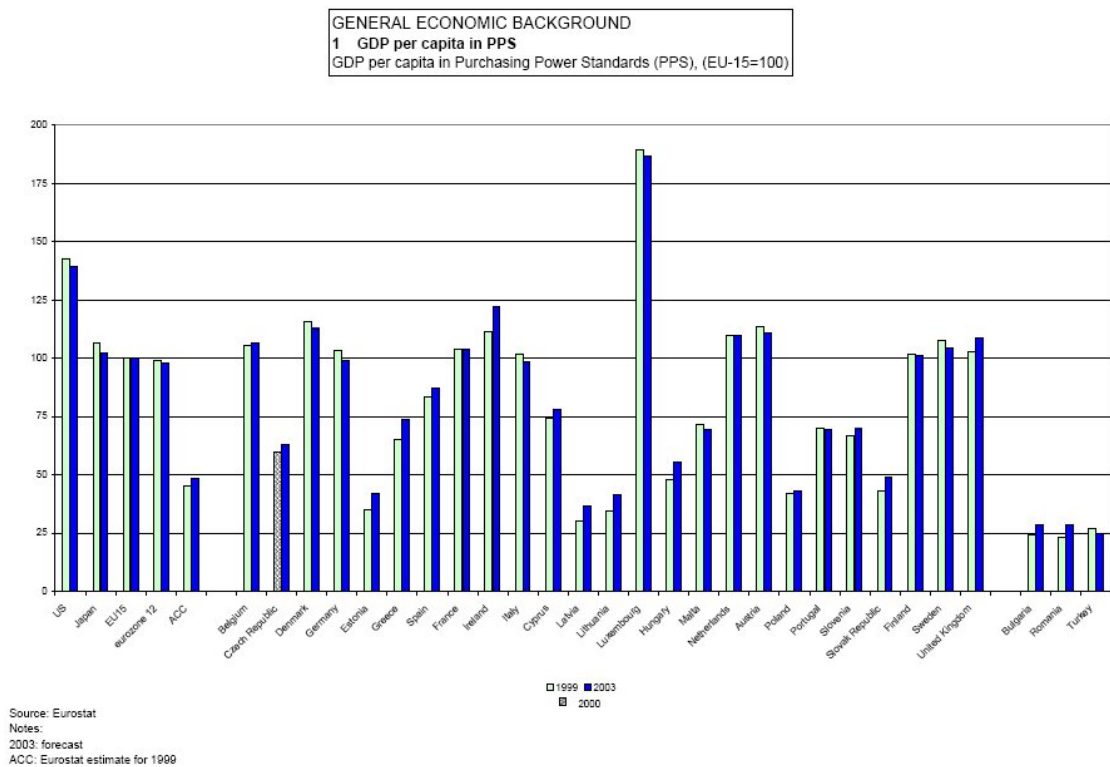
Percentagem da Turquia à média da UE

33,8%

Fonte: http://www.photius.com/rankings/gdp_per_capita_2003_1.html (232130Nov04)

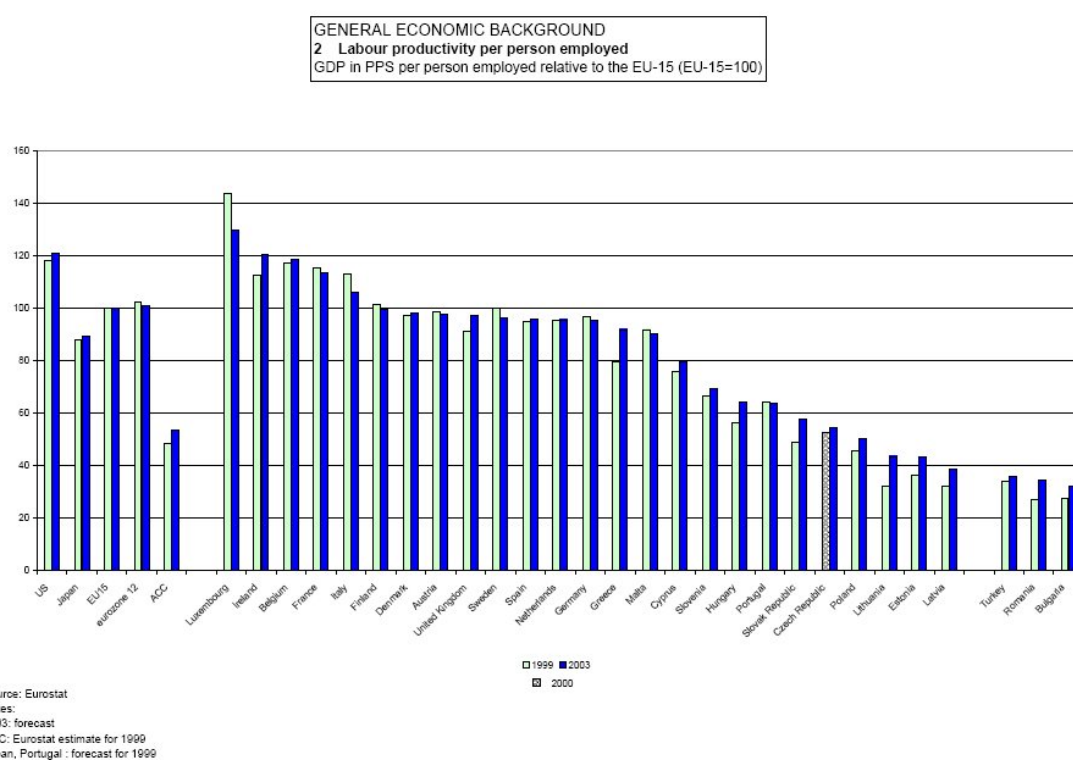
PIB per capita em Relação ao Poder de Compra

Figura 5 - PIB per Capita



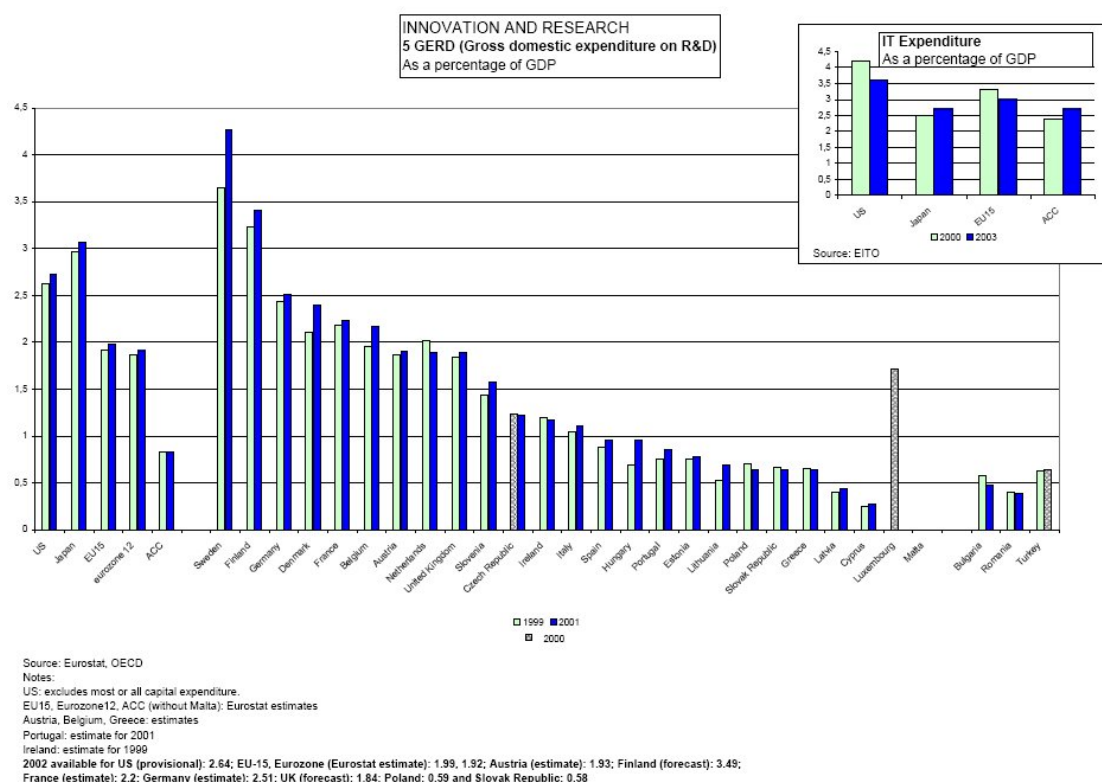
Produtividade

Figura 6 - Produtividade



Pesquisa e Inovação

Figura 7 - Pesquisa e inovação



Taxa de Desemprego

Ranking	País	%
20	Holanda	3.00
24	Chipre	3.30
28	Suécia	4.00
31	Luxemburgo	4.10
32	Irlanda	4.30
36	Portugal	4.70
37	Áustria	4.80
40	Dinamarca	5.10
42	Reino Unido	5.20
48	Hungria	5.80
60	Malta	7.00
61	Bélgica	7.20
68	Letónia	7.60
76	Finlândia	8.50
81	Itália	9.10
82	França	9.10
85	República Checa	9.80
86	Alemanha	9.80
95	Grécia	10.30
101	Eslovénia	11.00
102	Espanha	11.30
106	Estónia	12.40
108	Lituânia	12.50
130	Eslováquia	17.20
134	Polónia	18.10
75	Roménia	8.30
99	Turquia	10.80
132	Bulgária	18.00
150	Croácia	21.70
49	Estados Unidos da América	5.80

Fonte: http://www.photius.com/wfb1999/rankings/unemployment_rate_0.html (232215Nov04)

Taxa de Inflação

Ranking	País	%
21	República Checa	0.60
23	Lituânia	0.80
37	Alemanha	1.30
44	Luxemburgo	1.60
45	Bélgica	1.70
47	Áustria	1.80
49	França	1.80
53	Finlândia	1.90
55	Polónia	1.90
61	Letónia	2.00
65	Reino Unido	2.10
69	Suécia	2.20
74	Dinamarca	2.30
76	Itália	2.40
77	Malta	2.40
90	Chipre	2.80
97	Espanha	3.00
111	Eslováquia	3.30
114	Holanda	3.40
122	Grécia	3.60
125	Estónia	3.70
127	Portugal	3.70
144	Irlanda	4.60
155	Hungria	5.30
173	Eslovénia	7.40
70	Croácia	2.20
161	Bulgária	5.90
208	Roménia	22.50
215	Turquia	45.20
43	Estados Unidos da América	1.60

Fonte: http://www.photius.com/wfb1999/rankings/inflation_rate_0.html (232115Nov04)

Número de Linhas Telefónicas e sua % relativa à população

Ranking	País	Linhas	População	%
4	Alemanha	50.900.000	82.398.326	61,8%
5	Reino Unido	34.878.000	60.094.648	58,0%
6	França	34.860.000	60.180.529	57,9%
9	Itália	25.000.000	57.998.353	43,1%
13	Espanha	17.336.000	40.217.413	43,1%
19	Holanda	9.132.400	16.150.511	56,5%
20	Polónia	8.070.000	38.622.660	20,9%
24	Suécia	6.017.000	8.878.085	67,8%
28	Grécia	5.431.000	10.665.989	50,9%
29	Portugal	5.300.000	10.102.022	52,5%
32	Dinamarca	4.785.000	5.384.384	88,9%
33	Bélgica	4.769.000	10.289.088	46,4%
35	Áustria	4.000.000	8.188.207	48,9%
38	República Checa	3.869.000	10.249.216	37,7%
42	Hungria	3.095.000	10.045.407	30,8%
44	Finlândia	2.847.900	5.190.785	54,9%
55	Eslováquia	1.934.558	5.430.033	35,6%
60	Irlanda	1.600.000	3.924.140	40,8%
64	Lituânia	1.142.000	3.592.561	31,8%
70	Letónia	734.693	2.348.784	31,3%
71	Eslovénia	722.000	1.935.677	37,3%
81	Estónia	501.691	1.408.556	35,6%
90	Chipre	405.000	771.657	52,5%
100	Luxemburgo	314.700	454.157	69,3%
118	Malta	187.000	400.420	46,7%
12	Turquia	19.500.000	68.109.469	28,6%
40	Roménia	3.777.000	22.271.839	17,0%
41	Bulgária	3.186.731	7.537.929	42,3%
59	Croácia	1.721.139	4.422.248	38,9%
1	Estados Unidos da América	194.000.000	290.342.554	66,8%

Fonte: http://www.photius.com/rankings/telephones_main_lines_in_use_2003_1.html (232100Nov04)

Utilizadores de Internet e sua % da população

Ranking	País	Utilizadores	População	%
5	Reino Unido	34.300.000	60.094.648	57,1%
6	Alemanha	32.100.000	82.398.326	39,0%
8	Itália	19.250.000	57.998.353	33,2%
10	França	16.970.000	60.180.529	28,2%
15	Holanda	9.730.000	16.150.511	60,2%
16	Espanha	7.890.000	40.217.413	19,6%
18	Polónia	6.400.000	38.622.660	16,6%
19	Suécia	6.020.000	8.878.085	67,8%
23	Portugal	4.400.000	10.102.022	43,6%
27	Bélgica	3.760.000	10.289.088	36,5%
28	Áustria	3.700.000	8.188.207	45,2%
30	Dinamarca	3.370.000	5.384.384	62,6%
34	República Checa	2.690.000	10.249.216	26,2%
35	Finlândia	2.690.000	5.190.785	51,8%
42	Grécia	1.400.000	10.665.989	13,1%
44	Irlanda	1.310.000	3.924.140	33,4%
46	Hungria	1.200.000	10.045.407	11,9%
53	Eslováquia	700.000	5.430.033	12,9%
56	Eslovénia	600.000	1.935.677	31,0%
60	Estónia	429.700	1.408.556	30,5%
68	Lituânia	341.000	3.592.561	9,5%
70	Letónia	312.000	2.348.784	13,3%
82	Chipre	150.000	771.657	19,4%
96	Luxemburgo	100.000	454.157	22,0%
108	Malta	59.000	400.420	14,7%

37	Turquia	2.500.000	68.109.469	3,7%
50	Roménia	1.000.000	22.271.839	4,5%
57	Bulgária	585.000	7.537.929	7,8%
59	Croácia	480.000	4.422.248	10,9%

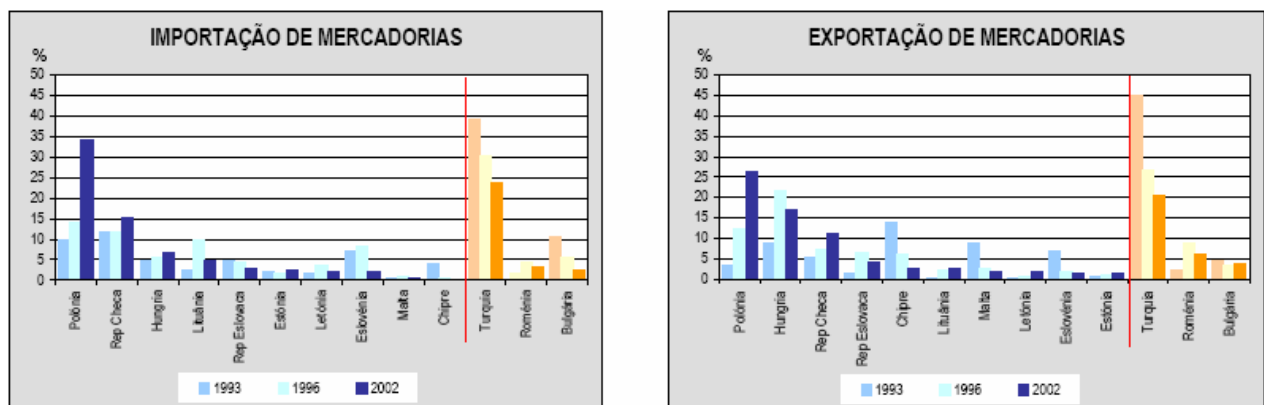
2	Estados Unidos da América	165.750.000	290.342.554	57,1%
---	---------------------------	-------------	-------------	-------

1	Mundo	604.111.719		
---	-------	-------------	--	--

Fonte: http://www.photius.com/rankings/internet_users_2003_1.html (232000Nov04)

Comércio de Portugal com os países do alargamento (2003)

Figura 8 - Importação e Exportação



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia

Anexo H – Elementos do Factor Estruturas Militares

O elevado custo para manter um aparelho militar credível numa época de mudança acelerada em termos tecnológicos, levou a grandes investimentos por parte do Ministério da Defesa Nacional Turco em relação a outras prioridades do Governo. Como resultado, o Governo Turco aumentou orçamento para a Defesa, em detrimento de outras áreas prioritárias tal como o desenvolvimento sócio-económico. Na década de 80, o orçamento da Defesa era o que tinha maior peso dentro do Orçamento Geral do Estado, sendo na maior parte dos anos próximo de 20% da despesa e entre 4 a 5% do PIB nacional. O orçamento que mais se aproximava ao da Defesa era o da Educação, com pouco mais de metade dos recursos destinados à Defesa.

De acordo com estimativas da OTAN, a despesa com pessoal constitui 50% do total da despesa da Defesa em 1993. A despesa com equipamento correspondia a 25% do total, despesas em infra-estruturas 3,2% e outras despesas de operação os restantes 21,6%.

A percentagem destinada a despesas com pessoal era das mais baixas dos países da OTAN, embora mais alto do que nos EUA (38,6% em 1993). Conscritos mal pagos que constituíam o núcleo das forças armadas levava a que a despesa com pessoal correspondesse somente a 11% do total.

Aquisições em novos equipamentos absorveram 9,2% dos orçamentos de 1980 a 1984 e 18,2% de 1985 a 1989. Estas despesas subiram para 25,6% em 1993 em virtude da Turquia ter assumido uma maior percentagem no custo de aquisição de novos armamentos, munições e abastecimentos.

A ajuda dos EUA e da Alemanha têm sido indispensáveis para a introdução na Turquia de sistemas de armas sofisticados. O apoio dos EUA tem permitido à Turquia continuar com o seu programa de modernização apesar da fraqueza da lira turca, a ajuda atingiu o seu ponto mais alto durante a guerra do Golfo, mas abrandaria após o fim da Guerra-Fria, em que se passou de ajudas militares a empréstimos concessionados.

O sacrifício económico exigido ao país tem sido muito maior do que os seus parceiros da OTAN. Em 1991 a despesa com a Defesa representava 5,4% do PIB e 20,3% do total da despesa do Estado em 1990 e 17,9% em 1991. O orçamento do Ministério da Defesa, que exclui alguns custos relacionados com a defesa, era 10,4% do Orçamento Geral do Estado em 1993 e que estava previsto descer para 9,4% em 1994. No seio da OTAN somente os EUA deverão despende uma percentagem maior para a Defesa, e a Grécia que gastou a

mesma percentagem do PIB. No entanto a despesa per capita para a Defesa, que ascende a cerca de 97 dólares anuais, era o mais baixo entre os países da OTAN.

ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

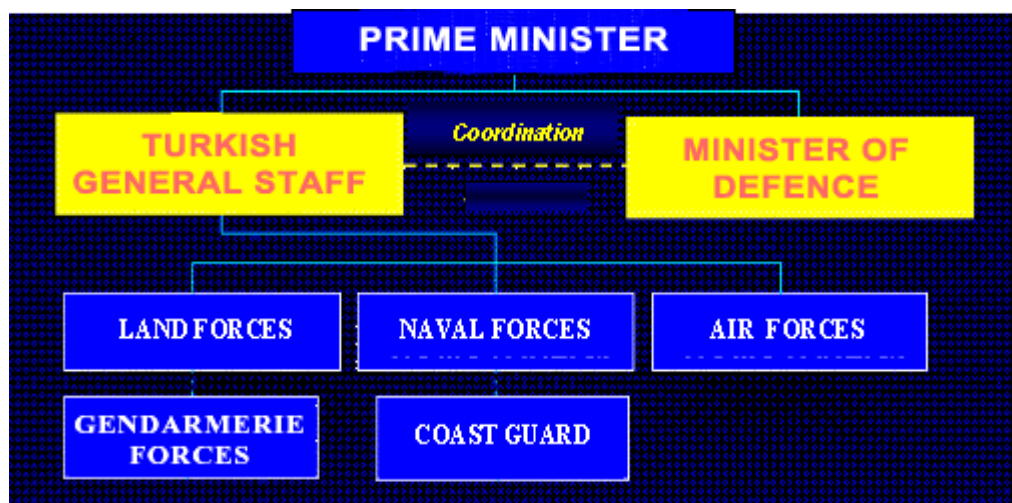
O CEMGFA turcas é responsável perante o Primeiro-Ministro e tem a missão de comandar as Forças Armadas Turcas, sendo igualmente responsável pela:

- Condução das operações militares;
- Prontidão das Forças Armadas Turcas.

Os três Chefes dos Ramos despacham directamente com o CEMGFA turco que mantém relações de coordenação com o Ministério da Defesa Nacional e no cumprimento das respectivas missões.

O Comando Geral da Gendarmerie e o Comando da Guarda Costeira, fazem parte das forças de segurança interna e estão dependentes do Ministério do Interior em tempo de paz ficando, em situação de guerra, subordinadas ao Comando das Forças Terrestres e Navais respectivamente.

Figura 9 - Organização Superior da Defesa



POSSIBILIDADES DAS FORÇAS ARMADAS TURCAS

Efectivos:

- Exército: 400.000
- Marinha: 52.000
- Força Aérea: 60.000
- Reservistas: 380.000

O Exército turco tem capacidade para mobilizar, num período relativamente curto 40 a 50.000 homens, um Corpo de Exército, apto para realizar operações conjuntas. O Exército

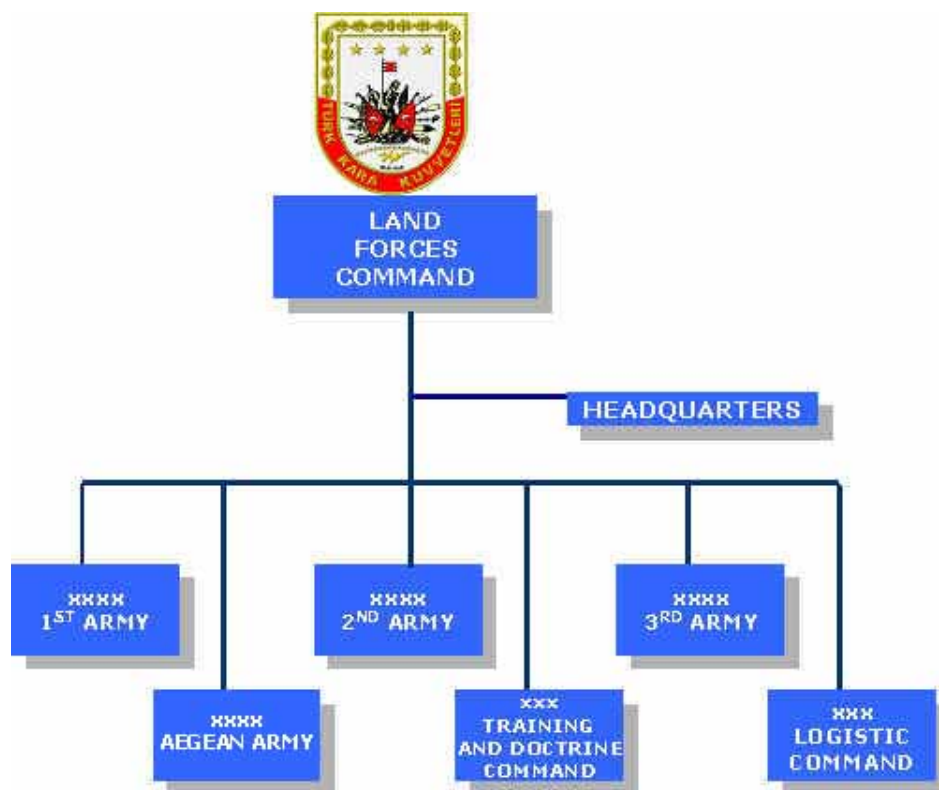
tem igualmente capacidade para conduzir operações de assalto aéreo que com capacidade de transporte de 5 a 6 Batalhões numa só leva, de dia ou de noite. As Forças Armadas turcas podem ainda conduzir quatro Operações de Apoio à Paz em diferentes Teatros de Operações, de escalão Batalhão em qualquer local no Mundo.

A Marinha turca pode participar em operações e exercícios internacionais para além do Mediterrâneo e possui capacidade submarina de navegar mais de 15.000 milhas marítimas.

A Força Aérea turca é depois da dos EUA a que mais F-16 possui, podendo participar em exercícios fora do seu território. Com capacidade de abastecimento no ar, os meios aéreos turcos podem participar em exercícios na Europa Central e de regressar às suas bases na Turquia, bem como voar directamente da Turquia para os EUA.

EXÉRCITO:

Figure 10 - Organização do Exército



O Exército está organizado em:

- 4 Comandos de Exército
- 10 Corpos de Exército
- 2 Divisões de Infantaria Mecanizada
- 2 QG (Táticos) Divisionários de Infantaria Mecanizada
- 1 Divisão de Infantaria e 1 Divisão de Instrução e Treino

- 14 Brigadas de Infantaria Mecanizada
- 14 Brigadas Blindadas
- 12 Brigadas de Infantaria Regionais
- 5 Brigadas Comando
- 5 Brigadas de Instrução e Treino

A Turquia mantém cerca de 30.000 militares estacionados na “República Turca de Chipre do Norte”, organizados em duas Brigadas de Infantaria, 440 carros de combate, 600 VBTP e 200 peças de artilharia.

O Exército turco tem cerca de 2.900 CC, 3.600 VBTP, 900 peças de artilharia e 410 aeronaves.

Exército Turco – <i>Türk Kara Kuvvetleri</i>		
Tipo	Desempenho	Quantidade
M-48A-5T1/T2	main battle tank	1576
M-60A1/A3	main battle tank	932
Leopard 1A1/A3	main battle tank	397
AIFV/ATV/AAPC/AFV (M113)	infantry fighting vehicle/armoured personnel carrier	3640
BTR-60/80	armoured personnel carrier	n/a
Cobra LAV	light armoured vehicle	n/a
MLRS	227mm multiple launched rocket system	12
M110A2	203mm self-propelled howitzer	219
M107	175mm self-propelled howitzer	36
M44T1	155mm self-propelled howitzer	222
M108	105mm self-propelled howitzer	26
M52T	105mm self-propelled howitzer	365
T-1	40mm anti-aircraft gun	40
L60/70	40mm anti-aircraft gun	800
M-4A1	40mm anti-aircraft gun	260
GDF-001/-003	35mm anti-aircraft gun	120
Redeye	shoulder-launched surface to air missile	n/a
Stinger	shoulder-launched surface to air missile	n/a
AH-1P/W Cobra/Super Cobra	anti-tank helicopter	37
Bell OH-58	observation	3
AB206 Jet Ranger	observation/liaison	20
Cessna U-17	observation/liaison	98
S-70A Black Hawk	transport	50
AS532 Cougar	transport	30
Bell UH-1	transport	94
T-42 Conchise	transport	4
Super King Air 200	transport	4
Cessna 421	transport	4
AB212	transport/VIP	2
AB204B	VIP	12
Cessna T-41	training	24
Hughes 269	training	30
Gnat	unmanned aerial vehicle	n/a
Falcon	unmanned aerial vehicle	n/a

FORÇA AÉREA – Türk Hava Kuvvetleri

A Força Aérea Turca é responsável por duas regiões militares que cobrem o Ocidente e o Oriente da Turquia. Está organizada em 2 Forças Aéreas Táticas e compreende:

- 19 Esquadras de combate;
- 2 Esquadras de reconhecimento;
- 5 Esquadras de treino;
- 6 Esquadras de transporte;
- 1 Esquadra de abastecedores aéreos
- 8 Esquadras de mísseis terra-ar

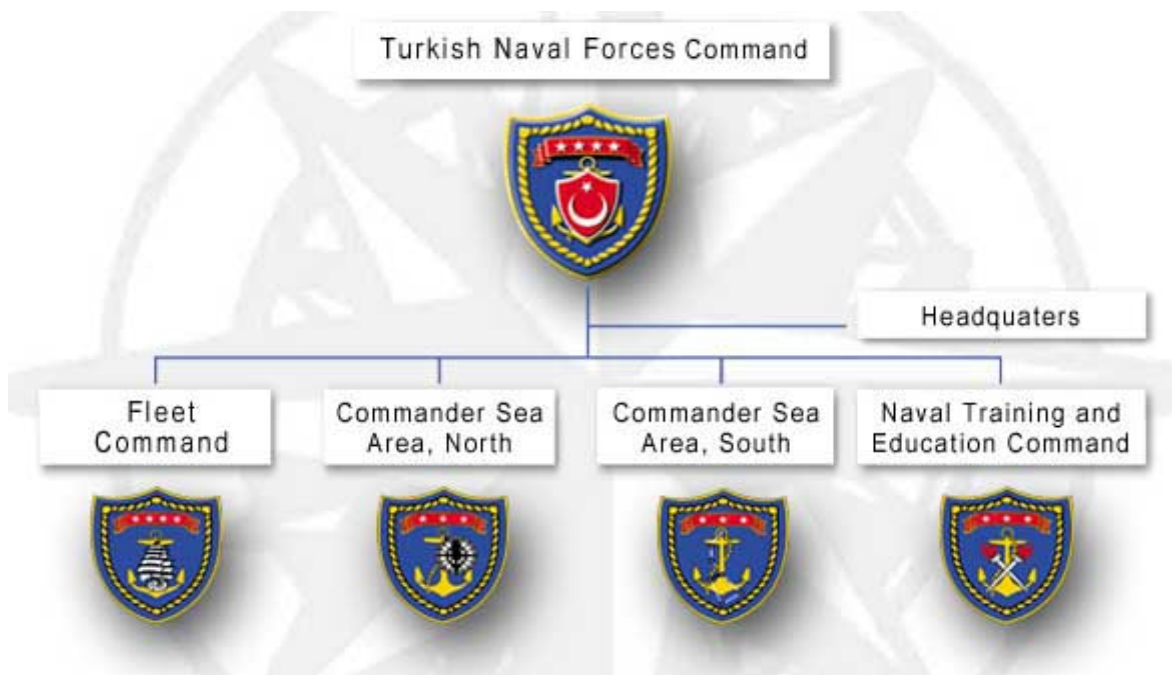
Opera cerca de 766 aeronaves, incluindo 726 de asa fixa e 40 helicópteros.

Type	Role	Qty
F-16C/D Fighting Falcon	air defence/strike/recon	179
F-4E 2020/RF-4E Phantom II	air defence/strike/recon	174
NF-5A/B Freedom Fighter	strike/recon/training	87
737-700 AWACS*	airborne early warning and control	4
KC-135R Stratotanker	air-to-air refuelling	7
A400M Future Large Aircraft*	transport	10
C-130B/E Hercules	transport	13
C-160T Transall	transport	19
CN-235	transport	44
Gulfstream IV	transport/VIP	3
Citation VII	transport/VIP	2
AS532 Cougar	transport/search and rescue	20
UH-1H Iroquois	transport/search and rescue	20
T-38A Talon	training	70
T-37A/B Tweety Bird	training	60
T-41D Mescalero	training	28
SF260D	training	40
Rapier Mk ½	surface to air missile	n/a
Nike Hercules	surface to air missile	n/a



MARINHA – Türk Deniz Kuvvetleri:

Figura 11 - Organização da Marinha



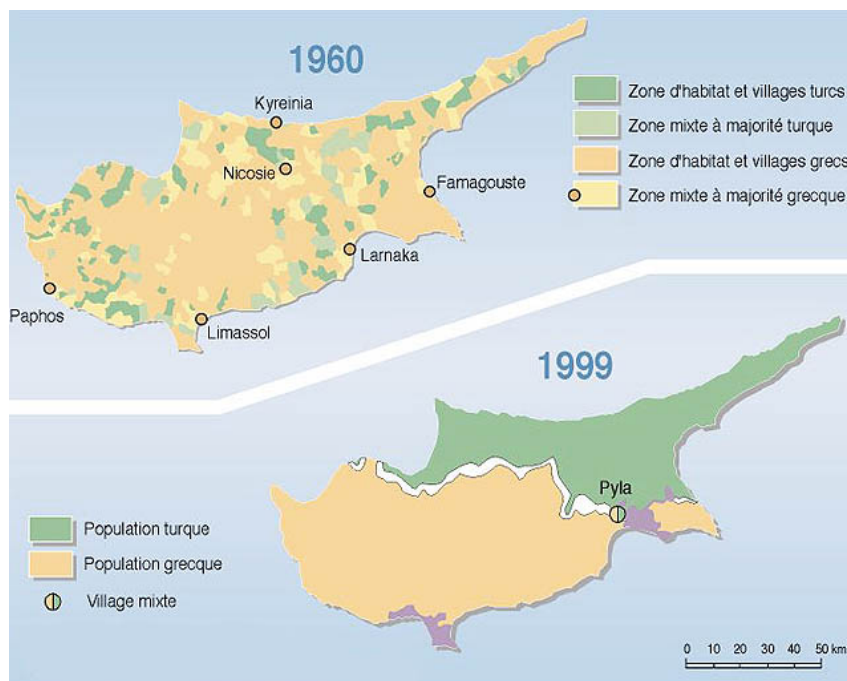
A Marinha é responsável por quatro áreas territoriais, que cobrem o Norte e o Sul da Turquia, o Mediterrâneo e o Mar Negro. As principais bases navais encontram-se em Ancara, na Baía de Aksaz, Eregli, Gölcük, Iskenderun, Istambul and Mersin.

Está equipada com cerca de 170 navios, incluindo 16 submarinos e 27 fragatas. A Aviação Naval, a Türk Donma Havacılığı compreende 3 Esquadras e está equipada com cerca de 25 aeronaves. A Marinha tem igualmente uma Brigada de Fuzileiros com 3.100 militares. Para além de participar na OTAN, a Marinha turca enquadra-se na Força Naval do Mar Negro (BLACKSEAFOR), criada no início de 2004 pela Turquia, Bulgária, Geórgia, Roménia, Rússia e Ucrânia com o objectivo de busca e salvamento e outras operações humanitárias no Mar Negro.

Fonte: http://www.tsk.mil.tr/eng/genel_konular/kuvvetyapisi.htm (212100Dec04)

Anexo I – Questão Cipriota

Figura 12 -- Distribuição Étnica



Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/chypremdv49> (030130Fev05)

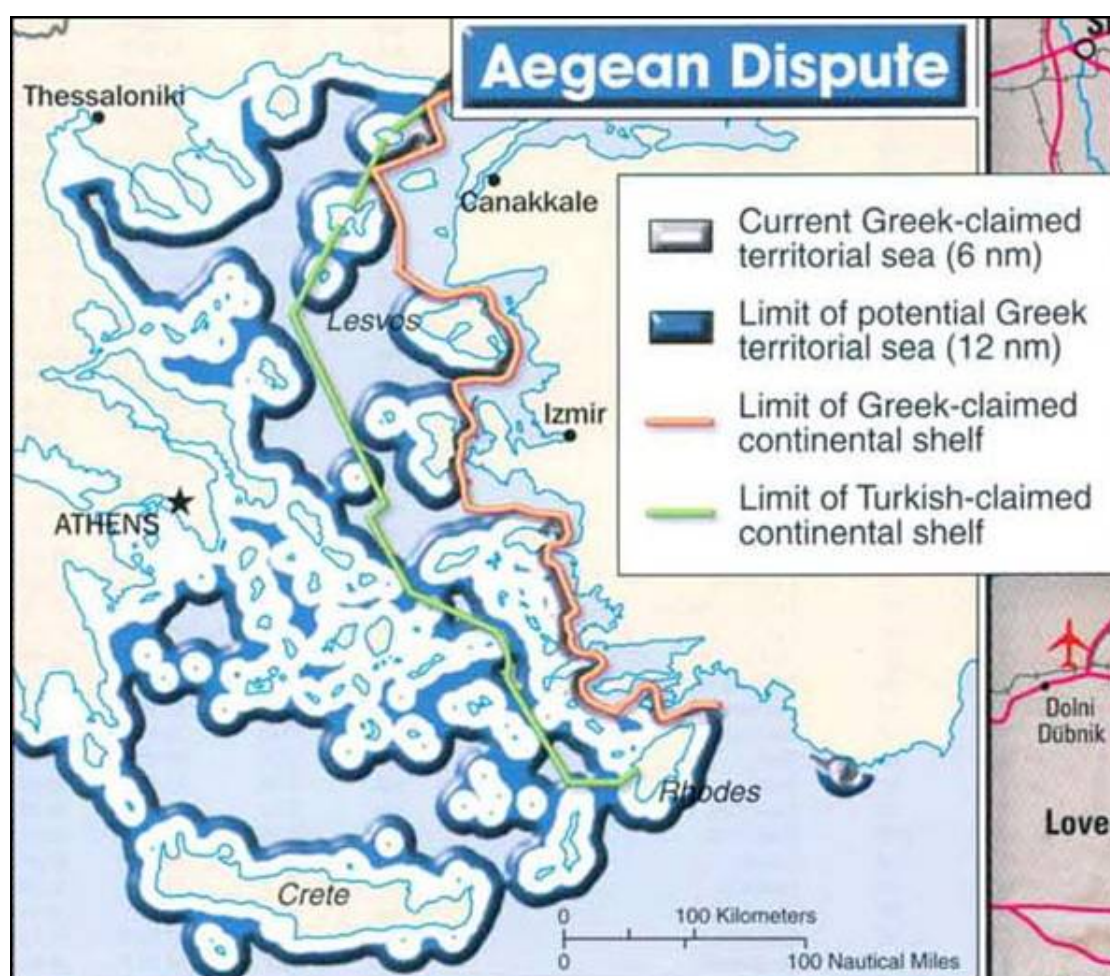
Figura 13 - Zona desmilitarizada



Fonte: <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/cy.html> (022230Fev05)

Anexo J - Disputa no Mar Egeu

Figura 14 - Disputa no Mar Egeu

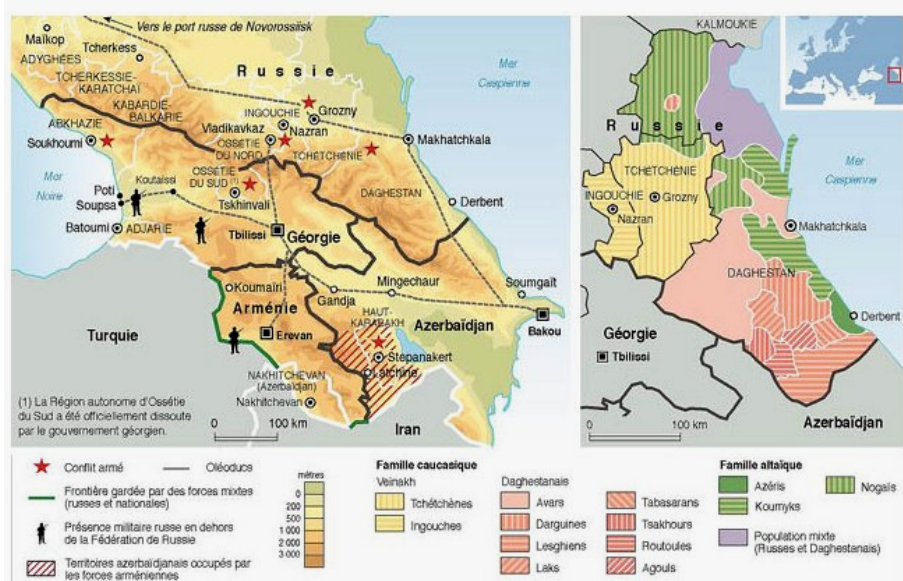


Anexo K - Cáucaso

Figure 15 - Os Conflitos

par Philippe Rekacewicz

► janvier 2000



Fonte : <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/caucasemdv49> (022300Fev05)

Figure 16 - Um Mosaico de Povos

par Philippe Rekacewicz

► janvier 1997



Fonte : <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/caucasemdv1997> (022340Fev05)

Anexo L - Arménia

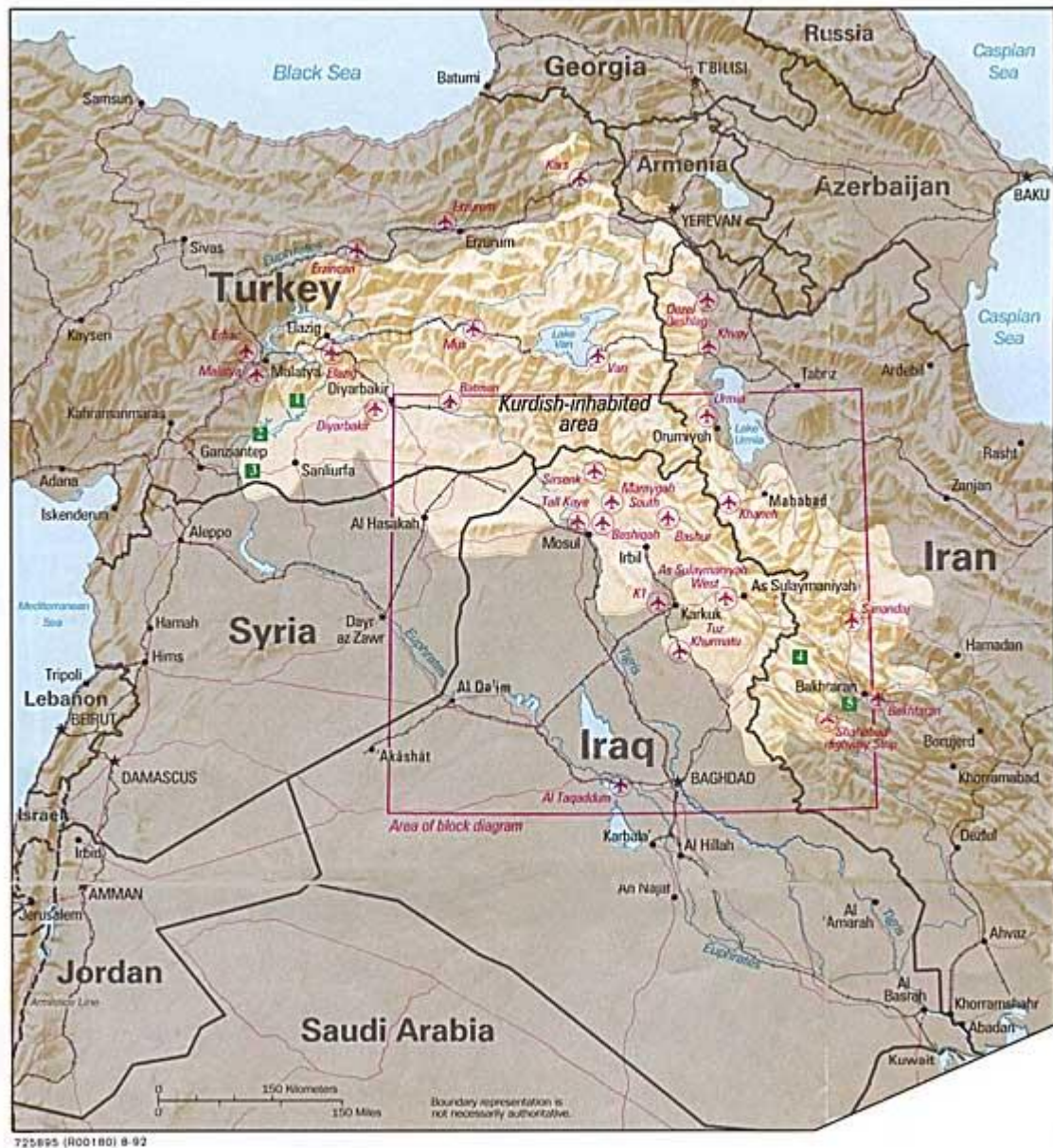
Figura 17 - Arménia



Fonte: <http://www.infoplease.com/atlas/country/armenia.html> (022345Fev05)

Anexo M - Curdistão

Figura 18 - "Curdistão"



<http://www.krg.org> (010120Fev05)

Anexo N - GAP

(Projecto do Sudeste da Anatólia)

Figura 19 - GAP

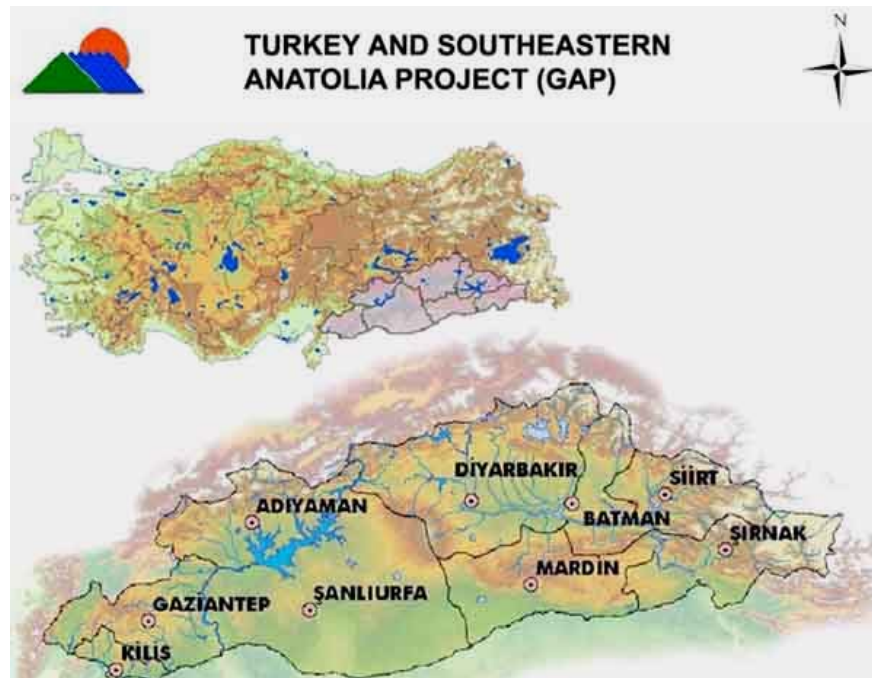
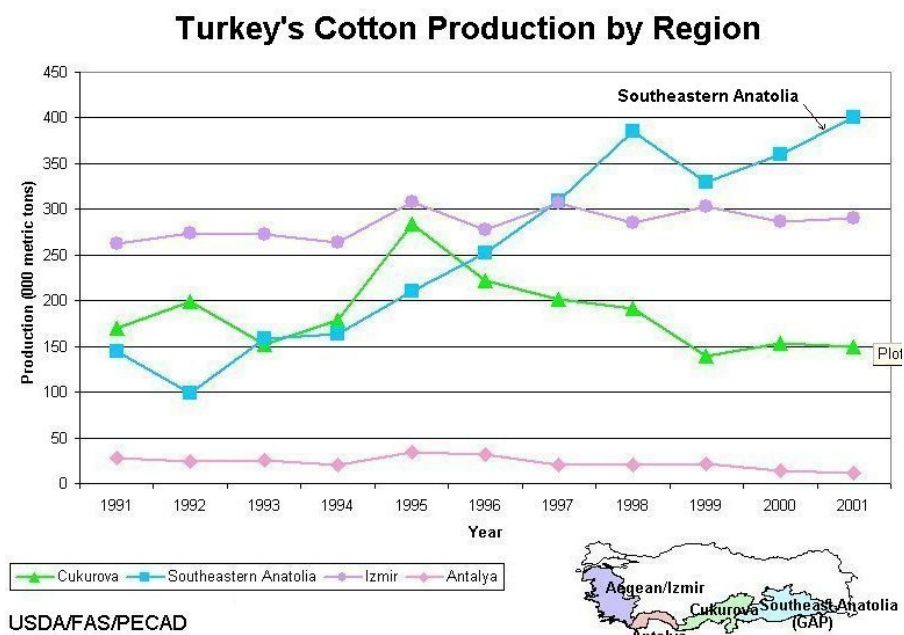


Figura 20 - Produção de Algodão por Região



Fonte: <http://www.gap.gov.tr/English/Frames/fr1.html>

Anexo O - Conclusões das Cimeiras Europeias sobre a Turquia

(desde a Cimeira do Luxemburgo)

1. O ***Conselho Europeu do Luxemburgo*** em *Dezembro de 1997*, “confirmou a elegibilidade da Turquia para aceder à União Europeia. A Turquia será avaliada tendo por base os mesmos critérios que os restantes Estados candidatos. Enquanto as condições políticas e económicas para o início das negociações não forem satisfeitas, o Conselho Europeu considera no entanto que é importante desenhar uma estratégia que prepare a Turquia para o acesso aproximando-a da União Europeia em todos os aspectos”.
2. O ***Conselho Europeu de Viena*** em *Dezembro de 1998* “sublinhou a grande importância que se reveste o desenvolvimento das relações entre a UE e a Turquia efectuadas através da Estratégia Europeia para preparar a adesão turca. Neste contexto reconhece o papel central que se reveste o reforço da implementação da Estratégia Europeia em linha com as suas conclusões no Luxemburgo e em Cardiff.
3. O ***Conselho Europeu de Helsínquia*** em *Dezembro de 1999* refere que “a Turquia, tal como qualquer outro Estado candidato, beneficiará de uma estratégia de pré-adesão de forma a estimular e apoiar as suas reformas. Isto incluirá o reforço do diálogo político, com ênfase no avanço necessário ao cumprimento dos critérios políticos para a adesão em especial nos aspectos dos direitos humanos, bem como os assuntos referidos nos parágrafos 4 e 9 (a). A Turquia terá igualmente a oportunidade de participar nos programas e agências Comunitários bem como nas reuniões entre os Estados candidatos e a União, no contexto do processo de adesão.
4. As iniciativas levadas a cabo pela Turquia como Estado candidato por forma a cumprir os critérios de adesão foram salientados no ***Conselho Europeu da Feira em Junho de 2000***. O Conselho Europeu adiantou que “desejava ver progressos concretos, em particular nas áreas dos direitos humanos, Estado de direito e nos aspectos judiciais”.
5. O ***Conselho Europeu de Nice*** em *Dezembro de 2000* saudou “o progresso efectivo na implementação da estratégia de pré-adesão da Turquia e realçou a importância da Parceria de Adesão”.
6. O ***Conselho Europeu de Gotemburgo*** em *15 e 16 de Junho de 2001* concluiu que: “As decisões tomadas em Helsínquia aproximaram a Turquia da UE e abrirão novas perspectivas relativas às suas aspirações europeias. Progrediu-se no sentido da implementação da estratégia de pré-adesão para a Turquia, incluindo a melhoria do diálogo político.”
7. O ***Conselho Europeu de Laeken*** de *14 e 15 de Dezembro de 2001* declarou que “a Turquia tem feito progressos no sentido do cumprimento dos critérios políticos estabelecidos para a adesão, em particular através da recente revisão constitucional. Esta revisão abriu a perspectiva para iniciar as negociações com a Turquia. A Turquia é encorajada a continuar o processo de cumprimento dos critérios políticos e económicos em especial os relativos aos direitos humanos. A estratégia de pré-adesão para a Turquia deve marcar uma nova fase ao analisar a sua capacidade em cumprir com o acervo comunitário.”

8. O **Conselho Europeu de Sevilha** de 21 e 22 de Junho de 2002 “saudou as reformas recentemente adoptadas pela Turquia. Encoraja e apoia completamente os esforços feitos pela Turquia para o cumprimento das prioridades definidas na Parceria de Adesão. A implementação das necessárias reformas políticas e económicas aproximarão a Turquia da possibilidade de adesão de acordo com os mesmos princípios e critérios que são aplicados aos restantes Estados candidatos. Novas decisões podem ser tomadas em Copenhaga relativas à nova fase da candidatura da Turquia à luz da evolução da situação entre os Conselhos Europeus de Sevilha e de Copenhaga, baseada no relatório periódico a ser apresentado pela Comissão em Outubro de 2002 e de acordo com as conclusões de Helsínquia e de Laeken.”
9. O **Conselho Europeu de Bruxelas** de 24 e 25 de Outubro de 2002, “saudou os passos importantes tomados pela Turquia no sentido do cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga e o facto de ter avançado nos critérios económicos e da adopção do acervo comunitário, conforme consta no Relatório Periódico da Comissão. Esta situação despoletou a abertura de negociações para a adesão com a Turquia. A União encoraja a Turquia a perseguir o processo de reformas e dar passos concretos no sentido da sua implementação, que fará aproximar a Turquia da adesão de acordo com os mesmos princípios e critérios que são aplicados aos restantes Estados candidatos. O Conselho é convidado a preparar para o Conselho Europeu de Copenhaga os elementos necessários à tomada de decisão para a Turquia entrar na próxima fase da candidatura, tendo por base o Documento Estratégico da Comissão e de acordo com as conclusões dos Conselhos Europeus de Helsínquia, Laeken e Sevilha.”
10. O **Conselho Europeu de Copenhaga** de 12 e 13 de Dezembro de 2002, “reafirma a decisão tomada em 1999 em Helsínquia de que a Turquia é um Estado candidato destinado a aderir à União, na base dos mesmos critérios aplicados aos restantes Estados candidatos. Saúda com veemência os passos importantes levados a cabo pela Turquia no sentido de atingir os Critérios de Copenhaga, em particular através dos recentes pacotes legislativos e as subsequentes medidas de implementação que cobrem um elevado número de prioridades chave especificados na Parceria para a Adesão. A União reconhece a determinação do novo governo turco para avançar com novos passos no caminho das reformas e insiste em particular com o governo para abordar com rapidez os restantes aspectos no campo dos critérios políticos, não só relativamente à legislação mas em particular a sua implementação. A União recorda que de acordo com os critérios políticos decididos em Copenhaga em 1993, a adesão requer que um país candidato tenha atingido a estabilidade das instituições ao garantir a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pelas e a protecção das minorias. A União encoraja a Turquia a perseguir energeticamente com o seu processo de reformas. Se o Conselho Europeu de Dezembro de 2004, tendo por base um relatório e uma recomendação da Comissão, decidir que a Turquia cumpre os critérios políticos de Copenhaga, a UE abrirá rapidamente as negociações para a adesão da Turquia. No sentido de apoiar a adesão da Turquia à UE, a estratégia de adesão para a Turquia será reforçada. A Comissão é convidada a submeter uma proposta de revisão da Parceria de Adesão e a intensificar o processo de escrutínio legislativo. Em paralelo, o Acordo Aduaneiro entre a Comunidade e a Turquia deve ser alargado e aprofundado. A União irá incrementar significativamente o apoio financeiro de pré-adesão à Turquia. Este apoio irá a partir de 2004 ser financiado pela rubrica orçamental “despesas de pré-adesão.”

11. O **Conselho Europeu de Tessalónica** de 19 e 20 de Junho de 2003, “saúda o empenhamento do governo turco de levar a cabo o processo de reformas, em particular o remanescente trabalho legislativo até ao final de 2003, e apoia os esforços em curso para cumprir os critérios políticos de Copenhaga no sentido de serem abertas as negociações de adesão com a União. Tendo em conta os progressos alcançados, existem no entanto esforços necessários a tomar para atingir aquele objectivo. Tendo em vista ajudar a Turquia a atingir aquele objectivo, o Conselho adoptou recentemente uma revisão da Parceria de Adesão, que define as prioridades que a Turquia deve perseguir, apoiada por um aumento substancial do apoio financeiro. De acordo com as conclusões de Helsínquia o cumprimento destas prioridades ajudará a Turquia a aderir à UE. A Parceria de Adesão constitui o elemento chave das relações entre a Turquia e a UE, em particular tendo em vista a decisão que será tomada pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2004.”
12. O **Conselho Europeu de Bruxelas** de 12 de Dezembro de 2003, “saúda os esforços consideráveis e determinados do Governo turco para acelerar o ritmo das reformas, muitas das quais são significativas em termos políticos e legislativos. Os pacotes legislativos adoptados até à data, os primeiros passos importantes realizados no sentido da sua implementação, bem como o avanço no sentido de alcançar muitas das prioridades definidas pelos critérios políticos de Copenhaga e pela revista Parceria de Adesão, aproximaram a Turquia da União. A Turquia fez igualmente progressos significativos no sentido de alcançar os critérios económicos de Copenhaga. Contudo, continuam a ser necessários mais esforços sustentados, em particular no reforço da independência e funcionamento do sistema judicial como suporte ao exercício das liberdades fundamentais (associação, expressão e religião), ao aprofundamento das relações civis-militares em consonância com o praticado na Europa, a situação no Sudeste do país e aos direitos culturais. A Turquia tem igualmente que ultrapassar os desequilíbrios macro-económicos e promover as necessárias reformas estruturais. O Conselho Europeu realça a importância da vertente política turca na solução do problema de Chipre. A este respeito uma solução deve ter por base os princípios enunciados na secção IV que em muito facilitarão as aspirações de adesão da Turquia. O Conselho Europeu encoraja a Turquia a continuar os progressos entretanto alcançados tendo em vista o lançamento das negociações para a adesão e sublinha o seu cometimento em trabalhar no sentido da implementação plena da estratégia de pré-adesão com a Turquia, em que se inclui a revista Parceria de Adesão, de modo a que seja tomada uma decisão no Conselho Europeu de Dezembro de 2004 sustentada no relatório e recomendações da Comissão.”

Fonte: http://www.carloscoelho.org/dossiers/turquia/european_councils.pdf

Anexo P - Povos da Turquia

Alevica Curda

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Kurmanjki
População deste Povo no País:	3.700.000
População deste Povo no Mundo:	3.794.000
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia - Curdos

Azerbaijani

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Azerbaijani, Sul
População deste Povo no País:	530.000
População deste Povo no Mundo:	14.522.300
Grupo de Povos	Povos Turcos - Azerbaijani

Bósnio

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Serbo-Croatian
População deste Povo no País:	20.000
População deste Povo no Mundo:	11.534.900
Grupo de Povos	Povos Euro-asiáticos (Ásia Central) – Bósnio

Cigano Balkan Rom

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Romani, Balkan
População deste Povo no País:	55.000
População deste Povo no Mundo:	295.100
Grupo de Povos	Cigano

Cigano, Oriente Médio

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Domari
População deste Povo no País:	20.000
População deste Povo no Mundo:	23.897.500
Grupo de Povos	Indo-Iranianos ou Indo-Arianos do Sul da Ásia - Cigano

Circassiano

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Adyghe
População deste Povo no País:	71.000
População deste Povo no Mundo:	276.300
Grupo de Povos	Povos Euro-asiáticos (Ásia Central) Cáucaso Norte

Circassiano Oriental(Kabardian)

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Kabardian
População deste Povo no País:	202.000
População deste Povo no Mundo:	91.000
Grupo de Povos	Povos Euro-asiáticos (Ásia Central) Cáucaso Norte

Curdo

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Shikaki
População deste Povo no País:	18.000
População deste Povo no Mundo:	64.000
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia Curdos

Curdo Dimili

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Dimli
População deste Povo no País:	1.000.000
População deste Povo no Mundo:	1.000.000
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia Curdos

Curdo Herki

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Herki
População deste Povo no País:	31.000
População deste Povo no Mundo:	71.000
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia Curdos

Curdo, Norte (Kermanji)

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Kurmanji
População deste Povo no País:	3.950.000
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia Curdos

Judeu

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Turco
População deste Povo no País:	12.000
Grupo de Povos	Judeus

Kara-Kalpak

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Karakalpak
População deste Povo no País:	62.000
População deste Povo no Mundo:	477.600
Grupo de Povos	Povos Turcos Uzbeco

Mingrelian (Laz, Zan)

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Laz
População deste Povo no País:	30.000
População deste Povo no Mundo:	32.000
Grupo de Povos	Povos Euro-asiáticos (Ásia Central)

Ossetian (Ocidental Ossetian)

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Osetin
População deste Povo no País:	31.000
População deste Povo no Mundo:	584.600
Grupo de Povos	Indo-Iranianos do Sudoeste da Ásia

Tátar (Tartar)

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Tatar
População deste Povo no País:	21.000
População deste Povo no Mundo:	7.054.100
Grupo de Povos	Povos Turcos - Tátar

Tátar Crimeano

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Crimean Turkish
População deste Povo no País:	22.000
População deste Povo no Mundo:	314.400
Grupo de Povos	Povos Turcos Tátar

Turco

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Turkish
População deste Povo no País:	46.278.000
População deste Povo no Mundo:	50.257.600
Grupo de Povos	Povos Turcos Turco

Turco Balkan Gagauzi

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Balkan Gagauz Turkish
População deste Povo no País:	14.000
População deste Povo no Mundo:	234.200
Grupo de Povos	Povos Turcos

Turco Cigano

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Turkish
População deste Povo no País:	25.000
População deste Povo no Mundo:	1.065.000
Grupo de Povos	Povos Turcos

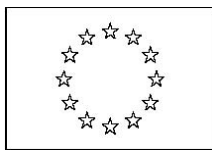
Urdu

País:	Turquia
Língua Falada (Nome Técnico em Inglês):	Urdu
População deste Povo no País:	18.000
População deste Povo no Mundo:	51.612.700
Grupo de Povos	Indo-Arianos do Sul da Ásia Urdu

Fonte: <http://www.infobrasil.org/ad2000/pj/jphtuk.htm> acessido em 21/13/Jan05

Anexo Q – Recomendação da Comissão Europeia

EN



COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES

Brussels, 6.10.2004

COM(2004) 656

final

COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT

**Recommendation of the European Commission on Turkey's progress towards
accession**

COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT

Recommendation of the European Commission on Turkey's progress towards accession

1. INTRODUCTION

EU-Turkey relations have a long history. In 1963 Turkey and the EEC entered into an Association Agreement containing a membership perspective. In 1995, a customs union was formed and, in Helsinki in December 1999, the European Council decided that Turkey is a candidate for accession to the EU. The Copenhagen European Council in December 2002 concluded that "if the European Council in December 2004, on the basis of a report and a recommendation from the Commission, decides that Turkey fulfils the Copenhagen political criteria, the European Union will open accession negotiations with Turkey without delay". These conclusions were reaffirmed by the European Council in Brussels in June 2004.

For major periods of European history, Turkey has been an important factor of European politics. Turkey is member of all important other European organizations and has since the Second World War played an important role in contributing to the shaping of European policies.

Within the limits of the mandate received in Copenhagen in 2002, this Communication contains the recommendation from the Commission and, in annex, the conclusions of the Regular Report on Turkey. The Regular Report records Turkey's progress towards accession over the past twelve months. It also examines Turkey's track record in respect of the political and economic criteria for accession since the decision by the Helsinki European Council in 1999. The recommendation and the accompanying documents will provide a basis for a decision of the European Council of general political importance for the future of the European Union.

Furthermore, the Commission services have also prepared an assessment of issues arising from Turkey's membership perspective. Its findings are presented in this Communication.

On this basis, a strategy consisting of three pillars is presented. The first pillar concerns cooperation to reinforce and support the reform process in Turkey in particular in relation to the continued fulfillment of the Copenhagen political criteria. This will be based on a revised Accession Partnership, setting out priorities in particular for the reform process, and an upgraded pre-accession strategy. In the second pillar, the specific conditions for the conduct of accession negotiations with Turkey are proposed. A number of preliminary indications are provided for the preparation of accession negotiations, if such a decision is taken by the European Council in December. The third pillar suggests a substantially strengthened political and cultural dialogue bringing people together from EU Member States and Turkey. Turkey's accession would need to be thoroughly prepared in order to allow for a smooth integration which enhances the

achievements of fifty years of European integration. This is an open-ended process whose outcome cannot be guaranteed beforehand. Regardless of the outcome of the negotiations or the subsequent ratification process, the relations between the EU and Turkey must ensure that Turkey remains fully anchored in European structures.

2. ASSESSMENT OF THE POLITICAL CRITERIA

Following decades of sporadic progress, there has been substantial legislative and institutional convergence in Turkey towards European standards, in particular after the 2002 elections. The political reforms are mainly contained in two major constitutional reforms in 2001 and 2004 and eight legislative packages adopted by Parliament between February 2002 and July 2004. Civil-military relations are evolving towards European standards. Important changes have been made to the judicial system, including the abolition of the State Security Courts. Public administration reform is underway. As regards human rights, Turkey recognizes the primacy of international and European law. It has aligned itself to a large extent with international conventions and rulings, such as the complete abolition of the death penalty and the release of people sentenced for expressing non-violent opinion. Although some practical restrictions still exist, the scope of fundamental freedoms enjoyed by Turkish citizens, such as freedom of expression and assembly, has been substantially extended. Civil society has grown stronger. Cultural rights for the Kurds have started to be recognized. The state of emergency has been lifted everywhere; although the situation is still difficult, the process of normalization has begun in the Southeast. Finally, on the enhanced political dialogue, Turkish foreign policy is contributing positively to regional stability.

Turkey has substantially progressed in its political reform process, in particular by means of far reaching constitutional and legislative changes adopted over the last years, in line with the priorities set out in the Accession Partnership. However, the Law on Associations, the new Penal Code and the Law on Intermediate Courts of Appeal have not yet entered into force. Moreover, the decision on the Code of Criminal Procedure, the legislation establishing the judicial police and the law on execution of punishments and measures are still to be adopted.

Turkey is undertaking strong efforts to ensure proper implementation of these reforms. Despite this, implementation needs to be further consolidated and broadened. This applies specifically to the zero tolerance policy in the fight against torture and ill-treatment, and the strengthening and implementation of provisions relating to freedom of expression, freedom of religion, women's rights, trade union rights and minority rights.

In view of the overall progress of reforms, and provided that Turkey brings into force the outstanding legislation mentioned above, the Commission considers that Turkey sufficiently fulfils the political criteria and recommends that accession negotiations be opened.

The irreversibility of the reform process, its implementation, in particular with regard to fundamental freedoms, will need to be confirmed over a longer period of time. Moreover, the *acquis* related to the political criteria is developing, in particular as a result of the Constitution for Europe. Turkey should closely follow this evolution.

Turkey has and continues actively to support efforts to resolve the Cyprus problem; in

particular, Turkey agreed to the solution put forward in the peace plan of the UN Secretary General. The European Council of June 2004 invited Turkey to conclude negotiations with the Commission on behalf of the Community and its 25 Member States on the adaptation of the Ankara Agreement to take account of the accession of the new Member States. The Commission expects a positive reply from Turkey to the draft protocol on the necessary adaptations transmitted in July 2004. Moreover, it should be noted that any accession negotiations are held in the framework of an Intergovernmental Conference consisting of all Member States of the EU.

The full conclusions of the Regular Report, covering also the progress made by Turkey in meeting the other criteria for membership, can be found in the Annex: Conclusions of the Regular Report on Turkey.

3. ASSESSING THE ISSUES ARISING FROM TURKEY'S MEMBERSHIP PERSPECTIVE

Accession of Turkey to the Union will be challenging both for the EU and Turkey. If well managed, it would offer important opportunities for both. As the assessment on the issues arising from Turkey's membership perspective shows, the necessary preparations for accession will last well into the next decade. The EU will evolve over this period, and Turkey should change even more radically. The *acquis* will develop further and respond to the needs of an EU at 27 or more. Its development may also anticipate the challenges and opportunities of Turkey's accession.

Based on current EU policies and knowledge, the Commission has identified the following main issues for further reflection and analysis over the coming years:

- Turkey's accession would be different from previous enlargements because of the combined impact of Turkey's population, size, geographical location, economic, security and military potential. These factors give Turkey the capacity to contribute to regional and international stability. The prospect of accession should lead to improving bilateral relations between Turkey and its neighbors in line with principle of reconciliation on which the European Union is founded. Expectations regarding EU policies towards these regions will grow as well, taking into account Turkey's existing political and economic links to its neighbors. Much will depend on how the EU itself will take on the challenge to become a fully fledged foreign policy player in the medium term in regions traditionally characterized by instability and tensions, including the Middle East and the Caucasus.
- Turkey is at present going through a process of radical change, including a rapid evolution of mentalities. It is in the interest of all that the current transformation process continues. Turkey would be an important model of a country with a majority Muslim population adhering to such fundamental principles as liberty, democracy, respect for human rights and fundamental freedoms, and the rule of law.
- The economic impact of Turkey's accession on the EU would be positive but relatively small, both due to the modest size of the Turkish economy and to the degree of economic integration already existing before accession. Much will depend on future economic developments in Turkey. The launch of accession negotiations should help the continued efforts of Turkey to ensure macroeconomic stability and promote investment, growth and social development. Under these conditions, Turkey's GDP is

expected to grow more rapidly than the EU average.

- Accession of Turkey, a lower middle income country, would increase regional economic disparities in the enlarged EU in a way similar to the most recent enlargement, and would represent a major challenge for cohesion policy. Turkey would qualify for significant support from the structural and cohesion funds over a long period of time. A number of regions in present Member States benefiting from structural funds support could lose their eligibility on the basis of present rules.
- The integration of Turkey into the internal market would be beneficial. This depends, however, not only on the fulfilment of present obligations under the customs union but also on more horizontal reforms, such as strengthening corporate governance and regulatory frameworks, intensifying the fight against corruption, and significantly improving the functioning of the judiciary.
- With over three million, Turks constitute by far the largest group of third-country nationals legally residing in today's EU. Available studies give varying estimates of expected additional migration following Turkey's accession. Long transition periods and a permanent safeguard clause can be considered to avoid serious disturbances on the EU labor market. However, the population dynamics of Turkey could make a contribution to offsetting the ageing of EU societies. In this context, the EU also has a strong interest in that reforms and investments should be made in education and training in Turkey over the next decade.
- Agriculture is one of the most important economic and social sectors in Turkey and would need special attention. Continuous rural development efforts and an upgrading of administrative capacity would be required from Turkey to create as favorable conditions as possible to participate successfully in the common agricultural policy. Turkey would need considerable time to make a number of agricultural sectors more competitive in order to avoid substantial income losses for Turkish farmers. Under present policies Turkey would be eligible for substantial support. In the veterinary area, major efforts would have to be made to improve the animal health situation and controls at the eastern borders in order to avoid serious problems upon accession.
- Turkey's accession would help to secure better energy supply routes for the EU. It would probably necessitate a development of EU policies for the management of water resources and the related infrastructure. Because of their sometimes considerable trans-boundary effects, good implementation by Turkey of other EU policies in the fields of environment, transport, energy and consumer protection would also have considerable positive effects for EU citizens elsewhere.
- The management of the EU's long new external borders would constitute an important policy challenge and require significant investment. Managing migration and asylum as well as fighting organised crime, terrorism, trafficking of human beings, drugs and arms smuggling would all be facilitated through closer cooperation both before and after accession.
- The budgetary impact of Turkish membership to the EU can only be fully assessed once the parameters for the financial negotiations with Turkey have been defined in the context of the financial perspectives from 2014 onwards. The nature and amount of transfers to Turkey would depend on a number of changing factors, such as the EU's

policies and any special arrangements agreed with Turkey in the negotiations as well as the budgetary provisions in place at that time, in particular the overall budgetary ceiling. However, it is clear that the budgetary impact on the basis of present policies would be substantial.

- As to the institutions, Turkey's accession, assessed on the basis of the Constitution for Europe, would significantly affect the allocation of European Parliament seats of current Member States, in particular the medium sized and large countries. In the Council, Turkey would have an important voice in the decision making process in view of its population share which would be reflected in the Council voting system. The impact in terms of the Commission would be less important given the planned reduction of the members of the Commission from 2014 onwards.

4. REINFORCING AND SUPPORTING THE REFORM PROCESS WITH TURKEY

Overall, implementation of reforms needs to be vigorously pursued. More specifically, the policy of zero tolerance towards torture should be implemented through determined efforts on all levels of the Turkish state to eradicate remaining instances of torture. Further development of civil society is important. The need to consolidate and broaden political reform also applies to the normalization and development of the situation in the Southeast, including measures to improve the socio-economic situation, initiatives to facilitate the return of displaced people, and to allow for full enjoyment of rights and freedoms by the Kurds. The specific problems of non-Muslim religious communities and trade union rights also need further action.

In order to guarantee the sustainability and irreversibility of the political reform process, the EU should continue to monitor progress of the political reforms closely, on the basis of an Accession Partnership setting out priorities for the reform process. The Commission will, following the analysis in the Regular Report, propose to revise the Accession Partnership in spring 2005. On this basis, a general review of the way in which political reforms are consolidated and broadened will take place on a yearly basis starting from end 2005. To this end, the Commission will present a first report to the European Council in December 2005. The pace of the reforms will determine the progress in negotiations.

In line with the Treaty on European Union and the Constitution for Europe the Commission will recommend the suspension of negotiations in the case of a serious and persistent breach of the principles of liberty, democracy, respect for human rights and fundamental freedoms and the rule of law on which the Union is founded. The Council should be able to decide on such recommendation by a qualified majority.

The enhanced political dialogue and the regular monitoring need to continue after the opening of accession negotiations. As in the past, it will go hand in hand with the expert assistance undertaken by the Commission. The dialogue in the economic field will also need to be pursued, with a clear reference to the *acquis* and in particular the methods of economic policy coordination applied within the EU.

Building on the instruments developed over the past years, such as twinning, peer reviews and TAIEX, the EU should continue to assist Turkey to achieve the necessary legal and real convergence. The pre-accession strategy for Turkey should be upgraded in order to focus on the priorities outlined in the revised Accession Partnership which

will be based on the Regular Report and the assessment of the issues raised by Turkey's prospective accession. Concrete initiatives need to be developed to address the socio-economic development in the Southeast, also through the mobilization of a substantial part of the Community assistance to Turkey.

Until 2006, EU financial and technical assistance to Turkey's preparations will continue to be based on the dedicated pre-accession instrument for Turkey adopted by the Council in December 2001. The Commission has proposed to Council to create a new pre-accession instrument (IPA), from which Turkey would benefit from 2007 onwards, building on the present pre-accession instruments Phare, ISPA and SAPARD. In the context of the next financial perspective, the Commission will propose an increase in the amounts to be allocated to Turkey.

5. INDICATIONS FOR THE CONDUCT OF ACCESSION NEGOTIATIONS

The assessment summarized above has borne out the fact that both the EU and Turkey will need a considerable amount of time to create the conditions that will ensure a smooth integration of Turkey into the EU. Not only is it necessary to protect the cohesion and effectiveness of the Union, it would also protect Turkey from having to apply policies that may be unsuited for its level of development.

Accession negotiations will take place in the framework of an Intergovernmental Conference where decisions require unanimity. The framework for negotiations will need to reflect the specific challenges related to Turkey's accession. The precise parameters for the conduct of negotiations will be elaborated once the decision is taken to open negotiations, drawing on the broad indications given below.

Immediately after the formal opening of the accession negotiations, the Commission will organize a comprehensive process of examination of the *acquis*, called screening, in order to explain it and to obtain preliminary indications of the issues that may arise during the negotiations. The negotiations will be complex and reflect on the one hand difficulties encountered by Turkey to apply the *acquis* and on the other hand the need for provisions facilitating the harmonious integration of Turkey into the EU. The application in Turkey of the common agricultural policy and the cohesion policy are two examples. The rules regarding the free movement of persons are a third. It is likely that there will be, as in previous enlargement rounds, a need for substantial and specific arrangements and in some areas long transition periods. In the case of free movement of persons permanent safeguards can be considered. The Commission will refine its analysis in the course of negotiations before presenting a concrete approach for each of these issues.

The substance of the negotiations will be broken down into a number of chapters, each covering a specific policy area. The Commission will recommend to the Council to open negotiations on each specific chapter once it considers Turkey to be sufficiently prepared. As regards certain chapters with an economic dimension, the existence of a functioning market economy should be a prerequisite for opening negotiations.

Benchmarks for the provisional closure of each chapter and, where appropriate for the opening of chapters, will need to be defined ahead of the opening of negotiations for each chapter. These benchmarks could refer to legislative alignment and a satisfactory track record in implementation. In addition, existing legal obligations resulting from the

Association Agreement and the customs union, in particular those mirroring the *acquis*, should be fulfilled before the opening of negotiations on related chapters.

Progress in the negotiations will depend not only on Turkey's convergence with the EU. The EU will need to prepare itself because, as stated by the European Council of June 1993, the Union's capacity to absorb new members, while maintaining the momentum of European integration, is also an important consideration in the general interest of both the Union and the candidate countries. The analysis conducted so far of Turkey's accession does not suggest that major adjustments would be needed in policies related to the internal market. The negotiations will be based, as always, on the existing *acquis*. However, the need for adaptations to the *acquis* before its accession may still arise. In any event, the EU will need to define its financial perspective for the period from 2014 before the financial implications of certain negotiating chapters can be tackled. Arrangements reflecting Turkey's specific circumstances may be necessary. Finally, the EU will need to reflect on strengthening policies in critical fields identified in the assessment on the issues arising from Turkey's membership perspective, such as external borders and foreign policy.

It is primarily by demonstrating determined implementation of continued reform that Turkey would be able to ensure a successful conclusion of the whole accession process. The conduct of negotiations and the prospect of accession should contribute to further political, social, cultural and economic reform in Turkey. The final outcome will require endorsement by the European Parliament and by the EU countries and Turkey.

6. STRENGTHENING THE DIALOGUE BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND TURKEY

There is a clear need to strengthen the dialogue on a number of issues relating to EU-Turkey relations. Several pertinent questions, which do not immediately relate to the EU as such, need to be addressed. A number of fora should be created, bringing people together from Member States and Turkey, where concerns and perceptions can be discussed in a frank and open manner. This includes a dialogue on difference of cultures, religion, issues relating to migration, concerns on minority rights and terrorism. Civil society should play the most important role in this dialogue, which should be facilitated by the EU. The Commission will present proposals on how to support such a dialogue in future.

7. CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

In the light of the above, the Commission's conclusions and recommendations are the following:

(1) Turkey has substantially progressed in its political reform process, in particular by means of far reaching constitutional and legislative changes adopted over the last years, in line with the priorities set out in the Accession Partnership. However, the Law on Associations, the new Penal Code and the Law on Intermediate Courts of Appeal have not yet entered into force. Moreover, the Code on Criminal Procedure, the legislation establishing the judicial police and the law on execution of punishments and measures are still to be adopted.

(2) Turkey is undertaking strong efforts to ensure proper implementation of these reforms. Despite this, legislation and implementation measures need to be further

consolidated and broadened. This applies specifically to the zero tolerance policy in the fight against torture and ill-treatment and the implementation of provisions relating to freedom of expression, freedom of religion, women's rights, ILO standards including trade union rights, and minority rights.

(3) In view of the overall progress of reforms attained and provided that Turkey brings into force the outstanding legislation mentioned in paragraph 1, the Commission considers that Turkey sufficiently fulfils the political criteria and recommends that accession negotiations be opened. The irreversibility of the reform process, its implementation in particular with regard to fundamental freedoms, will need to be confirmed over a longer period of time.

(4) A strategy consisting of three pillars should be followed. The first pillar concerns cooperation to reinforce and support the reform process in Turkey, in particular in relation to the continued fulfillment of the Copenhagen political criteria. In order to guarantee the sustainability and irreversibility of this process, the EU should continue to monitor progress of the political reforms closely. This will be done on the basis of a revised Accession Partnership setting out priorities for further reforms. A general review of progress of the political reforms will take place on a yearly basis starting from end 2005. To this end, the Commission will present a first report to the European Council in December 2005. The pace of the reforms will determine the progress in negotiations.

(5) In line with the Treaty on European Union and the Constitution for Europe, the Commission will recommend the suspension of the negotiations in the case of a serious and persistent breach of the principles of liberty, democracy, respect for human rights and fundamental freedoms and the rule of law on which the Union is founded. The Council would decide on such a recommendation with a qualified majority.

(6) The second pillar concerns the specific way of approaching accession negotiations with Turkey. Accession negotiations will take place in the framework of an Intergovernmental Conference where decisions require

Annex: Conclusions of the Regular Report on Turkey

When the European Council of December 1999 decided that Turkey is a candidate for accession, Turkey was considered to have the basic features of a democratic system while at the same time displaying serious shortcomings in terms of human rights and protection of minorities. In 2002, the Commission noted in its Regular Report that the decision on the candidate status of Turkey had encouraged the country to make noticeable progress with the adoption of a series of fundamental, but still limited, reforms. At that time, it was clear that most of those measures had yet to be implemented and that many other issues required to meet the Copenhagen political criteria had yet to be addressed. On that basis, the European Council decided in December 2002 to re-examine Turkey's fulfillment of the political criteria at the end of 2004.

Political reforms, in line with the priorities in the Accession Partnership, have been introduced by means of a series of constitutional and legislative changes adopted over a period of three years (2001-2004). There have been two major constitutional reforms in

2001 and 2004 and eight legislative packages were adopted by Parliament between February 2002 and July 2004. New codes have been adopted, including a Civil Code and a Penal Code. Numerous other laws, regulations, decrees and circulars outlining the application of these reforms were issued. The government undertook major steps to achieve better implementation of the reforms. The Reform Monitoring Group, a body set up under the chairmanship of the deputy Prime Minister responsible for Human Rights, was established to supervise the reforms across the board and to solve practical problems. Significant progress took place also on the ground; however, the implementation of reforms remains uneven.

On civil-military relations, the government has increasingly asserted its control over the military. In order to enhance budgetary transparency the Court of Auditors was granted permission to audit military and defense expenditures. Extra-budgetary funds have been included in the general budget, allowing for full parliamentary control. In August 2004, for the first time a civilian was appointed Secretary General of the National Security Council. The process of fully aligning civil-military relations with EU practice is underway; nevertheless, the armed forces in Turkey continue to exercise influence through a series of informal mechanisms.

The independence and efficiency of the judiciary were strengthened, State Security Courts were abolished and some of their competencies were transferred to the newly-created Serious Felony Courts. The legislation to establish Intermediate Courts of Appeal was recently adopted, but the draft new Code of Criminal Procedure, the draft Laws on the Establishment of the Judicial Police and on the Execution of Punishments still await adoption.

Since 1 January 2004, Turkey has been a member of the Council of Europe's Group of States Against Corruption (GRECO). A number of anti-corruption measures have been adopted, in particular by establishing ethical rules for public servants. However, despite these legislative developments, corruption remains a serious problem in almost all areas of the economy and public affairs.

Concerning the general framework for the respect of human rights and the exercise of fundamental freedoms, Turkey has acceded to most relevant international and European conventions and the principle of the supremacy of these international human rights conventions over domestic law was enshrined in the Constitution. Since 2002 Turkey has increased its efforts to execute decisions of the European Court of Human Rights. Higher judicial bodies such as the Court of Cassation have issued a number of judgments interpreting the reforms in accordance with the standards of the European Court, including in cases related to the use of the Kurdish language, torture and freedom of expression. Retrials have taken place, leading to a number of acquittals. Leyla Zana and her former colleagues, who were released from prison in June 2004, are to face a further retrial, following a decision by the Court of Cassation.

The death penalty was abolished in all circumstances according to Protocol No 13 to the European Convention on Human Rights, which Turkey signed in January 2004. Remaining references to the death penalty in existing legislation were removed. Further efforts have been made to strengthen the fight against torture and ill-treatment, including provisions in the new Penal Code. Pre-trial detention procedures have been aligned with European standards, although detainees are not always made aware of their rights by law enforcement officers. The authorities have adopted a zero tolerance policy towards torture

and a number of perpetrators of torture have been punished. Torture is no longer systematic, but numerous cases of ill-treatment including torture still continue to occur and further efforts will be required to eradicate such practices.

As regards freedom of expression, the situation has improved significantly, but several problems remain. The situation of individuals sentenced for non-violent expression of opinion is now being addressed and several persons sentenced under the old provisions were either acquitted or released. Constitutional amendments and a new press law have increased press freedoms. The new law abrogates sanctions such as the closure of publications, the halting of distribution and the confiscation of printing machines. However, in a number of cases journalists and other citizens expressing non-violent opinion continue to be prosecuted. The new Penal Code provides only limited progress as regards freedom of expression.

If adopted, the new Law on Associations, initially passed in July 2004 and then vetoed by the President, will be significant in terms of reducing the possibility of state interference in the activities of associations and will contribute towards the strengthening of civil society. Despite measures taken to ease restrictions on demonstrations, there are still reports of the use of disproportionate force against demonstrators.

Although freedom of religious belief is guaranteed by the Constitution, and freedom to worship is largely unhampered, non-Muslim religious communities continue to experience difficulties connected with legal personality, property rights, training of clergy, schools and internal management. Appropriate legislation could remedy these difficulties. Alevis are still not recognized as a Muslim minority.

As regards economic and social rights, the principle of gender equality has been strengthened in the Civil Code and the Constitution. Under the new Penal Code, perpetrators of “honor killings” should be sentenced to life imprisonment, virginity tests will be prohibited without a court order and sexual assault in marriage will qualify as a criminal offence. The situation of women is still unsatisfactory; discrimination and violence against women, including “honor killings”, remain a major problem. Children’s rights were strengthened, but child labor remains an issue of serious concern. Trade union rights still fall short of ILO standards.

As far as the protection of minorities and the exercise of cultural rights are concerned, the Constitution was amended to lift the ban on the use of Kurdish and other languages. Several Kurdish language schools recently opened in the Southeast of Turkey. Broadcasting in

Kurdish and other languages and dialects is now permitted and broadcasts have started, although on a restricted scale. There has been greater tolerance for the expression of Kurdish culture in its different forms. The measures adopted in the area of cultural rights represent only a starting point. There are still considerable restrictions, in particular in the area of broadcasting and education in minority languages.

The state of emergency, which had been in force for 15 years in some provinces of the Southeast, was completely lifted in 2002. Provisions used to restrict pre-trial detention rights under emergency rule were amended. Turkey began a dialogue with a number of international organizations, including the Commission, on the question of internally displaced persons. A Law on Compensation of Losses Resulting from Terrorist Acts was

approved. Although work is underway to define a more systematic approach towards the region, no integrated strategy with a view to reducing regional disparities and addressing the economic, social and cultural needs of the local population has yet been adopted. The return of internally displaced persons in the Southeast has been limited and hampered by the village guard system and by a lack of material support. Future measures should address specifically the recommendations of the UN Secretary General's Special Representative for Displaced Persons.

In conclusion, Turkey has achieved significant legislative progress in many areas, through further reform packages, constitutional changes and the adoption of a new Penal Code, and in particular in those identified as priorities in last year's report and in the Accession Partnership. Important progress was made in the implementation of political reforms, but these need to be further consolidated and broadened. This applies to the strengthening and full implementation of provisions related to the respect of fundamental freedoms and protection of human rights, including women's rights, trade union rights, minority rights and problems faced by non-Muslim religious communities. Civilian control over the military needs to be asserted, and law enforcement and judicial practice aligned with the spirit of the reforms. The fight against corruption should be pursued. The policy of zero tolerance towards torture should be reinforced through determined efforts at all levels of the Turkish state. The normalization of the situation in the Southeast should be pursued through the return of displaced persons, a strategy for socio-economic development and the establishment of conditions for the full enjoyment of rights and freedoms by the Kurds.

The changes to the Turkish political and legal system over the past years are part of a longer process and it will take time before the spirit of the reforms is fully reflected in the attitudes of executive and judicial bodies, at all levels and throughout the country. A steady determination will be required in order to tackle outstanding challenges and overcome bureaucratic hurdles. Political reform will continue to be closely monitored.

As regards the enhanced political dialogue, relations with Greece developed positively. A series of bilateral agreements were signed and several confidence building measures adopted. A process of exploratory talks has continued. On Cyprus, over the last year Turkey has supported and continues to support the efforts of the UN Secretary General to achieve a comprehensive settlement of the Cyprus problem. The European Council of June 2004 invited Turkey to conclude negotiations with the Commission on behalf of the Community and its 25 Member States on the adaptation of the Ankara Agreement to take account of the accession of the new Member States. The Commission expects a positive reply to the draft protocol on the necessary adaptations transmitted to Turkey in July 2004.

Turkey has made further considerable progress towards being a functioning market economy, in particular by reducing its macroeconomic imbalances. Turkey should also be able to cope with competitive pressure and market forces within the Union, provided that it firmly maintains its stabilisation policy and takes further decisive steps towards structural reforms.

Economic stability and predictability have been substantially improved since the 2001 economic crisis. Previously high inflation has come down to historic lows, political interference has been reduced and the institutional and regulatory framework has been brought closer to international standards. Thus, an important change towards a stable and rule-based economy has taken place. Key economic vulnerabilities, such as financial sector

imbalances, have been tackled. Financial sector supervision has been strengthened. As a result, the shock resilience of the Turkish economy has significantly increased. Important progress has been achieved in increasing the transparency and efficiency of public administration, including public finances. Furthermore, important steps have been taken in facilitating the inflow of FDI and in improving the legal framework for privatisation.

In order to transform the current positive dynamics into sustained growth and stability, it is of crucial importance to continue the ongoing reform process. Maintaining a stability-oriented economic policy is a key element in this respect. In particular, fiscal imbalances have to be reduced and the disinflation process has to be maintained. The business climate would be improved by streamlining administrative procedures and strengthening the rule of law. Improving the efficiency of the commercial judiciary is of particular importance in this context. The banking sector's surveillance and prudential rules should continue to be aligned with international standards. The privatisation of state-owned banks and enterprises should be accelerated. Sufficient public and private investment and devoting particular attention to education are important to increase the competitiveness and the growth potential of the economy. The inflow of foreign direct investment has to be encouraged by removing remaining barriers.

Turkey's alignment has progressed in many areas but remains at an early stage for most chapters. Further work is required in all areas, new legislation should not move away from the *acquis*, and discrimination against non-Turkish service providers, or products should be discontinued. Administrative capacity needs to be reinforced. Moreover no Member State should be excluded from the mutual benefits deriving from the alignment with the *acquis*.

On the *free movement of goods*, overall transposition of the *acquis* is advancing steadily, but is not complete, while implementation remains uneven. There has been progress in the area of horizontal and procedural measures, and sector specific legislation, in particular in new approach areas, where substantial progress has taken place concerning conformity assessment and market surveillance. The public procurement Law still contains discrepancies with the *acquis*. Turkey should speed up the efforts to remove technical barriers to trade, and to increase compliance with the Decision 1/95 of the Association Council establishing the Customs Union, and to take the necessary steps to implement free circulation of products in the non-harmonised areas.

No progress has taken place concerning the *free movement of persons*, and overall legislative alignment is still at a very early stage. The administrative capacity needs thorough upgrading. Concerning the *freedom to provide services*, some progress could be recorded for financial services, except for insurance, but no development took place in the area of non-financial services. Market access restrictions are in place in particular in the area of non-financial services. In the field of professional services, no progress has been made since the previous Report. The alignment with the *acquis* on personal data protection needs to be achieved. An authority dealing with personal data protection should be established and the independence of

the existing financial services supervisory authorities should be safeguarded. Limitations for foreigners should also be lifted. Alignment remains limited with the *acquis* on the *free movement of capital*. The priority should be the adoption of anti-money laundering provisions, and the removal of restrictions to investment by foreigners. Improvements in this area would contribute to facilitate inflow of foreign direct investment.

In the area of *company law*, the alignment with the *acquis* remains very limited. However, important efforts have been undertaken to fight piracy with regards protection of intellectual and industrial property rights, but insufficient administrative capacity prevents remains a constraint. Concerning *competition policy*, the alignment with the *acquis* on anti-trust legislation is significant and progress continues in a satisfactory manner. On the contrary, alignment with state aid *acquis* is very limited, in spite of its inclusion in the Customs Union. The adoption of the state aid Law and the establishment of the state aid monitoring authority are crucial issues. Further efforts are also necessary to prepare an acceptable restructuring programme for the steel sector.

Little progress can be recorded since the previous Report in the area of *agriculture*, and overall alignment with the *acquis* remains limited. Progress has taken place concerning in particular veterinary, phytosanitary and food, but transposition and administrative capacity are still insufficient to ensure effective implementation. Rural development, eradication of animal diseases and upgrading of the Administrations concerned should be regarded as priorities. Progress has been very limited concerning *fisheries*. It is necessary to increase the efforts concerning resources management, as well as to reinforce the inspection and control capacities.

Some progress could be recorded in all *transport* modes, excepted air transport, but overall alignment remains limited and all modes present problematic issues. Concerning in particular maritime transport, the detention rate remains much higher than the EU average, and Turkey remains in the black list of the secretariat of the Paris Memorandum of Understanding on Port State controls. Cypriot vessels or vessels having landed in Cyprus are still not allowed in Turkish ports. Transposition of the *acquis* should take place in parallel with adherence to international agreements. The staff and capacity of the Ministry of Transport needs to be strengthened substantially.

As regards *taxation*, there has been limited progress in the area of *indirect taxation*, while no progress could be reported on direct taxation, or administrative co-operation. Overall, the Turkish fiscal regime remains partly aligned with the *acquis*, and important efforts remain necessary on all areas under this chapter. Alignment is necessary in particular concerning VAT, the scope of exemptions and applied rates. With regards to indirect taxation, excise duties should not penalise imported products. Also, administrative capacity requires a substantial strengthening, in particular to improve tax collection.

No progress can be recorded concerning *economic and monetary union* since the previous Report, and the overall level of alignment is limited. The most important issues to be addressed are the independence of the central bank and the remaining possibilities of privileged access to the financial sector to finance the budget.

In the area of *statistics*, there has been steady progress, but the alignment remains still limited. Therefore substantial efforts are still needed concerning statistical development. To this end, the new Statistical Law should be given priority. On *social policy and employment*, progress has been made since the last report, in particular as concerns health and safety at work.

Nevertheless, the main problematic areas remain gender equality, labour law, anti discrimination, and social dialogue. Enforcement and full implementation of the legislation also appear as major challenges.

Turkey has made some progress in the *energy* chapter, while the degree of alignment remains limited and uneven across the different areas covered by the *acquis*. Effective implementation of the *acquis* requires a reinforcement of the administrative capacity. Sector restructuring including privatisation and the elimination of price distortions should continue.

In the area of *industrial policy*, there is a large alignment with the EC principles of *industrial policy*. Turkey has adopted an industrial strategy, but privatisation and restructuring are not progressing as planned. Steel sector and state owned banks in particular needs to be restructured. Despite progress in the framework legislation, foreign direct investment remains low. Concerning *small and medium sided enterprises*, access to finance has improved, and the Turkish policy is broadly in line with the EU enterprise policy. Nevertheless, further efforts remain necessary to improve SMEs' access to finance, and the business environment. In particular, a more effective treatment of the commercial court cases should be ensured. The definition of SME used by Turkey is not in line with the relevant Commission recommendations.

Some progress has been made in the area of *science and research*. The framework for co-operation is established, and representatives of Turkey participate as observers in the Committees preparing the 6th Framework Programme. To achieve full and effective participation to the Framework Programme requires that Turkey further upgrades its research-related administrative capacity. Similarly, some progress has been achieved concerning *education and training*, especially concerning the enrolment of girls in less favoured regions. The participation of Turkey to the EC programmes is satisfactory, but the investment remains below the EU average. Reforms and reinforcement of the training and education policies and institutions should continue, including the role of the High Education Board (YÖK), and the links between the labour market and the education should be improved.

In the *telecommunications* sector, fixed telephony services has been fully liberalised in 2004, and competition in internet services market has increased. There is overall a certain level of alignment with the *acquis*, but since the previous Report, very limited further progress has been made. Further efforts are in particular necessary to complete the legal framework and effectively implement the rules, including an adequate empowerment of the Telecom Authority, and to ensure an adequate level of competition in all telecommunication services.

Turkey's alignment with the *acquis* in *culture and audiovisual policy* remains limited, but some progress has been made through adoption of the regulation concerning radio and television broadcasts in languages and dialects used traditionally by Turkish citizens. The regulation has started to be implemented and broadcasts in Kurdish and other languages have started on national and regional basis. However, the conditions attached the regulation are still restrictive and substantial efforts continue to be necessary to achieve alignment with the *acquis*.

The *acquis* concerning *regional policy* is relevant for the implementation of Structural and Cohesion Funds. Very limited development has been made and the overall level of alignment with the *acquis* is limited. Substantial efforts would therefore be necessary to make appropriate use of the EU's structural instruments. Necessary institutions need to be created and administrative capacity to be reinforced.

Some progress has taken place concerning the *environment*, and the administrative capacity has been reinforced. However, the overall transposition of the environment *acquis* remains low. Administrative capacity needs further reinforcement and improved co-ordination among the administrations involved. The most intense efforts are needed for horizontal legislation, air and water quality, waste management, nature protection, industrial pollution and risk management.

In the area of *consumers and health protection*, efforts to align with the *acquis* have continued, in particular concerning market surveillance. Overall alignment is uneven throughout the different components of consumers protection, and is more advanced concerning non-safety related measures. The efforts to ensure an effective transposition and implementation of the *acquis* on product liability and to improve administrative capacity should be pursued.

Turkey has continued to make efforts to align with the *acquis* in the area of *justice and home affairs*. Nevertheless, progress is required in important areas such as the reform of the judiciary and the fight against corruption. Co-operation both at national level among all relevant administrative bodies and with the EU should be improved on issues such as illegal migration and trafficking, including through the negotiation of a readmission agreement. The geographic limitation to the Geneva Convention on refugees should be lifted and co-operation among the relevant institutions should be improved.

Concerning the *acquis* in the area of *customs union*, there has been some progress since the previous Regular Report, the administrative capacity has been further strengthened and the overall level alignment is high, with exceptions in specific areas. The alignment of non-customs provisions applied in free zones continues to diverge from the *acquis* and need to be corrected. The overall level of alignment concerning *external relations* is already high, and some further progress has taken place. The adoption of most of the EC Generalised System of Preferences in particular is a welcome development. Certain discrepancies with the *acquis* still exist, concerning special regimes under the GSP, and other derive from the difficulties met in the negotiations with certain third Countries. Turkey is encouraged to continue its efforts in this area. As regards, *common foreign and security policy*, Turkey's foreign policy continues to be broadly in line with that of the EU, though less so when Turkey's neighbouring countries are concerned. Turkey's track record could be improved by ensuring a higher alignment with EU positions in international fora, and by ensuring the applicability of the sanctions or restrictive measures agreed.

Some progress can be reported since last year's Report regarding *financial control*. In particular, the adoption of the Public Financial Management and Control Law constitutes a significant step but the law will only be entirely implemented as from 2008. Turkey should further reinforce its administration and the capacity to protect the financial interests of the EC. In addition, significant progress has taken place concerning national budget formulation and execution, in the area of *financial and budgetary provisions*. However, there has been no improvement in the application of provisions on own resources. Further efforts are therefore necessary concerning the adoption of the necessary legislation and its implementation.

Implementation of legislation formally aligned with the *acquis* continues to be insufficient. Administrative capacity in most areas needs to be strengthened to ensure that the *acquis* is implemented and enforced effectively. In some cases, administrative reform should entail the establishment of new structures, for example in the field of state aid and regional

development. Where regulatory bodies have been set up, they should be adequately empowered to perform their tasks, including adequate staffing and resources, and to ensure that their decisions are enforced. To this end, their autonomy should be safeguarded. Improved co-operation between the Commission and the Turkish administration in areas such as conformity assessment should be extended to other areas.

Anexo R - Índice de Corrupção em 2003

Ranking Mundial	País	Índice (*)
01	Finlândia	9,7
02	Dinamarca	9,5
03	Islândia	9,4
07	Holanda	9,0
10	Reino Unido	8,7
18	Alemanha	7,3
25	Portugal/França	6,3
33	Hungria	4,9
54	Grécia	4,2
55	Polónia	4,0
64	Turquia	3,2
102	Bangladesh	1,2

(*) Índice tendo por base a percepção de entidades empresariais, professores universitários e analistas de risco. A percepção encontra-se entre 0 (altamente corrupto) e 10 (altamente não corrupto).

Fonte: <http://www.transparency.org/cpi/2003/cpi2003.en.html> (032350Jan05)

Anexo S - Relatório da Freedom House

***Freedom in the World Country Ratings
1972 through 2003***



ANNUAL FREEDOM IN THE WORLD COUNTRY SCORES, 1972 THROUGH 2003

The attached table lists all country scores since the annual Freedom in the World survey was first compiled for the year 1972.

Methodological changes have been effected periodically. For discussions of these changes, please consult the methodology essays for various editions of the survey.

For a full explanation of the current methodology, please consult the most recent edition of the survey.

Following are some clarifying remarks:

"PR" stands for "political rights," "CL" stands for "civil liberties," and "Status" is the freedom status.

Political rights and civil liberties are measured on a one-to-seven scale, with one representing the highest degree of freedom and seven the lowest.

"F," "PF," and "NF," respectively, stand for "free," "partly free," and "not free."

Until 2003, countries whose combined average ratings for political rights and for civil liberties fell between 1.0 and 2.5 were designated "free"; between 3.0 and 5.5 "partly free," and between 5.5 and 7.0 "not free."

Beginning with the ratings for 2003, countries whose combined average ratings fall between 3.0 and 5.0 are "partly free, and those between 5.5 and 7.0 are "not free."

Ratings for territories are not included in this table.

Several countries became independent, split into two or more countries, or merged with a neighboring state. Scores for these countries are given only for the period of their existence as independent states.

Turkish Cyprus, which declared its independence in 1983, has been listed as a territory of Turkey since the 1992-93 edition of the survey.

For 1972, South Africa was rated as "White" (2,3 Free) and "Black" (5,6 Not Free).

For Yugoslavia, ratings from 199 to 2002 were for the country that remained following the departures between 1991 and 1992 of Slovenia, Croatia, Macedonia and Bosnia-Herzegovina. In February 2003, the Yugoslav parliament adopted a constitutional charter establishing the state of Serbia and Montenegro. Thus, beginning in 2003, Yugoslavia is listed as "Serbia and Montenegro."

The former Zaire is listed under Congo (Kinshasa), and the former Western Samoa is listed under Samoa.

* These refer to the various editions of *Freedom in the World*, except for Jan.-Feb. 1973 through Jan.-Feb. 1977, which are from the bimonthly journal *Freedom at Issue*. The first *Freedom in the World* book-length survey was the 1978 edition.

Edition *	Jan.-Feb. 1973			Jan.-Feb. 1974			Jan.-Feb. 1975			Jan.-Feb. 1976			Jan.-Feb. 1977			1978		
Year(s) covered	1972			1973			1974			1975			1976			1977		
	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status
Andorra	4	3	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF
Austria	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Belgium	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Bulgaria	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF
Croatia
Cyprus (Greek)	2	3	F	2	3	F	4	4	PF	4	4	PF	3	4	PF	3	4	PF
Cyprus (Turkey)
Czech Republic
Czechoslovakia	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF
Denmark	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Estonia
Finland	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
France	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	2	F
Germany
Germany, E.	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF
Germany, W.	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F
Greece	6	6	NF	7	5	NF	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Hungary	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	5	NF
Iceland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Ireland	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Italy	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	2	1	F	2	2	F
Latvia
Lithuania
Luxembourg	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	1	1	F
Malta	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F	2	2	F
Monaco	4	2	PF	4	2	PF	4	2	PF	4	2	PF	4	2	PF
Netherlands	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Norway	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Poland	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	6	NF	6	5	NF
Portugal	5	6	NF	5	6	NF	5	3	PF	5	3	PF	2	2	F	2	2	F
Romania	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF
Slovakia
Slovenia
Spain	5	6	NF	5	6	NF	5	5	PF	5	5	PF	5	3	PF	2	3	F
Sweden	1	1	F	1	1	F	1	1	F	2	1	F	1	1	F	1	1	F
Turkey	3	4	PF	2	4	PF	2	3	F	2	3	F	2	3	F	2	3	F
United Kingdom	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
United States	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F

Edition *	1979			1980			1981			1982			1983-84			1984-85			1985-86			1986-87		
Year(s) covered	1978			1979			1980			Jan.81-Aug. 82			Aug.82-Nov.83			Nov.83-Nov.84			Nov.84-Nov.85			Nov.85-Nov.86		
	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status
Andorra
Austria	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Belgium	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Bulgaria	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF
Croatia
Cyprus (Greek)	3	4	PF	3	3	PF	3	3	PF	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Cyprus (Turkey)	4	3	PF	4	3	PF	4	3	PF	3	3	PF	2	3	F
Czech Republic
Czechoslovakia	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF
Denmark	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Estonia
Finland	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
France	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Germany
Germany, E.	7	6	NF	7	6	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF
Germany, W.	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Greece	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	2	2	F	2	2	F
Hungary	6	5	NF	6	5	NF	6	5	NF	6	5	NF	6	5	NF	6	5	PF	5	5	PF	5	5	PF
Iceland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Ireland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Italy	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Latvia
Lithuania
Luxembourg	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Malta	2	2	F	2	3	F	2	3	F	2	4	PF	2	4	PF	2	4	PF	2	4	PF	2	4	PF
Monaco
Netherlands	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Norway	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Poland	6	5	PF	6	5	PF	6	4	PF	6	5	PF	6	5	PF	6	5	PF	6	5	PF	6	5	PF
Portugal	2	2	F	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Romania	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	6	NF	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF
Slovakia
Slovenia
Spain	2	2	F	2	2	F	2	3	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Sweden	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Turkey	2	3	F	2	3	F	5	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	3	5	PF	3	5	PF	3	4	PF
United Kingdom	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
United States	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F

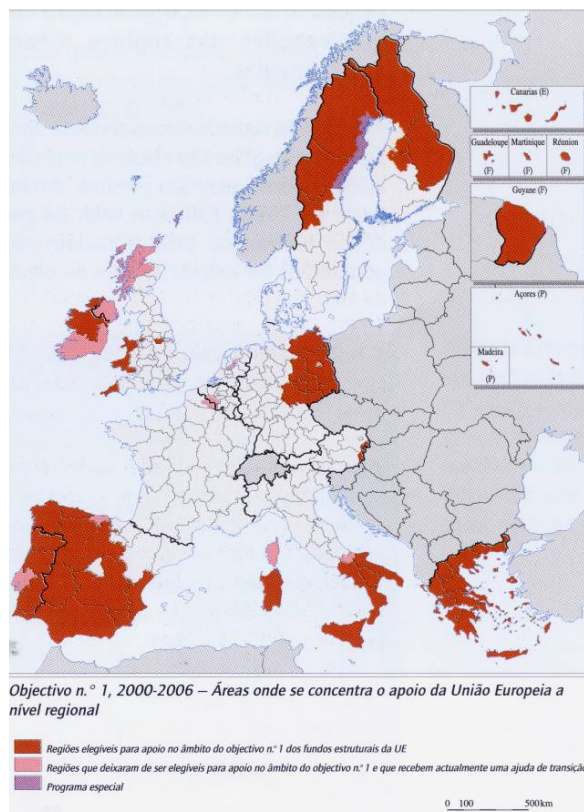
Edition *	1987-88			1988-89			1989-90			1990-91			1991-92			1992-93			1993-94			1994-95		
Year(s) covered	Nov.86-Nov.87			Nov.87-Nov.88			Nov.88-Dec.89			1990			1991			1992			1993			1994		
	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status
Andorra	2	1	F	1	1	F
Austria	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Belgium	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Bulgaria	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	3	4	PF	2	3	F	2	3	F	2	2	F	2	2	F
Croatia	3	4	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF
Cyprus (Greek)	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Cyprus (Turkey)	2	3	F	2	3	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Czech Republic	1	2	F	1	2	F
Czechoslovakia	7	6	NF	7	6	NF	6	6	NF	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Denmark	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Estonia	2	3	F	3	3	PF	3	2	F	3	2	F
Finland	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
France	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Germany	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Germany, E.	7	6	NF	7	6	NF	6	6	NF
Germany, W.	1	2	F	1	2	F	1	1	F
Greece	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	3	F	1	3	F
Hungary	5	4	PF	5	4	PF	4	3	PF	2	2	F	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F
Iceland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Ireland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F	1	2	F
Italy	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F	1	3	F	1	2	F
Latvia	2	3	F	3	3	PF	3	3	PF	3	2	F
Lithuania	2	3	F	2	3	F	1	3	F	1	3	F
Luxembourg	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Malta	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Monaco	2	1	F	2	1	F
Netherlands	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Norway	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Poland	5	5	PF	5	5	PF	4	3	PF	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Portugal	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Romania	7	7	NF	7	7	NF	7	7	NF	6	5	NF	5	5	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	3	PF
Slovakia	3	4	PF	2	3	F
Slovenia	2	3	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F
Spain	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F	1	2	F
Sweden	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Turkey	2	4	PF	2	4	PF	3	3	PF	2	4	PF	2	4	PF	2	4	PF	4	4	PF	5	5	PF
United Kingdom	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
United States	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F

Edition *	1995-96			1996-97			1997-98			1998-99			1999-2000			2000-01			2001-02			2003			2004		
Year(s) covered	1995			1996			1997			1998			1999			2000			2001			2002			2003		
	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status	PR	CL	Status
Andorra	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Austria	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Belgium	1	1	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Bulgaria	2	2	F	2	3	F	2	3	F	2	3	F	2	3	F	2	3	F	1	3	F	1	2	F	1	2	F
Croatia	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF	4	4	PF	2	3	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Cyprus (G)	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Cyprus (TK)
Czech Republic	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Czechoslovakia
Denmark	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Estonia	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Finland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
France	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Germany	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Germany, E.
Germany, W.
Greece	1	3	F	1	3	F	1	3	F	1	3	F	1	3	F	1	3	F	1	3	F	1	2	F	1	2	F
Hungary	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Iceland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Ireland	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Italy	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Latvia	2	2	F	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Lithuania	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Luxembourg	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Malta	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Monaco	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F	2	1	F
Netherlands	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Norway	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Poland	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Portugal	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Romania	4	3	PF	2	3	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F	2	2	F
Slovakia	2	3	F	2	4	PF	2	4	PF	2	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F
Slovenia	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Spain	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
Sweden	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F
Turkey	5	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	4	5	PF	3	4	PF	3	4	PF
UK	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	2	F	1	1	F	1	1	F
United States	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F	1	1	F

Anexo T – Fundos Estruturais

(2000-2006)

Figura 21 - Distribuição dos Fundos Estruturais



Fundos Estruturais

Tal como o Fundo de Coesão, os Fundos Estruturais inscrevem-se no quadro da política estrutural da Comunidade que tem por objectivo reduzir a diferença entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e entre os Estados-Membros da **União Europeia** e promover, deste modo, a **coesão económica e social**.

Os Fundos estruturais concentram-se essencialmente em 3 objectivos prioritários:

- **Objectivo 1:** De âmbito territorial, o objectivo 1 permite às regiões de recuperar o atraso de desenvolvimento económico, ou seja dota-las de equipamento de base e apoiar investimentos nas empresas. Mais de cinquenta regiões da UE estão abrangidas pelo objectivo 1. Trata-se das regiões cujo PIB/hab é inferior a 75% da média comunitária, regiões pouco habitadas e **regiões ultraperiféricas** (Açores e Madeira).
- **Objectivo 2:** de âmbito territorial, o objectivo 2 apoia a reconversão económica e social nas zonas com dificuldades industriais, rurais, urbanos e pescas. 18% da população da UE vive nestas zonas.

· **Objectivo 3:** de âmbito temático, o objectivo 3 visa modernizar os sistemas de formação e promover o emprego.

	Objectivo 1	Objectivo 2	Objectivo 3
Que problema?	Regiões menos desenvolvidas	Regiões em crise estrutural	Regiões que necessitam de apoio em matéria de educação, formação e emprego (todas excepto as do objectivo 1)
Fundos da UE disponíveis em 2000-06 (em milhares de milhões de euros)	135,9	22,50	24,05
% do orçamento dos fundos estruturais (1)	69,7	11,5	12,3
Que Fundos? (2)	FEDER, FSE, FEOGA, IFOP	FEDER, FSE	FSE
% Da população abrangida	22,2	18	Não relevante

(1) O remanescente é consagrado às iniciativas comunitárias.

(2) Os fundos FEOGA e IFOP também financiam outros tipos de acções fora das regiões do objectivo 1.

Fonte: Gabinete em Portugal do Centro Europeu Jean Monet.

Anexo U - Missões da UE

➤ *Eujust Themis*

Figura 22 - Eujust - Themis



Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=701&lang=EN&mode=g

➤ *CONCORDIA*

Figura 23 - Concordia



A UE lançou uma operação militar na Antiga República Jugoslava da Macedónia (FYROM) a 13 de Março de 2003. Esta decisão veio no seguimento de um pedido do Presidente Trajkovski e no âmbito da Resolução 1371 do Conselho de Segurança das NU. Esta operação liderada pela UE veio no seguimento de uma operação da NATO que terminou a 31 de Março. Inicialmente estava previsto prolongar-se por um período de seis meses, foi acordado pelo CS a 21 de Julho prolongá-la até 15 de Dezembro de 2003, no seguimento do pedido feito pelo governo da FYROM à UE.

Esta operação utilizou meios e capacidades da OTAN, que foi possível após terem terminado os acordos a este respeito entre a UE e a OTAN. Participaram cerca de 400 militares nesta operação, que incluiu 14 países não membros da UE em conjunto com 13 países da União. Foi levantado um Comité de Contribuintes para esta operação que teve um orçamento de cerca de € 6,2 Milhões.

O objectivo fundamental da operação, a pedido explícito do governo da FYROM, era contribuir para um ambiente de segurança que permita a implementação do “Ohrid Framework Agreement” de Agosto de 2001. A operação contribuiu para prosperidade, paz e democratização do país, como parte de uma região constituída por países estáveis em que a presença securitária internacional já não é necessária.

CONCORDIA faz parte da vontade do empenhamento da UE em apoiar o governo da FYROM a gradualmente se integrar na UE. Representa a evidência tangível do desenvolvimento da Política de Segurança e Defesa Europeia (PSDE) e a contribuição da UE para os esforços da comunidade internacional na promoção da segurança e estabilidade. Foi a segunda operação da PSDE lançada pela UE em 2003.

Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=594&lang=EN

➤ *EU Military Operation in Democratic Republic of Congo (DRC/ARTEMIS)*

Figura 24 - Artemis



A UE tem, desde há muito, vindo a acompanhar a situação nos Grandes Lagos bem como na RDC em particular com grande atenção e preocupação em especial nos últimos anos. Esteve envolvida nos esforços tendentes a uma situação pacífica no conflito na RDC desde 1996.

Após a resolução 1484 de 30 de Maio de 2003 do Conselho de Segurança das NU e após a aprovação do Plano de Operações a 12 de Junho de 2003 foi decidido lançar a operação. A operação com o nome de código ARTEMIS foi lançada pela UE na República Democrática do Congo (RDC), e viria a terminar a 01 de Setembro de 2003. A resolução das NU autorizou a deslocação de uma força de emergência multinacional para Bunia que trabalhou em coordenação estreita com a Missão das NU na RDC (MONUC). Tinha como finalidade contribuir para a estabilização das condições de segurança e melhorar a situação humanitária em Bunia tendo a França actuado como “Framework Nation”.

ARTEMIS representa mais uma evidência do desenvolvimento da PESD e o contributo da UE para os esforços da comunidade internacional em promover a estabilidade e segurança. Esta foi a terceira operação da PESD lançada pela UE em 2003.

Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=605&lang=EN&mode=g

➤ *ALTHEA*

O Conselho Europeu decidiu a 12 de Julho de 2004 (Council Joint Action 2004/570/CFSP of 12 July 2004) conduzir uma operação militar na Bósnia e Herzegovina (BiH) no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa. Esta operação, denominada “ALTHEA” pretende atingir os seguintes objectivos:

- **De Longo Prazo:** Uma BiH estável, viável, pacífica e multiétnica, cooperando pacificamente com os seus vizinhos e irreversivelmente a caminho da adesão à UE.
- **De Médio Prazo:** Apoiar o avanço da BiH no sentido da sua integração na UE, contribuindo para um ambiente seguro com o objectivo de obter o Acordo de Associação e Estabilização. Será o complementar do Plano da Missão de Implementação do Alto Representante da UE e o fim do papel executivo da UE na implementação da paz, incluindo a gradual transferência de autoridade para as autoridades da BiH.
- **De Curto Prazo:** assegurar uma transição normal da SFOR da OTAN para a EUFOR de modo a manter um ambiente de segurança necessário à implementação do Acordo de Paz de Dayton/Paris, e o reforço das capacidades locais através do apoio das autoridades da BiH.

Esta operação liderada pela UE será uma parte de uma aproximação coerente da UE. Permitirá marcar um maior empenhamento político da UE, dos seus programas de assistência e a sua nova política e missões para ajudar a BiH a progredir no sentido de uma maior integração europeia no contexto do Processo de Associação e de Estabilização.

O Conselho de Segurança das NU adoptou por unanimidade a 9 de Julho de 2004 a resolução N.º 1551, que permitiu à UE lançar esta missão na BiH, incluindo a componente militar. A decisão da UE lança a operação ALTHEA vem no seguimento da decisão da OTAN em terminar a operação da SFOR. A operação ALTHEA recorre a meios e capacidades da OTAN (“Berlim Plus”). O seu objectivo é ter colocado no terreno uma força robusta (EUFOR) – inicialmente com o mesmo efectivo da SFOR (7.000 militares) – com uma missão no âmbito do Capítulo VII de modo a continuar a assegurar o Acordo de Dayton/Paris e contribuir para um ambiente mais seguro na BiH.

Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=745&lang=EN&mode=g

➤ ***European Union Police Mission in Bosnia and Herzegovina***

Figura 25 - EUPM



Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=585&lang=EN&mode=g

European Union Police Mission in the former Yugoslav Republic of Macedonia (EUPOL PROXIMA)

Figura 26 - Proxima



Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=584&lang=EN&mode=g

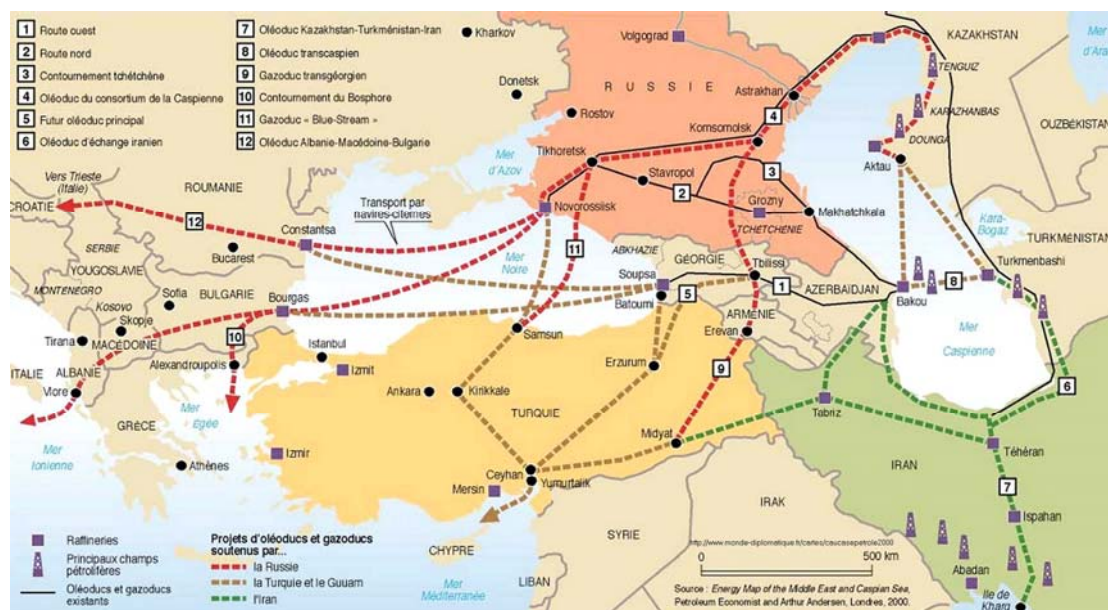
➤ ***European Union Police Mission in Kinshasa (DRC) - (EUPOL KINSHASA)***

Fonte: http://ue.eu.int/cms3_fo/showPage.asp?id=788&lang=EN&mode=g

Anexo V - Oleodutos e Gasodutos no Cáucaso e Balcãs

(Existentes e Propostos)

Figura 27 - Oleodutos e Gasodutos



Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/caucasepetrolemdv1998> em 21/10/2005

Anexo X - Distribuição Muçulmana no Mundo

Figura 28 – Distribuição Muçulmana



Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/> (012350Feb05)

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Os 3 Pilares Europeus	XI
Figura 3 - Mapa da Europa	XX
Figura 5 - PIB per Capita.....	XXXIII
Figura 6 - Produtividade	XXXIV
Figura 7 - Pesquisa e inovação	XXXV
Figura 9 - Organização Superior da Defesa.....	XLII
Figure 10 - Organização do Exército.....	XLIII
Figura 11 - Organização da Marinha.....	XLVI
Figura 12 -- Distribuição Étnica	XLVII
Figura 13 - Zona desmilitarizada.....	XLVII
Figura 14 - Disputa no Mar Egeu	XLVIII
Figure 15 - Os Conflitos	XLIX
Figure 16 - Um Mosaico de Povos	XLIX
Figura 17 - Arménia	L
Figura 18 - "Curdistão"	LI
Figura 19 - GAP	LII
Figura 20 - Produção de Algodão por Região	LII
Figura 21 - Distribuição dos Fundos Estruturais	LXXXVI
Figura 22 - Eujust - Themis.....	LXXXVIII
Figura 23 - Concordia.....	LXXXVIII
Figura 24 - Artemis	LXXXIX
Figura 25 - EUPM	XC
Figura 26 - Proxima.....	XC
Figura 27 - Oleodutos e Gasodutos	XCI
Figura 28 – Distribuição Muçulmana.....	XCII

End-notes

i Nome que advém do chefe e Príncipe Otomão (1259-1327), primeiro Padixá ou imperador dos Otomanos e fundador do seu império.

ii Art.º 49 do Tratado da União Europeia (TUE) “Qualquer Estado europeu que respeite os princípios enunciados no número 1 do artigo 6º pode pedir para se tornar membro da União.

Art.º 6 do TUE “A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de Direito, princípios que são comuns aos Estados membros”.

iii Estreito do Bósforo tem 28 km de comprimento e entre 0,6 a 3,3 km de largura.

iv Estreito de Dardanelos tem 65 km de comprimento e entre 2 a 5 km de largura.

v Como era conhecida a corte do Império Otomano.

vi Nome como ficou conhecido o conjunto de países que participaram em 1856 no Congresso de Paris e que teve como objectivo a negociação de paz após a Guerra da Crimeia.

vii O Tratado de Lausana assinado a 24 de Julho de 1923 vem no seguimento da vitória nacionalista de Atatürk que como novo chefe de governo exigiu a renegociação das condições acordadas em 1920 no Tratado de Paz de Sévres. Com a concordância dos signatários do Tratado de Sévres e da delegação da URSS, a Turquia recuperou a Trácia Oriental, várias ilhas do Mar Egeu, a provincial de Smyrna, na fronteira com a Síria e a internacionalização da Zona dos Estreitos. A Turquia readquiriu assim, a soberania da totalidade do seu território, abdicando igualmente de quaisquer outros territórios, fora das actuais fronteiras. (The Columbia Encyclopedia, Sixth Edition. 2003).

viii O Tratado de Sévres em 1920, no final da I Guerra Mundial, retira ao Império Otomano o Médio Oriente árabe, as cidades gregas da Ásia Menor, cria os Estados Curdos e Arménios independentes, submete os Estreitos de Dardanelos e Bósforo a um controlo internacional e faz do que resta da Turquia um protectorado franco-inglês. (The Columbia Encyclopedia, Sixth Edition. 2003). Portugal esteve representado por Afonso Costa.

ix Harry S. Truman (1884–1972), 33º Presidente dos EUA tomou uma posição de força contra o que considerava ser a ameaça do expansionismo soviético no Sul e Ocidente europeu. Em 1947 propôs um programa de ajuda económica e militar a ser concedido à Grécia e à Turquia, afirmando que deveria constituir um princípio político a seguir pelos EUA “apoiar os povos livres que resistem às tentativas de subjugação de minorias armadas ou por pressões vindas do exterior.” Colocar a fonte. A publicação do que ficou conhecido por Doutrina Truman assinalou o início da política de contenção do comunismo.

x A Europa pode ser dividida em **8 regiões geográficas**: **Escandinávia** (Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia, e Dinamarca); as **Ilhas Britânicas** (Reino Unido e Irlanda); **Europa Ocidental** (França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, e Mónaco); **Europa Meridional** (Portugal, Espanha, Andorra, Itália, Malta, S. Marino, e Cidade do Vaticano); **Europa Central** (Alemanha, Suíça, Liechtenstein, Áustria, Polónia, República Checa e a Hungria); **SE da Europa** (Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia e Montenegro, Albânia, Macedónia, Roménia, Bulgária, Grécia e a parte Europeia da Turquia); **Europa de Leste** (Estónia, Letónia, Lituânia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia e a parte europeia da Rússia); e pelos **Estados do Transcáucaso** da Geórgia, Arménia e Azerbaijão. (The Columbia Encyclopedia, Sixth Edition. 2001).

xi Ano da morte de Mustafa Kemal Atatürk

xii Este Acordo daria origem à implementação em 1995 da União Aduaneira. Teve como objectivo a integração parcial e gradual da Turquia na economia comunitária. Foi sem dúvida o acordo mais completo que a UE concluiu com um país terceiro, ao estabelecer a livre circulação de produtos industriais e ao comprometer a Turquia a adoptar o tarifário aduaneiro da UE, fez com que fosse incluído na sua legislação,

muito do Acervo Comunitário relativo às matérias das políticas comerciais, direito da concorrência, leis sobre a propriedade intelectual e outras.

xiii Ao conquistar Constantinopla, a 29 Maio 1453, Moahmed II passa de Sultão a “Padichah” (Rei dos Reis ou Imperador) com o título de “Senhor dos 2 continentes e dos 2 mares”.

xiv A Convenção de Montreux de 1936 estabelece: para o tempo de paz, a liberdade de passagem para os navios mercantes e para os navios de guerra; para o tempo de guerra, se a Turquia for Estado beligerante, fica suspenso tal direito, sendo a passagem concedida a quem ela entender; sendo Estado neutro, é obrigada a permitir a livre passagem aos Estados que com ela forem partes em tratados de assistência mútua.

xv A título de exemplo, apontamos que em Portugal, o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) é meramente um órgão de consulta para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas (art.º 46º da LDNFA), competindo-lhe no que diz respeito à política de defesa nacional, somente emitir pareceres (art.º 47º da LDNFA). A Assembleia da República é responsável por legislar e fiscalizar a acção governativa em matéria de defesa nacional e Forças Armadas (art.º 40º LDNFA) e o Governo é o órgão responsável pela condução da política de defesa nacional (art.º 41º LDNFA).

xvi A concentração do apoio financeiro tem como finalidade a utilização, mais eficiente possível, das verbas dos fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP), existindo 3 objectivos prioritários. Quase 70% das despesas totais são canalizadas para as regiões menos desenvolvidas (objectivo 1). Ver Anexo S – Fundos Estruturais 2000-2006.

xvii O orçamento geral da UE é financiado por receitas denominadas “recursos próprios”, que é gerado a partir de direitos aduaneiros, direitos niveladores agrícolas e de algumas receitas fiscais cobradas pelos Estados-Membros. O limite imposto aos recursos da UE é de 1,27% do PIB, combinado dos 25 Estados-Membros.

xviii Berlin Plus agreement

Berlin Plus agreement is a short title for a comprehensive package of agreements between NATO and EU, based on conclusions of the NATO Washington Summit. It is comprised of the following major parts:

- a. NATO - EU Security Agreement
- b. Assured Access to NATO planning capabilities for EU-led Crisis Management Operations (CMO)
- c. Availability of NATO assets and capabilities for EU-led CMO
- d. Procedures for Release, Monitoring, Return and Recall of NATO Assets and Capabilities
- e. Terms Of Reference for DSACEUR and European Command Options for NATO
- f. EU - NATO consultation arrangements in the context of an EU-led CMO making use of NATO assets and capabilities
- g. Arrangements for coherent and mutually reinforcing Capability Requirements

All parts are tied together through the so called "Framework Agreement", which consists essentially of an exchange of Letters between SG/HR and SG NATO, dated 17 Mar 03. Since that day, the "Berlin plus" package has been in effect and serves as the foundation for practical work between EU and NATO. In that, the view of EU-led CMO makes use of NATO planning support or NATO capabilities and assets for the execution of any operations.

fonte: http://www.nato.int/shape/news/2003/shape_eu/se030822a.htm